

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO**

SILMARA SOLOMON

**CULTURA ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL SENADOR CORREIA (1973-1976):
ENTRE OLÍMPIADAS E ESPORTIVIZAÇÃO**

**PONTA GROSSA
2020**

SILMARA SOLOMON

**CULTURA ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL SENADOR CORREIA (1973-1976):
ENTRE OLÍMPIADAS E ESPORTIVIZAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Linha de Pesquisa: História e Política Educacionais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Julieta Weber Cordova

PONTA GROSSA

2020

S689 Solomon, Silmara
Cultura Escolar na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976): entre olimpíadas e esportivização / Silmara Solomon. Ponta Grossa, 2020.
126 f.

Dissertação (Mestrado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profª. Dra. Maria Julieta Weber Cordova.

1. Cultura escolar. 2. Olimpíadas. 3. Esportivização. I. Cordova, Maria Julieta Weber. II.
Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

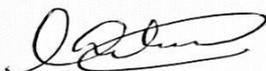
CDD: 370.981

TERMO DE APROVAÇÃO

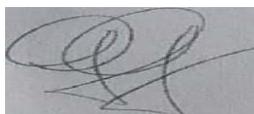
SILMARA SOLOMON

CULTURA ESCOLAR NA ESCOLA ESTADUAL SENADOR CORREIA (1973-1976): ENTRE OLIMPIADAS E ESPORTIVIZAÇÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



Orientador (a) Prof. Dra. Maria Julieta Weber Cordova – UEPG



Prof. Dra. Nadia Gaiofatto Goncalves - UFPR



Prof. Dr. Névio de Campos - UEPG

Ponta Grossa, 14 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o incentivo de minha família que sempre esteve presente, dando-me força e apoio nos momentos difíceis desta caminhada. Em especial a minha mãe Luzia, que comenta sobre meu percurso com orgulho e torce por meu sucesso. Ao meu irmão William, por estar ao meu lado, dando incentivo e força para prosseguir a jornada.

À minha querida orientadora e amiga Maria Julieta Weber Cordova, pela paciência, apoio, empatia, compreensão, segurança e força: minha eterna gratidão e admiração. Nas orientações, sempre esteve aberta às novas ideias ou propostas, propiciando autonomia para a pesquisa, o que contribuiu significativamente para meu aprendizado. Muito obrigada!

Ao professor Névio de Campos, por toda a sabedoria transmitida por suas falas, que engrandeceram meu crescimento acadêmico e pessoal.

Ao professor Oriomar, por dividir seus conhecimentos desde a graduação, de forma clara e concisa. Alguns de seus exemplos são memórias vivas para mim, o que possibilitou um aprendizado significativo.

Ao Grupo de Pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no Paraná de Oitocentos e de Novecentos (Gephied), por propiciar discussões e contatos com novos autores, que enriqueceram este trabalho.

À professora Lucia Mara de Lima Padilha, pelo incentivo, apoio e força para prosseguir os estudos desde a graduação. Suas conversas e seus conselhos sábios acabaram por impulsionar o interesse em dar continuidade à pesquisa. Meu muito obrigada.

À professora Nádia Gaiofatto Gonçalves, da Universidade Federal do Paraná, por aceitar o convite para compor a banca, o que propiciou contribuições significativas para a pesquisa. Muito obrigada.

À Escola Estadual Senador Correia, pelo acolhimento e disponibilidade em nos receber.

À Capes, pelo auxílio financeiro no decorrer desta caminhada.

À Luana, pelo apoio e compreensão nos momentos atribulados quando necessitei. Pela amizade e carinho constante. Obrigada pela leitura do texto e pelas colocações ponderadas.

A todos/as os professores/as e acadêmicos/as que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para meu crescimento intelectual, pessoal e profissional. Obrigada.

“Vem, vamos embora, que esperar não é saber
Quem sabe faz a hora não espera acontecer”
(Geraldo Vandré, 1968).

SOLOMON, Silmara. **Cultura Escolar na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976):** entre olimpíadas e esportivização. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

Resumo

A presente pesquisa foi inserida no campo da História da Educação e seu objetivo consistiu em compreender a cultura escolar na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976), em Ponta Grossa, PR. A pesquisa é de caráter documental e bibliográfico. No que se refere ao acervo escolar consultado, identificaram-se alguns documentos normativos: Regimento Interno do Complexo nº 2, que organizou o funcionamento de cinco escolas pertencentes ao Complexo nº 2; Ata da Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood (ABCD “RH”); e projeto da Olimpíada Infante Juvenil de Ponta Grossa (OLIJUP). A delimitação temporal, de 1973 a 1976, é significativa para o objeto de estudo, pois em 1973 foram implementadas olimpíadas, evento organizado em quatro edições. Já em 1976, ocorreu a última edição das olimpíadas, primeiro passo para transição das olimpíadas para os Jogos Estudantis Municipais (JEM). Contribuíram com esta pesquisa algumas produções de autores, tais como: Dominique Julia, Viñao Frago e Jean-Claude Forquin, quanto à conceituação de cultura escolar; Faria Filho, no que tange à escolarização; Marcos Aurélio Taborda de Oliveira e Carmem Lúcia Soares, no diálogo acerca da Educação Física e esportivização. A elaboração deste trabalho possibilitou o delineamento da cultura escolar de formas diferenciadas, relacionadas às mudanças temporais a partir de como a escola foi organizada para implementar as disciplinas obrigatórias, em especial a Educação Física, bem como a implementação da OLIJUP, com participação ativa dos discentes nos treinos em diversas modalidades esportivas. Por meio da análise do regimento das olimpíadas e de imagens fotográficas disponíveis no acervo da escola pesquisada, observou-se a associação da Educação Física à esportivização, principalmente nas quatro edições da Olimpíada Infante Juvenil de Ponta Grossa (OLIJUP), organizadas pela Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood (ABCD “RH”). As atividades foram direcionadas para os fins a que se propunham e constituíram especificidades na cultura escolar, proporcionando mudanças no âmbito escolar da Escola Estadual Senador Correia.

Palavras-chave: Cultura Escolar. Esportivização. Olimpíada.

SOLOMON, Silmara. **School culture at the Senador Correia State School (1973-1976): in between olympics and sporting.** 2020. Dissertation (Master Degree in Education) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020.

Abstract

The present research was inserted in the field of History of Education and its objective was to understand school culture at the Senador Correia State School (1973-1976) in Ponta Grossa, PR. The research consists of documentary and bibliographic character. With regard to the school collection consulted, some normative documents were identified: Internal Regulation of Complex n. 2, which organized the operation of five schools belonging to Complex n. 2, Minutes of the Robin Hood, Cultural and Sports Beneficent Association (ABCD "RH"); and a project by the Ponta Grossa Children's Youth Olympiad (OLIJUP). The temporal delimitation from 1973 to 1976 is significant for the object of study because in 1973 the Olympics, event organized in four editions, were implemented; and in 1976, the last edition of the Olympics took place, the first step towards the transition from the Olympics to the Municipal Student Games (JEM). Contributed to this research textual productions by some authors, among which are: the conceptualization of school culture by Dominique Julia, Viñao Frago and Jean-Claude Forquin; schooling by Faria Filho; and the dialogue about Physical Education and sports by Marcos Aurélio Tabora de Oliveira and Carmem Lúcia Soares. The elaboration of the dissertation made it possible to perceive the delineation of the school culture in different ways, which are related to the temporal changes based on how the school was organized to implement the mandatory subjects, in particular Physical Education and the implementation of (OLIJUP) with the active participation of students in training of different sports. Through the analysis of the rules of the Olympics and photographic images available in the collection of the researched school, it was observed the association of Physical Education with sports, mainly in the four editions of Ponta Grossa Children's Youth Olympiad (OLIJUP), organized by Cultural and Sports Beneficent Association (ABCD "RH"). The activities were directed to the purposes proposed and constituted specificities in the school culture, providing changes in the school scope of the Senador Correia State School.

Keywords: School Culture. Sporting. Olympics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta baixa- Pavimento térreo da Escola Estadual Senador Correia	51
Figura 2 – Planta baixa- Pavimento superior da Escola Estadual Senador Correia (1964) .	52
Figura 3 – Apresentação cultural — década de 1970	65
Figura 4 – Dança do pezinho — década de 1970	73
Figura 5 – O circo alegria da criançada — década de 1970.....	76
Figura 6 – Dança típica.....	77
Figura 7 – Organograma da Escola Estadual Senador Correia (1974)	83
Figura 8 – Convite da primeira OLIJUP — 1973	85
Figura 9 – Desfile de abertura da OLIJUP — Década de 1970	86
Figura 10 – Recorte do jornal <i>O Estado do Paraná</i> /Apresentação de atletismo na Copa Arizona — 1975	94
Figura 11 – Treino para OLIJUP de 1974	96
Figura 12 – Treino para salto acrobático para OLIJUP — década de 1970	100
Figura 13 – Atletismo/década de 1970	102
Figura 14 – Apresentação na OLIJUP — década de 1970	104

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 Grupo de Estudos em Educação	24
Quadro 2 Complexos de Ponta Grossa — década de 1970 a 1980 ..	50
Quadro 3 Modalidades esportivas da OLIJUP — 1975	91

LISTAS DE SIGLAS

AI	Ato Institucional
Adesg	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
BNH	Banco Nacional de Habitação
CEEs	Conselhos Estaduais de Educação
Cape	Curso Intensivo de Artes Plásticas na Educação
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CODIs	Centro de Operações de Defesa Interna
CNS	Conselho de Segurança Nacional
CIE	Centro de Informações do Exército
CFE	Conselho Federal de Educação
Cisa	Aeronáutica
Cenimar	Marinha
Ceis	Comissão Especial de Investigação Sumária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CNMC	Comissão Nacional de Moral e Civismo
Dops	Delegacia de Ordem Política e Social
DOI	Destacamento de Operações Internas
DCEs	Diretório Central de Estudantes
EPB	Estudos de Problemas Brasileiros
EMC	Educação Moral e Cívica
ESG	Escola Superior de Guerra
FAC	Facção Anticomunismo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fundepar	Fundação Educacional do Estado do Paraná
Funrural	Fundo de Assistência Rural
GPMI	Grupo Permanente de Mobilização Industrial
GAP	Grupo de Assessoramento e Planejamento
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAC	Movimento Anticomunista
Meca	Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo
MEC	Ministério da Educação e Cultura

OLIJUP	Olímpiada Infanto Juvenil de Ponta Grossa
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
Sesc	Serviço Social do Comércio
Sigab	Serviço de Informação do Gabinete
SNI	Serviço Nacional de Informação
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNE	União Nacional dos Estudantes
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFPR	Universidade Federal do Paraná
Ifes	Instituto Federal do Espírito Santo
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
Uece	Universidade Estadual do Ceará
Ufac	Universidade Federal do Acre
UEM	Universidade Estadual de Maringá
Unisa	Universidade Santo Amaro
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UPE	União Paranaense de Estudantes
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo 1 - Reorganização da Instrução Pública no Brasil na Ditadura Civil- Militar	27
1.1 Apontamentos do cenário nacional de reformas educacionais	28
1.2 Desdobramentos da ditadura no Paraná.....	36
1.3 Educação Física e cultura escolar	41
Capítulo 2 - Unidade Central: a Escola Estadual Senador Correia	48
2.1 Regimento Interno do Complexo nº 2: normas prescritivas de um projeto-piloto para cinco escolas	48
2.2 Reinvenção da escola: atividades cotidianas no Complexo nº 2	62
2.3 Organização pedagógica para as cinco escolas do Complexo nº 2	71
Capítulo 3 - A Educação Física e a Olimpíada Infante Juvenil de Ponta Grossa	80
3.1 Associação Beneficente, Desportiva e Cultural Robin Hood: assistencialismo, integração e o compromisso com a OLJUP	80
3.2 Olimpíada Infante Juvenil de Ponta Grossa (1973-1976)	90
3.3 Educação Física: educação para corpos e mentes	98
Considerações Finais	108
Fontes	116
Referências	117

Introdução

Nas palavras de Bloch (2001, p. 69), “o historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda”. Sobre este referido ofício, cabe refazer os possíveis caminhos traçados pela história, sem tê-los assistido. Fatos são narrados segundo testemunhos. Assim, o estudo das formas diferenciadas de produção da escola implica analisar as fontes textuais. Não é tarefa fácil, pois as questões dizem respeito às dimensões particulares de um tempo vivido e expresso por meio da fonte documental. Na escola, criam-se, produzem-se, inventam-se, reinventam-se, reformulam-se saberes e conhecimentos e seus usos são particularizados pelos sujeitos.

Circunscrita no campo da História da Educação, a pesquisa abordou a cultura escolar na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976) em Ponta Grossa (PR). Para compreensão da temática, investigaram-se as normativas prescritas para o Complexo nº 2, que direcionaram e organizaram cinco escolas. Essas normativas foram embasadas pela Lei n.º 5.691/71, que tornou obrigatória algumas disciplinas, entre elas a Educação Física. Isso implicou, sobretudo, em ater-se não somente às normativas, mas também às atividades cotidianas da escola; especialmente, para as Olimpíadas Infante Juvenis¹ de Ponta Grossa (OLIJUP), organizadas pela Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood (ABCD “RH”); e a disciplina de Educação Física.

A história das disciplinas escolares, segundo Julia (2001), auxilia a compreensão do que ocorre no âmbito escolar e colabora para a compreensão da cultura escolar. Julia (2001) cita Chervel, que defende a especificidade de uma cultura produzida pela escola. Segundo Chervel (1990), a escola não é um simples espaço de transmissão de saberes, mas é capaz de produzir seu próprio saber específico, portanto, escolar. Ainda subsidiado por Chervel, Julia (2001, p. 33) acrescenta dois aspectos das disciplinas escolares, que “são inseparáveis das finalidades educativas” e se “constituem um conjunto complexo que não se reduz aos ensinamentos explícitos e programados”.

A trajetória de pesquisa desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), no curso de Pedagogia, despertou minha atenção para a continuidade da temática cultura escolar, considerando que existem interpretações diversificadas, a depender do autor que aborda o tema, bem como do tempo e espaço em questão. No caso desta pesquisa, a problematização central trouxe questões

¹ Optou-se por manter a grafia original da palavra segundo a Ata da Reunião das Olimpíadas Infante Juvenil de Ponta Grossa de 1973. -

relacionadas à constituição da cultura escolar na Escola Estadual Senador Correia, em Ponta Grossa (1973-1976), com a Reforma do Ensino, particularmente, e com a implementação da Lei n.º 5.691/71, ao estabelecer a obrigatoriedade de algumas disciplinas, dentre elas a Educação Física. Esta esteve associada à esportivização e à diversão, sendo uma das responsáveis pela realização das quatro edições das Olimpíadas Infanto Juvenis de Ponta Grossa (OLIJUP), que originaram posteriormente os Jogos Estudantis Municipais. A Educação Física passa a fazer parte da constituição da escola e produz uma cultura escolar com singularidades exploradas no decorrer da pesquisa. O espaço escolar não é somente onde se produz cultura, mas o lugar onde se cria, com pluralidades, ritos, costumes praticados pelos sujeitos de forma particularizada, propiciando um aspecto singular à cultura de cada escola.

Para tanto, a presente pesquisa objetivou analisar questões sobre a reconfiguração da cultura escolar na Escola Estadual Senador Correia em Ponta Grossa (PR) entre 1973 e 1976, assim como identificar nas normativas que direcionaram a organização temporal e espacial das escolas pertencentes ao Complexo nº 2, elementos que permearam a reorganização da cultura escolar. No período ditatorial cívico-militar,² foi implementada a Lei n.º 5.691/71, que estabeleceu no sistema nacional de 1º e 2º graus a obrigatoriedade de algumas disciplinas, como Educação Artística, Educação Física, Educação Moral e Cívica e Programas de Saúde. Coube aos Conselhos Estaduais de Educação (CEE)³ “relacionar as matérias que comporiam a parte diversificada do currículo, nas quais deveriam recair as escolhas dos estabelecimentos de ensino dos respectivos Estados” (ROMANELLI, 1996).

A Lei n.º 5.691/71 contou com o Decreto n. 69.450/71, corroborando a organização sistemática da Educação Nacional no que concerne à disciplina de Educação Física, implicando direcionamentos e adequações curriculares e espaciais. No que tange aos procedimentos metodológicos, este estudo é uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental; assim, foram explorados alguns documentos oficiais da Escola Estadual Senador Correia - Regimento Interno do Complexo nº 2, além de atas de reuniões pedagógicas, ata de penalidades aplicadas aos alunos, diário de lições, imagens fotográficas, livro da Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood (ABCD “RH”), plano de aula, avisos, projeto das Olimpíadas Infanto

² Optou-se por utilizar ditadura civil-militar pela compreensão de que foi um golpe e que teve a participação de um percentual da sociedade civil. Segundo Cunha (2014, p. 358): “os golpistas civis foram, então, condição de possibilidade para o sucesso do golpe militar”.

³ Os Conselhos Estaduais de Educação se estabeleceram a partir da necessidade posta pela Lei de Diretrizes e Bases n. 4.024 de 1961, sendo prerrogativa para sua criação. A partir da referida lei, coube aos CEEs a normatização e a fiscalização das escolas de Ensino Primário, Médio e Superior, sendo que sua função normativa se concretiza por meio de Pareceres e Resoluções por eles aprovados. Assim, o CEE garante o direito estabelecido legalmente pelo poder legislativo.

juvenis de Ponta Grossa (OLIJUP), livro ata de reuniões pedagógicas da ABCD “RH” e da OLIJUP e recortes de matérias do jornal do Estado do Paraná. Estas fontes encontram-se arquivadas na Escola Estadual Senador Correia, em Ponta Grossa-PR.

A compreensão histórica dessas fontes documentais colabora para elucidar significados, identificar elementos que compuseram a reorganização da cultura escolar, trazendo à tona registros da realidade, da história, do cotidiano. Essas fontes documentais serviram como fio condutor da pesquisa para expor a reorganização da cultura escolar da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976).

As imagens fotográficas da escola, utilizando a compreensão de Soares (2005), possibilitaram esclarecer, a partir do projeto de registro das fotografias, a versão do corpo como dimensão utilitária, advinda da reorganização de um tempo — reduzindo o corpo e seus movimentos ao imperativo econômico e às atividades cotidianas da escola, justificando múltiplas retóricas que aconteceram naquele espaço. Os registros fotográficos são aproximações da realidade, que revelam um modo de ser e as formas como os sujeitos se comportavam (BENCOSTTA, 2011). As imagens fotográficas podem expressar os arranjos espaciais, as relações sociais e as práticas escolares que permeavam a cultura escolar.

A delimitação temporal escolhida, de 1973 a 1976, engloba a ditadura civil-militar, contexto de repressão para diversos setores da sociedade brasileira. Em 1973, iniciou-se a Olimpíada Infante Juvenil de Ponta Grossa, evento que perdurou por quatro anos consecutivos. Optou-se por este ponto de partida devido à grande movimentação que a olimpíada trouxe para a escola e a cidade. Em 1976, aconteceu a última edição das olimpíadas. Pode-se dizer que, nessa referida data, deu-se o primeiro passo para transição das olimpíadas para os Jogos Estudantis Municipais (JEM), evento realizado até os dias de hoje na cidade de Ponta Grossa (PR).

Na educação, a implementação da Lei n.º 5.691/71 é um marco de mudanças, em particular para a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física, que paulatinamente foi sendo associada a esportivização, competições, gincanas e diversão. Essa normativa mencionava a obrigatoriedade da disciplina, mas quem sistematizava e enunciava os objetivos a atingir era o Decreto n. 69.450/71.

Art. 3º A educação física, desportiva e recreativa escolar, segundo seus objetivos, caracterizar-se-á:

I - No ensino primário, por atividades físicas de caráter recreativo, de preferência as que favoreçam a consolidação de hábitos higiênicos, o desenvolvimento corporal e mental harmônico, a melhoria da aptidão física, o despertar do espírito comunitário da criatividade, do sendo moral e cívico, além de outras que concorram para completar a formação integral da personalidade.

II - No ensino médio, por atividades que contribuam para o aprimoramento e aproveitamento integrado de todas as potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo, possibilitando-lhe pelo emprego útil do tempo de lazer, uma perfeita sociabilidade a conservação da saúde, o fortalecimento da vontade, o estímulo às tendências de liderança e implantação de hábitos sadios.

III - No nível superior, em prosseguimento à iniciada nos graus precedentes, por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade.

§ 1º A aptidão física constitui a referência fundamental para orientar o planejamento, controle e avaliação da educação física, desportiva e recreativa, no nível dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º A partir da quinta série de escolarização, deverá ser incluída na programação de atividades a iniciação desportiva.

§ 3º Nos cursos noturnos do ensino primário e médio, a orientação das atividades físicas será análoga e do ensino superior (BRASIL, 1971b).

Entre os objetivos, o Decreto n.º 69.450/71 enuncia a Educação Física para o ensino primário com atividades de caráter recreativo, mas pode-se dizer que ultrapassava esse objetivo. A inserção da educação física no contexto abordado, embora autoritário, tornou-se para alguns o momento de saída do espaço da sala de aula para outro ambiente.

A Escola Estadual Senador Correia foi implementada por meio da Lei n.º 1.201, de 28 de março de 1912, em conformidade com o decreto n. 324, de 13 de abril de 1912, na cidade de Ponta Grossa, localizada na Praça Roosevelt, s/n. Esse grupo nasceu da fusão de duas escolas isoladas, uma localizada na Rua Engenheiro Schamber e a outra localizada na Rua Sant'Ana, denominada Escola Pública de Ponta Grossa (LUPORINI, 1987, p. 21). Posteriormente, o prédio foi demolido e construído outro no lugar, sendo inaugurado em 1964.

Para Julia (2001, p. 19) “não existe estudo mais tradicional do que as normas que regem as escolas ou os colégios, pois nós atingimos mais facilmente os textos reguladores e os projetos pedagógicos que as próprias realidades”. Para o autor, é nos tempos de crise que se capta o funcionamento real e as finalidades atribuídas à escola. As imposições de normas reguladoras e a realidade das escolas, as relações entre os pares não se estabelecem pacificamente, antes são permeadas por resistências e contradições (JULIA, 2001).

A educação no período ditatorial tinha um enfoque político de um ideário autoritário e repressivo. Sob essa ótica, a educação deveria moldar comportamentos, ensinar valores e regras, estimular o sentimento de pertença e nacionalidade, direcionando o indivíduo para a profissionalização, levando ao progresso do país. Nas escolas, eram enfatizados heróis e ídolos nacionais, como tentativa de constituir um sentimento patriótico e nacionalista. Esses direcionamentos tentavam conduzir à reorganização da sociedade brasileira. As mobilizações

em favor das reformas na estrutura da sociedade se intensificaram, gerando conflito entre o capital e o trabalho (GERMANO, 2011, p. 50).

O governo militar instalou um regime de terror durante sua vigência. Manipulou informações mediante medidas extremas de autoritarismo, passando a imagem de um país forte, mesmo com sua economia abalada, que buscava alcançar um milagre econômico. Paulatinamente, foi construindo um arcabouço constitucionalizado para poder se sustentar. Constituiu leis e decretos, fez acordos com aliados civis e instituições, puniu sem julgamento justo, torturou, perseguiu, proibiu a livre expressão, sequestrou, exilou, dentre outras arbitrariedades. Estas foram ações executadas durante os 21 anos da ditadura civil-militar.

Ao todo, foram publicados 17 Atos Institucionais durante o período da ditadura civil-militar. Esses atos prescritivos deram suporte e conferiram legalidade às políticas do governo militar. Fausto (2010, p. 480) pontua que, a partir do AI-5, o núcleo militar se concentraria na chamada comunidade de informação, ou seja, nas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigência e repressão, abrindo um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos, censura da imprensa, tortura e expurgos no funcionalismo. Napolitano (2014, p. 254) aponta que os conservadores precisariam justificar “[...] a forma de manter os valores dominantes, as hierarquias e as instituições vigentes na sociedade, regenerando-as e afastando os consideradas ameaças à ordem tradicional”.

Um arcabouço foi montado para que se efetivasse o milagre econômico, porém as medidas não melhoraram as condições materiais da população assalariada, gerando inflação, arrocho salarial e disciplina fiscal (GERMANO, 2011; NAPOLITANO, 2014). O “milagre brasileiro”, segundo Napolitano (2014), não foi resultado da ação dos santos de casa, pois a economia internacional vivia o auge dos seus ‘Trinta Anos Gloriosos’, como ficou conhecida a época pós-fim da Segunda Guerra Mundial, e terminou com a crise do petróleo. Por um lado, sobrava dinheiro entre banqueiros e investidores internacionais; por outro, o Brasil precisava de investimento em grandes obras estruturais (hidrelétricas, portos, estradas, dentre outros), com o objetivo de desafogar e baratear os custos produtivos.

Segundo Napolitano (2014), Delfim Netto, então ministro da Fazenda, passou a estimular o desenvolvimento da agricultura e a exportação, além de fomentar o mercado interno e a indústria de bens duráveis e intermediários. Por um lado, o arrocho salarial era componente essencial para diminuir o custo da mão de obra; por outro, promoveu a concentração de renda, com adoção de medidas para poupar os segmentos da classe média e superar a falta de poupança interna da economia brasileira (NAPOLITANO, 2014, p. 150). O mercado de trabalho também precisaria absorver a mão de obra desqualificada, que migrava do campo para a cidade.

Acreditava-se que o investimento em cursos técnicos atenuaria em curto prazo tais demandas, ao educar e capacitar para o mercado de trabalho.

No final da década de 1970, o “milagre econômico” dava sinais de colapso: a inflação estava descontrolada; os salários, arrojados. A ditadura dava sinais de enfraquecimento ante a visível concentração de renda e a retomada das atividades do movimento sindical (PRIORI *et al.*, 2012). As greves operárias no ABC paulista nos anos de 1978 e 1980, o nascimento das centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 marcaram a derrocada do regime de exceção.

Os apontamentos feitos até aqui dão suporte para contextualizar o cenário nacional e a política educacional no período. A realidade da escola é envolta e direcionada pelas prescrições normativas, por práticas inventadas e reinventadas. A cultura escolar se reorganizou de acordo com a interpretação e a leitura de mundo de quem compõe o espaço escolar, pois os textos das prescrições normativas são postos para serem cumpridos — o que não implica dizer que foram totalmente realizados. As normatizações propostas, que presidem as ações pedagógicas, são prescrições de regras formais, inventadas para o controle do funcionamento escolar, seja do tempo ou do espaço, de organização ou sistematização de ensino. Faria Filho (1998) pontua que existem várias dimensões da lei, sendo necessário enfocá-las em seus vários aspectos.

Isso permitiria um triplo movimento inicialmente, que, a grosso modo, a entende como campo de expressão e imposição, única e exclusivamente, dos interesses das classes dominantes, em seguida, creio que permitiria surpreender a legislação naquilo que, me parece, ela tem mais fascinantes: sua dinamicidade; e, finalmente, abriria mais possibilidade de interrelacionar, no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico, às quais, atravessadas pela legislação, vão desde a política educacional até ad práticas de sala de aula (FARIA FILHO, 1998, p. 99).

O autor pontua a necessidade de considerar a cultura, os costumes, as relações sociais, intimamente ligadas às normas e em constante diálogo. As normativas são elaboradas de acordo com as necessidades do cotidiano, não nascem ao acaso. Ao contrário, são permeadas pelas características do tempo e do espaço. A legislação educacional, especificamente a Lei n.º 5.691/71, reflete uma preocupação em executar medidas que conduzissem o ensino para a escolarização — a grosso modo, mais compacta, qualificando jovens em curto prazo. Faria Filho compreende (1998, p. 101) “[...] a legislação escolar como um ordenamento jurídico específico e, ao mesmo tempo, relacionado a outros ordenamentos”.

Não se pode negar, por exemplo, que boa parte de nossa legislação reflete uma preocupação acentuada com a escolarização das crianças das camadas populares. Se eu desfizer de uma certa teoria segundo a qual esse discurso é apenas ideológico e,

portanto, usado ‘para enganar as camadas populares com verniz de igualdade’ [...]. (FARIA FILHO, 1998, p. 102).

Uma educação organizada e direcionada “[...] para enganar as camadas populares com verniz de igualdade [...]”. (FARIA FILHO, 1998, p. 102). Percebe-se que esse aspecto foi utilizado no regime de exceção ao elaborar leis e decretos, ofertando ensino técnico, conformando jovens das camadas mais pobres e a população brasileira. Faria Filho (1998, p. 106) discute “[...] a lei como prática ordenadora e instituidora, voltada para as relações sociais”. Nesse sentido, as leis e decretos funcionariam como uma prática de ordenação, controle e formalização de novas práticas (FARIA FILHO, 1998).

É inegável a articulação entre escola e cultura. Saberes e práticas culturais são sistematizados e organizados, a fim de produzir conhecimento. A escola produz cultura e toda educação supõe comunicação, transmissão, conhecimentos, competências, crenças, hábitos e valores, constituindo um suporte para dar condições ao ser humano de chegar ao estado de cultura, ensinando uma parte restrita de tudo que foi constituído na experiência coletiva da humanidade (FORQUIN, 1993). Considerando a relação de diálogo entre escola e cultura, bem como as mudanças na legislação educacional no período da ditadura civil-militar, particularmente a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física e sua associação com a esportivização e a diversão, surge o seguinte questionamento: como essa disciplina impactou o espaço escolar?

O processo de educação do corpo e da mente caminhou para a reorganização da cultura nos moldes de um governo militar. Para dar suporte a esse argumento, a pesquisa buscou as contribuições de Dominique Julia, Jean-Claude Forquin e Viñao Frago, com o objetivo de discutir a conceituação de cultura escolar. As formulações desses autores contribuem para vislumbrar não somente os aspectos externos à escola, mas atentar para sua realidade interna.

Julia (2001, p. 10) compreende cultura escolar “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Esse conceito traz um olhar atento ao funcionamento interno da escola e pretende indagar as questões relacionadas com a cultura escolar. O autor comenta em seu texto que, para “compreender o que ocorre naquele nesse espaço particular” (JULIA, 2001, p. 13), é indispensável ter um olhar atento para a história das disciplinas.

Para Chervel (1990, p. 2007), a disciplina escolar é constituída por vários constituintes, entre eles um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um

aparelho docimológico,⁴ funcionando em cada estado da disciplina, em estreita colaboração e em ligação direta com as finalidades.

Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes de aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e os fenômenos de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas também na história cultural. Se pode atribuir um papel “estruturante” à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares (CHERVEL 1990, p. 184).

As disciplinas escolares estão no centro do sistema escolar e têm a função de colocar seu conteúdo de instrução a serviço da finalidade educativa (CHERVEL, 1990, p. 188). A escola, para Chervel (1990), é capaz de produzir saberes próprios ou específicos — saber, portanto, escolar. O autor afirma que a cultura escolar seria toda a vida da escola, recobrando manifestações das práticas no interior da escola, que transitam entre professores e alunos, e que, apropriando-se de circunstâncias sociais, acabam por interferir nela. A escola forma não somente os sujeitos, mas a cultura que penetra e modifica a sociedade, não podendo ser pensada como produtora e criadora de configurações cognitivas, que se constituem de qualquer forma.

As fontes documentais e a Lei n.º 5.691/71 contêm textos reguladores que apontam para o “funcionamento real das finalidades atribuídas à escola” (JULIA, 2001, p. 19). As normativas conduziram o cotidiano escolar; a título de exemplo está a circular n. 8/72, dirigida ao diretor da 6ª Inspeção Regional de Ensino,

Conforme já deve ser de seu conhecimento, a nossa cidade viverá momentos de intensa vibração cívica, nos dias 10 e 11 deste mês, com a inauguração da majestosa estátua de Tiradentes, à praça Barão do Rio Branco, numa patriótica promoção do Lions Clube Vila Velha. Como se trata de um acontecimento excepcional, que contará com a presença das mais altas autoridades do Estado e alguns de Minas Gerais, inclusive a do Exmo. Sr. Governador RONDON PACHECO, venho a concitar a esse estabelecimento a fazer presente nas cerimônias- abaixo mencionadas, com uma representação de seu corpo docentes e discentes (apenas 5ªs séries) [...]. (INSPETORIA REGIONAL DE ENSINO, 1972, p. 1).

A citação acima demonstra uma preocupação da 6ª Inspeção Regional de Ensino em direcionar docentes e discentes a prestigiar a inauguração do busto de Tiradentes. A presença simbolizaria cumprir um protocolo no qual a escola foi convidada, mas sobretudo tinha a

⁴ A Docimologia significa [...] o estudo sistemático dos exames (PIÉRON, 1973, p. 126). Este termo foi proposto por Piéron a partir das palavras gregas relativas ao exame (prova, examinar, examinador e apto para examinar). (PIÉRON, 1969, p. 6). A experiência docimológica incidiu sobre a adequação das provas e objetivos pedagógicos, os processos de classificação, a preparação dos examinadores para avaliação do recurso pedagógico e dos métodos objetivos, que deveriam contribuir para delinear a base de uma docimástica racional (PIÉRON, 1969, p. 157)

pretensão de “forjar uma nova consciência cívica por meio da cultura nacional e por meio da inculcação de saberes associados à noção de ‘progresso’” (JULIA, 2001, p. 23).

A cultura escolar tem características do tempo histórico, sendo produzida no interior da escola, permeada por elementos do tempo. Isso ganha respaldo quando Viñao Frago (2001, p. 41) pontua que “as instituições educativas mudam”. Esse autor discute entre seus conceitos o tempo escolar, as mudanças que podem ocorrer no interior da escola: o tempo prescrito nos regulamentos, o tempo escolar que seria “institucional e pessoal, cultural e individual” (VIÑAO FRAGO, 1998, p. 5).

Para Forquin (1993, p. 17), é necessário reconhecer que a “[...] transposição didática impõe a emergência de configurações cognitivas específicas [...] para se constituir numa espécie de cultura escolar *sui generis*. Esse autor identifica a transposição como a diferença entre educar e a arte de inventar. Em outras palavras, o docente ensinaria ao discente um determinado conteúdo; caberia ao primeiro direcionar o segundo, de forma a achar meios de interiorizar o conhecimento já produzido pela sociedade.

O cotidiano escolar é um lugar de produção de culturas, que advém de lugares diferentes, porém agregadas ao coletivo escolar; embora sejam subjacentes a cada sujeito, pela sua história de vida e sua visão de mundo, estas irão delinear a cultura escolar. O “conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a la escuela como organizacion” ou “a cultura específica de um estabelecimento docente determinado” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69), pode ser visto em níveis variados e ocorrem no espaço escolar. Nesse conjunto institucionalizado, estão inclusos os modos de ser, de agir e de viver. Hábitos, ritos, objetos materiais, modos de pensar, a distribuição e organização de tempo e espaço, as práticas e condutas e as ideias compartilhadas (VIÑAO FRAGO, 1995). Embora Viñao Frago (1995) pontue alguns elementos que, segundo ele, compõem a cultura escolar, utilizaremos as práticas e condutas no sentido de analisar como foram direcionadas tais práticas (esportivização e os treinos), conduzindo os discentes da escola a interiorizar em seus comportamentos costumes e hábitos de treinos, de disciplinarização, de apresentação das atividades fora da escola, acrescentando mudanças no modo de agir e permeando uma cultura escolar já existente na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976).

Para o autor, a cultura escolar é toda a vida escolar, com normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo. Os ritos propiciam aos sujeitos na escola pensar as estratégias de atuação para o ensino e aprendizagem, que utilizariam dentro e fora dela. Os aspectos institucionalizados definem a cultura escolar e todas as atividades de modo individual ou grupal, e conforma as ações das instituições educativas (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69).

A cultura escolar como um movimento histórico rico em experiências que se acumulam e que definem uma identidade coletiva e individual é uma ferramenta teórica para explorar o passado e compreender o futuro. Os elementos organizativos e didatizados na escola acabam por compor a cultura escolar e estão associados à realidade de quem ensina e de quem aprende, possuindo também alguns princípios que são universais (valores morais, regras de comportamento, disciplina, ordem, entre outros).

A conceituação de cultura escolar traz a possibilidade de olhar para o interior da escola e para seu funcionamento interno. É perceptível o acúmulo de cultura no interior da escola, sendo a essência da escola ensinar o conhecimento científico, as regras éticas de conduta, os valores pertinentes ao tempo e espaço. Esse conceito pretende analisar e “compreender o que ocorre naquele espaço particular”, denominado por Julia de “caixa preta” (JULIA, 2001, p. 13) que, ao ser analisado, tem como um de seus resultados evidenciados a cultura escolar. Isso quer dizer que as práticas cotidianas da escola se tornam acontecimentos silenciosos dentro desta, que fundamentam e regem a cultura escolar, estando articuladas ao tempo. Ao abrir a “caixa preta da escola” (JULIA, 2001, p. 13) é possível perceber algumas possibilidades de estudo para o entendimento da cultura escolar como objeto histórico, tais como as normatizações que regem a escola, a profissionalização do ensino e as práticas escolares.

As finalidades do ensino são evidenciadas principalmente pela ênfase que ocorreu no período estudado, ao redigir os textos normativos que direcionavam a educação para a profissionalização, para a esportivização da Educação Física embasada por leis e decretos, em um contexto repressivo e turbulento. A imposição das normas no cotidiano escolar, para Julia (2001), não ocorre pacificamente, mas é permeada de resistências e contradições. As normativas descritas nas fontes documentais analisadas na pesquisa originaram-se de um ato legal (FARIA FILHO, 1998, p. 94). Representam ordens legais, produzidas em obediência à lei em vigor ou representam a própria legislação (FARIA FILHO, 1998).

Conhecer as leis, decretos e regimentos que regulamentaram a escola naquele período possibilitou perceber como a cultura escolar foi difundida e institucionalizada, o que direcionou para mudanças, tornando um lugar próprio e com peculiaridades. A escola tem elementos específicos e é dotada de potencial criativo, desempenhando um papel de formação do indivíduo, produzindo uma cultura que impactará a sociedade. A cultura escolar deriva das culturas que estão na sociedade e que produzem efeitos que voltam para ela mesma.

Esses vieses acerca de cultura escolar possibilitam um novo olhar sobre a escola. Os autores (JULIA, 2001; CHERVEL, 1990) colocam em voga o deslocamento do foco nos processos externos a escola, para olhar atentamente a realidade interna desta. Ao tratar dos

exercícios escolares, Julia (2001, p. 35) aponta como se estivéssemos no coração da “caixa preta”, das variações de performances escolares identificadas nos mesmos ditados, com diferença de um século, propiciando medir a relação dos franceses com sua própria língua.

A escola como produto histórico de uma sociedade possui dispositivos burocráticos de normatização e tem em sua realidade práticas diferenciadas. Ao tomar o conceito de cultura escolar, coloca-se em questão as imposições, a circulação de modelos de ensino e culturais, os processos de produção de saberes, as diversas culturas que perpassam o seu cotidiano, os sujeitos diferentes que estão em seu meio, as implementações de novas leis nas diretrizes da educação, o embate entre perspectivas e visões de mundo diferente, entre outros.

As produções de Faria Filho sobre o processo de escolarização propõem articular o conceito de escolarização e o de cultura escolar. Faria Filho (2002, p. 111) menciona a noção de escolarização como estabelecimento de processos de organização de uma rede, ou redes, mais ou menos formais, responsáveis pelo ensino da leitura, da escrita, do cálculo, dentre outros, sejam em níveis posteriores e mais aprofundados e também como produções de referências sociais, sendo a escola uma das responsáveis pela transmissão de conhecimento.

Além disso, a compreensão de cultura escolar permite articular, analisar e descrever os elementos que compõem o fenômeno educativo, ou seja, a cultura escolar como o estudo do processo de escolarização, que ocorre num tempo e espaço determinados (FARIA FILHO, 2002, p. 112). Alguns estudos contribuem para campo da História da Educação, ao apresentar a cultura escolar como categoria de análise que aborda o cotidiano escolar.

A partir das produções científicas sobre cultura escolar e dos processos educacionais do período abordado pelo trabalho, existem pesquisas do campo da educação que tratam da Ditadura Civil-Militar, da Lei n.º 5.691/71, da Educação Física Escolar e da Esportivização. Em 2003, Marcos Aurélio Tabora lançou o livro a “Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984): entre adesão e resistência”. A obra contém várias pesquisas escritas por Oliveira (2003), que discorrem acerca de resultados da tese de doutorado defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que discutem as mudanças da disciplina no período ditatorial.

Os trabalhos desse autor trazem contribuições significativas para compreender a discussão desta pesquisa. Oliveira (2003) fez um balanço historiográfico discutindo a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, publicação do Ministério da Educação, onde esse autor encontra vieses ora tecnicistas, ora humanistas. A política para a Educação Física Escolar foi resultado de embates, negociações, tensões, acordos e consensos de indivíduos, ocorridos

em campos bem delimitados e com certa capacidade de influência ou pressão. Ao longo do trabalho, Oliveira (2003) traz alguns elementos que tornam possível compreender a esportivização das aulas de Educação Física nos anos do governo militar.

Em 2012, Gonçalves e Ranzi publicaram o livro “Educação na Ditadura Civil-Militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)”. A obra contém várias pesquisas, com abordagens diferenciadas sobre as políticas do Estado do Paraná no período da ditadura civil-militar, as implicações da Lei n.º 5.691/71, a reorganização das escolas, as práticas, os currículos no Brasil. No que concerne à política de Estado e a Lei n.º 5.691/71, Gonçalves (2012) discute a Escola Superior de Guerra, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento e sua relação com a educação. Nessa obra, Oliveira (2012) traz um artigo em que discute elementos importantes no que tange a políticas públicas para a Educação Física Escolar no Brasil e a formação de professores durante o governo militar. Entender o papel da disciplina de Educação Física nos currículos escolares, com a implementação da Lei n.º 5.691/71, auxilia a compreensão das dimensões de cultura, sujeita a avanços e retrocessos.

Encontraram-se teses e dissertações correspondentes a este trabalho. Embora Valério (2007) não discuta cultura escolar, a autora traz uma análise do ideário político da ditadura civil-militar, da educação e da profissionalização do ensino, com a Lei n.º 5.691/71.

A partir da inventariação na plataforma *Scielo* acerca da cultura escolar, encontramos 54 artigos que abordam preliminarmente o referido tema; no entanto, são direcionados para outras temáticas, tais como: apropriação histórico-cultural, Educação Física escolar, esportivização, cultura corporal, cultura, cultura material, movimentos, formações de professores, lazer, história das disciplinas escolares, entre outros.

Faria Filho *et al* (2004), no artigo “A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da Educação brasileira”, discute a cultura escolar no âmbito de trabalhos educacionais e sua aproximação com a disciplina de história, utilizando-se de protocolos da narrativa historiográfica. Esse texto representa uma síntese de investigações sobre cultura escolar, expondo como pesquisadores apreendem o conceito na área da história da educação, utilizando Dominique Julia, André Chervel, Jean-Claude Forquin e Antônio Viñao Frago, estabelecendo similitudes e diferenças entre os autores citados. O texto em si não tem a pretensão de fazer uma revisão bibliográfica, mas possibilita a reflexão sobre as dimensões da realidade educacional brasileira, por meio da conceituação de cultura escolar. A partir das ponderações desse artigo, utilizou-se como fundamentação teórica principal a produção textual de Dominique Julia (2001), ao chamar atenção para olhar a “caixa preta” da escola, ou seja, para ter um olhar atento à realidade interna da escola, além de analisar as dimensões da realidade

educacional a fim de entender o que é cultura escolar, identificando-a na realidade da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976).

No Diretório dos Grupos de Pesquisas do Brasil (Plataforma Lattes), encontraram-se 17 grupos de pesquisas que abordam a cultura escolar. Cinco grupos de pesquisa concentram suas discussões e produções em outras áreas, tais como: História, Linguística e Comunicação. O quadro 2, abaixo, expõe os grupos de estudos pertencentes à educação.

Quadro 1- Grupos de Estudos em Educação

Grupo de pesquisa	Instituição	Eixo de pesquisa
Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação, Cultura Escolar e Cidadania.	Unicamp	Educação
Grupo de Pesquisa Cultura Escolar e Práticas Pedagógicas	UFSJ	Educação
Grupo de Pesquisa Cultura Escolar, Práticas Curriculares e História da disseminação dos Saberes Escolares.	UFMA	Educação
Grupo de pesquisa Cultura Escolar, Práticas Pedagógicas e Formação de Professores	UFGD	Educação
Grupo de Pesquisa Cultura, Práticas Escolares e Educação Histórica.	UFPR	Educação
Grupo de Estudos Cultura escolares, Saberes, Práticas e Processos Educativos	Ifes	Educação
Grupo de Pesquisa Culturas Escolares, História e o tempo Presente	Udesc	Educação
Grupo de Pesquisa Educação, Cultura Escolar e Sociedade	Uece	Educação
Grupo de Pesquisa Estudos e Pesquisas em Cultura Escolar e História da Educação na Amazônia	Ufac	Educação
Grupo de Pesquisa em História da Educação Brasileira, Instituições e Cultura Escolar	UEM	Educação
Grupo de Pesquisa em Educação: Políticas Públicas, Infância e Culturas Escolares	Unisa	Educação
Grupo de Pesquisa Observatório de Cultura Escolar	UFMS	Educação

Acervo: Diretório dos Grupos de Pesquisas do Brasil Lattes.

Fonte: Elaborado por Solomon (2018).

Esses grupos de pesquisa acabam por contribuir de forma macro na discussão sobre cultura escolar. Contudo, os grupos citados acima direcionam a cultura escolar para outros sentidos, tais como: gestão escolar, cidadania, práticas escolares, cultura da escola, história das instituições, políticas públicas, práticas e processos educativos, práticas curriculares, entre outros. A demonstração dos grupos de pesquisa colaborou para perceber, ainda que superficialmente, as diferentes formas como a cultura escolar é abordada no Brasil. Ainda que os estudos dos grupos direcionem para outras dimensões de cultura escolar, que permeiam a escola “[...] que é tanto produtora quanto produto da sociedade como um todo” (FARIA FILHO, 2008, p. 81).

Cabe destacar a forma como se organizaram as discussões do trabalho, que inclui elementos que permeiam a história da educação, a política, a economia e a cultura do período ditatorial. Embora Cunha (2014, p. 359) pontue que “não é adequado chamar de militares as políticas educacionais formuladas e implementadas durante a ditadura civil-militar [uma vez

que] os militares não tinham propriamente projetos para área de educação”. Assim, segundo Cunha (2014, p. 360) “algumas políticas educacionais na ditadura nada mais foram do que o prolongamento das que vinham sendo implementadas desde o Estado Novo e logo após, como a extinção do exame de admissão e a junção do primário ao ginásio, determinadas pela Lei n.º 5.691/71”.

A Lei n.º 5.691/71 modificou a estrutura anterior de ensino, pois o curso primário e o antigo ginásio tornaram-se o 1º grau, com duração de oito anos. Essas mudanças ocasionaram a extinção dos cursos profissionalizantes existentes no ginásio, enquanto o 2º grau passou a comportar em sua grade curricular alguns cursos profissionalizantes.

A implementação da referida lei deu aporte à formulação dos estatutos internos, das reuniões pedagógicas e das orientações. A título de exemplo, foi elaborado o Regimento Interno⁵ do Complexo n.º 2, em 30 de setembro de 1973, o qual fixava normas para cinco escolas: Grupo Escolar Senador Correia, unidade central do complexo; Grupo Escolar José Elias da Rocha; Escola Primária Sant’Anna, Centro de Artes Industriais e Escola Municipal Vila Coronel Cláudio, em cumprimento à Lei n.º 5.691/71 (SENADOR CORREIA, 1973, p. 3).

As jornadas escolares descritas nas fontes documentais versam sobre possíveis dimensões da cultura escolar, nas quais os sujeitos, ao internalizarem a educação proposta pela escola e pela lei, marcavam o momento em que corpo e mente seriam postos a contribuir com uma reorganização da cultura nos moldes do governo militar. As dimensões de cultura escolar ficam evidenciadas no âmbito educacional, na medida em que a pesquisa expõe as produções e práticas cotidianas.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo analisou-se o histórico do recorte temporal abordado pela pesquisa, investigando a reforma política da Lei n.º 5.691/71 no Estado do Paraná, que norteou as normatizações do ensino, a organização espacial e temporal, a organização do currículo e conteúdo para o ensino de primeiro e segundo graus, sendo vistas como prescrições que permearam o ensino e incidiram marcas pontuais na cultura escolar da escola. As prescrições das leis foram postas e impostas para circular nas escolas e ficavam submetidas às cobranças do governo e ao controle do Diretor Escolar. As normas e o regimento criados com o aporte da lei pontualmente cumpriram a finalidade para a qual foram

⁵ De acordo com o a indicação n. 1 do Conselho Estadual de Educação da Comissão de Especial de Estudos e Consequências da Lei n.º 5.692/71 [...] sejam os estabelecimentos reorganizados em unidades integradas de ensino, passo primeiro da implantação (cf. arts. 2º, 3º e 79 da Lei n. 5.692) [...]. (PARANÁ, 1971).

criados. Uma de suas funções era reger a escola; contudo, é preciso levar em conta o uso individual e coletivo que diretores, docentes e discentes faziam de tais regramentos.

No segundo capítulo, abordou-se a Unidade Central — o Complexo nº 2. Essa normativa regulamentou a instrução pública das cinco escolas, sendo que a Escola Estadual Senador Correia foi o eixo central e órgão responsável pelas demais. Em um segundo momento, procurou-se investigar como ocorreu a regulamentação do regimento interno, no contexto em que o país passava por séria repressão política e civil. A escola organizou-se para ofertar o formato de ensino regido pela Lei n. 5.692/ 71, o que implicou a organização do saber a ser ensinado, a organização do tempo e espaço, a orientação dos conteúdos a serem ensinados, os valores a se propagar, sendo a base sobre a qual as escolas se pautaram. Essa lei norteou a elaboração do Regimento Interno do Complexo nº 2 para as cinco escolas: Grupo Escolar Senador Correia, Grupo Escolar José Elias da Rocha, Escola Coronel Cláudio, Escola Sant'Anna, Escola de Artes Industriais.

No terceiro capítulo, abordaram-se as produções cotidianas da disciplina de Educação Física e da Associação Beneficente, Desportiva e Cultural Robin Hood (ABCD “RH”). A entidade foi uma das responsáveis pela organização das quatro edições das Olimpíadas Infante Juvenis de Ponta Grossa (OLIJUP), de 1973 a 1976, configurando-se em uma olimpíada aberta à participação de outras escolas da região, discutiu-se a associação da Educação Física à esportivização e à diversão. Tais momentos foram registrados em fontes documentais e, ao serem analisados, evidenciaram como a escola produziu suas atividades cotidianas, como conduziam ritos, disciplinarização e escolarização.

Capítulo 1

Reorganização da Instrução Pública no Brasil na Ditadura Civil-Militar (1973-1976)

Este capítulo aborda a organização do ensino no período da ditadura civil-militar, com os diversos elementos que permeiam o espaço econômico, político, social e cultural. A ruptura política ocasionada pela ditadura civil-militar exigiu uma nova ordem socioeconômica. Para isso, o governo militar atuou de forma incisiva no sistema educacional brasileiro. Segundo Romanelli (1996, p. 196), medidas práticas tomadas pelo governo não se voltavam apenas para sanar problemas imediatos, como, por exemplo, o aumento da demanda escolar, mas também aqueles ocasionados pela crise econômica. Em breves palavras, Romanelli (1996) expõe os motivos pelos quais o governo militar percebeu a necessidade de adotar medidas para adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico, em consonância com a Doutrina de Segurança Nacional e sob influência da assistência técnica dada pela Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID).

O governo militar fez várias intervenções em quase todos os segmentos do cenário nacional, o que, internamente, repercutiu em uma nova roupagem para as relações de poder entre indivíduos e grupo sociais, nos setores econômico, social, cultural e na educação. A reforma educacional alterou o currículo das escolas brasileiras na década de 1970, fundamentado na Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus no Parecer 853/71.⁶ A Lei n. 5.692 foi implementada por meio do Decreto 66.660, no qual o presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, ficou incumbido de apresentar, dentro de 60 dias, um substitutivo para a Lei n.º 4.024/61 (SAVIANI, 1999).

Promulgada em meio ao chamado otimismo econômico,⁷ que ocorreu na década de 1970, a Lei n.º 5.691/71 impunha a obrigatoriedade de algumas disciplinas (Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais, Educação Artística, Organização Social de Problemas Brasileiros e Estudos de Problemas Brasileiros). Os fundamentos que conduziram a supramencionada lei estavam em sintonia com a agenda do governo militar, bem como dissimulavam as solicitações de ensino de uma escola para atender as necessidades imediatas (da população menos abastada).

⁶ O Conselho Federal de Educação de 1971 pontuou no anexo Parecer n. 853/71 que fixava o núcleo comum obrigatório para os currículos de 1º e 2º graus, definindo objetivos e amplitudes. No § 1º, abrangia as matérias de comunicação e expressão (Língua Portuguesa), Estudos Sociais (Geografia, História e Organização Social e Política do Brasil) e Ciências (Matemática, Ciências Físicas e Biologia). No § 2º, estabelecia Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, este obrigatório para os estabelecimentos oficiais e facultativas para os alunos (BRASIL, 1971, p. 176).

⁷ Para Gaspari (2004, p. 314), na economia a ação do governo foi rápida e dinâmica, pois “no tempo do Milagre a vida do trabalhador parecia-lhe ‘um sonho’: ‘As empresas disputavam os empregados nas portas das fábricas, oferecendo condições e salários melhores’”.

Esses direcionamentos não somente permaneceram ativos no contexto temporal abordado pelo trabalho, assim como em alguns aspectos encontravam-se incrustados na educação. As normas prescritas dos decretos-lei permearam o cotidiano das escolas de todo país. Essas leis foram transcritas de acordo com os ordenamentos do governo militar. Paulatinamente, o ensino foi direcionado para a tecnificação com objetivo de produzir mão de obra para o mercado de trabalho.

1.1 Apontamentos do cenário nacional de reformas educacionais

A instabilidade política e econômica do início da década de 1960 no Brasil acentuou-se durante o governo de João Goulart. Com a deposição de Jango, os militares assumiram o controle ostensivo do espaço público e iniciaram a repressão político-ideológica contra a subversão (CUNHA, 2014, p. 358). Isso facilitou a adesão de unidades militares aos golpistas, sendo que os golpistas civis foram, então, condição para o sucesso do golpe militar (CUNHA, 2014). A partir do golpe, o Brasil passou por tempos tenebrosos, de medo, de repressão, perseguição, violência e caos. No período Kubitschek, o Produto Interno Bruto era de 1,5% (CARVALHO, 2011). Diante da crise econômica, foi necessário formular um Programa de Ação Econômica (1964-1966) para combater a inflação (ALVES, 1987, p. 75).

A chamada época do “milagre econômico” culminou na urbanização de uma burguesia industrial e propiciou o acúmulo de ganhos para a classe mais abastada. Napolitano (2014, p. 134) expõe que “apesar do desenvolvimento inegável e da expansão capitalista, a maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados materiais deste processo de maneira sustentável e equânime”. Embora, em 1977, o crescimento tenha começado a decrescer, chegando, em 1983, a -3,2% e a 5% em 1984, último ano completo do governo militar (CARVALHO, 2011, p. 168).

Fausto (2010) pontua que o crescimento acelerado da fase do “milagre econômico” causou efeitos negativos, sendo possível crescer utilizando apenas a capacidade produtiva existente. Contudo, para continuar crescendo, seriam essenciais novos recursos externos, pois aqueles estavam se esgotando. Esse fato ocasionou dependência, no país, de investidores externos, refletindo, principalmente, na educação.

Carvalho (2011, p. 169) afirma que a expansão da economia transformou a demografia e a composição da oferta de emprego. Essas transformações ocasionaram um deslocamento da população do campo para as cidades, fazendo com que a população urbana aumentasse. A urbanização, segundo Carvalho (2011), significava, para algumas pessoas, o progresso, na

medida em que essa parcela conseguia acesso a conforto e tecnologia, como televisão e eletrodomésticos. A população economicamente ativa passou de 22,7 milhões em 1960 para 4,23 milhões em 1980. Já a ocupação no setor primário caiu de 54% para 30%, entre os anos de 1960 e 1980. No mesmo período, o setor secundário passou de 13% para 24%; e o setor terciário, de 33% para 46% (CARVALHO, 2011, p. 168).

Segundo Cunha (2014), os militares não eram privatistas, e sim estatistas — no período ditatorial foram criadas mais empresas estatais do que até então. Além de formular políticas repressivas para escolas e universidades, eles vigiavam todos os outros campos (econômico, político, cultural, entre outros) para conter o avanço dos comunistas e fazer o saneamento moral da população. O apoio de ministros civis veio a dar nome às normas repressoras do movimento estudantil — a Lei n.º 4.464/64 e o Decreto-Lei n.º 228/67 (Lei Suplicy e Decreto de Aragão, respectivamente).

Em 1964, foi fechado o acordo entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional [*United States Agency for International Development*] (MEC-USAID), com o objetivo de aperfeiçoar o Ensino Primário. Esse acordo de cooperação técnica propôs a junção do primário e do ginásio. Para isso, o USAID disponibilizaria um investimento para cobrir os gastos do acordo firmado, fornecendo técnicos das universidades americanas para o programa. Em contrapartida, o Ministério da Educação e Cultura comprometeu-se com gastos para custear as mudanças na educação, implementando leis e decretos. Segundo Tavares (1980), o acordo MEC-USAID seria um instrumento diplomático presente não só no Brasil como em toda a América Latina, com a vantagem de difundir a ideologia norte-americana, gerando lucros econômicos.

Diante de um contexto turbulento, a educação foi utilizada como instrumento para atingir as finalidades políticas e econômicas. Algumas políticas educacionais no período da ditadura civil-militar foram o prolongamento das reformas que aconteceram no Estado Novo (CUNHA 2014, p. 360).

Seguindo o itinerário para o ordenamento da sociedade e com o objetivo de superar a crise econômica, o governo militar aprovou leis, decretos e atos institucionais buscando, de forma impositiva, tornar-se legítima. A escola não ficaria neutra e seu ensino tomaria o formato do que foi posto pela Lei n.5.692/71. Conforme Carvalho (2011) comenta em seu texto, o governo militar repetiu a tática do Estado Novo, ampliando direitos sociais (uniformização e unificação do sistema previdenciário), mas restringindo os direitos políticos (censura, supressão de direitos políticos cassados, exílio). A liberdade de pensamento ou de livre manifestação foram cerceados, os direitos políticos, suprimidos ou extintos. As correspondências e a

privacidade do lar foram violadas, sem nenhuma punição. O governo militar dialogou com valores já consolidados, embora promovessem mudanças estruturais no âmbito nacional; os valores foram reorganizados conforme os interesses do governo militar.

Reis (2014, p. 61) menciona que “[...] era impossível perceber que, no emaranhado contraditório das políticas da ditadura, tomava corpo um processo de modernização conservadora”. Os valores democráticos eram colocados de lado, em nome do crescimento econômico. O crescimento econômico fez ascender principalmente a classe média, enquanto boa parte da população não podia usufruir da mesma condição.

Mesmo nesse cenário, houve um jogo de acomodação e conciliação que, segundo Motta, (2014) permitiu, em parte, o uso “moderado” de violência. Contudo, Motta (2014, p. 310-311) pontua que “[...] é importante também levar em consideração a influência da cultura política brasileira, marcada por tradicional tendência à conciliação e à acomodação”. A ação de “modernização conservadora” (REIS, 2014) e a “tendência à conciliação e à acomodação” tornaram-se vetores que caminharam juntos, mediante uma política conservadora e autoritária. No arcabouço teórico formado por esses autores, percebem-se similaridades em seus pensamentos, no que diz respeito ao conservadorismo, à repressão e à modernização.

Cautelosamente, o governo militar fez arranjos políticos e educacionais, com o intuito não somente de formar mão de obra capacitada, mas para crescimento econômico do País. A intenção do governo militar era ambígua e contava com o apoio de determinados setores sociais para atender tais fins. Conduzir a educação para a “modernização” implicou a massificação e a degradação do ensino público de primeiro e segundo grau (RIDENTI, 2003, p. 156). De um lado, a repressão, o conservadorismo, o autoritarismo; de outro, o crescimento econômico, grandes obras de infraestrutura, avanços tecnológicos e de comunicação, entre outros.

Em meio ao caos e ao desenvolvimento econômico, o governo militar reorganizou o ensino, elaborando leis e decretos que vieram a coadunar com seus interesses. Na Lei n.º 5.691/71, destacam-se a racionalização e a continuidade do ensino.

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (BRASIL, 1971a).

A formação necessária estava prevista em lei, contudo, para Napolitano (2014, p. 152), “a busca pela expansão dos serviços da educação [...] sempre louváveis, não teve a contrapartida suficiente, em termos de investimento e gestão, para evitar a perda de qualidade”. Além disso, preparar para o exercício da cidadania num regime de exceção é algo no mínimo ambíguo, pois

a liberdade é a condição para o pleno exercício da cidadania. Dessa forma, o direito de escolha política não poderia ser censurado, o estado teria que ser democrático.

Os chamados “Anos de Chumbo” (1968-1974) são marcados pelo endurecimento da repressão política no Regime Militar, com ampliação do autoritarismo político. O discurso patriótico nacionalista tinha como objetivo convencer a população a apoiar integralmente as ações de governo. Houve reafirmação dos costumes objetivando manter valores morais, por meio de controle ideológico e muita repressão. Houve censura nas divisões públicas e na imprensa em geral. No caso da imprensa, os veículos de comunicação eram direcionados a incorporar e defender a moral e os bons costumes, ingredientes políticos reforçados pelos militares (MARTINS, 2016, p. 336).

Para o pensamento político conservador, a educação deveria ser pautada pela busca de um bem comum, mediante o altruísmo e o desafio que se impunha de enfrentar o desafio do materialismo marxista às tradições democráticas e cristãs (CUNHA, 2016). Segundo Cunha (2014, p. 368), os conservadores intitulavam as greves, os movimentos sociais ou qualquer pensamento contrário ao governo de infiltração comunista, responsabilizando esses segmentos pela queda nos padrões de comportamento social, devendo por isso ser combatido pelo ensino da Moral e do Civismo. O conservadorismo não era restrito apenas à educação: estendia-se a outras dimensões sociais. O AI-5 é um exemplo de conservadorismo e autoritarismo, segundo Martins (2016, p. 336); depois do AI-5 houve uma censura cotidiana (correspondências violadas, direitos políticos cassados, supressão de liberdade, exílio, perseguição, prisões arbitrárias, entre outros).

Trata-se de reafirmar a importância, como projeto, do que se pode chamar de ‘utopia autoritária’, isto é, a crença de que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da “democracia ocidental e cristã” (FICO, 2004, p. 34).

Eliminar atos considerados subversivos pelo governo militar possibilitaria conservar a velha ordem, criando um Estado de Segurança Nacional. O Decreto-lei n. 314, de 13 de março de 1967, foi criado com o objetivo de controlar as atividades consideradas oposicionistas (subversivas para o Estado). A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em um período anterior (1949) e visava planejar a segurança nacional, estando associada ao desenvolvimento do país (GONÇALVES, 2012).

A ESG foi o centro irradiador do avanço de diferentes órgãos repressivos, assumindo papel estratégico para manter a ordem política, econômica e social, sendo que, por meio da ESG, foi irradiada a articulação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Para

Coimbra (2000, p. 10), a Doutrina de Segurança Nacional tinha como função proteger as fronteiras contra-ataques externos; ao final dos anos 1950, sua doutrina passaria a combater forças de agitação. Nas palavras da autora, essa revisão veio da Guerra Fria — de um lado, a democracia: Estados Unidos e seus aliados; de outro, os comprometidos com o comunismo internacional: União Soviética e seus aliados. Em nome da Segurança Nacional, o sacrifício seria justificado (limitação da liberdade, direitos cassados, perseguição, entre outros). Aceitação ou acomodação para uns, revolta para outros. Paulatinamente, foi criado um arcabouço de aparelhos repressivos, com o objetivo de vigiar o possível inimigo.

Como já mencionado no parágrafo acima, o governo militar se utilizou de aparelhos repressivos, interferindo em vivências, crenças, valores, costumes e regras. As manifestações políticas, culturais e intelectuais foram coibidas. Entretanto, o movimento estudantil, no ano de 1968, saiu às ruas para protestar, pedindo o fim do convênio MEC/USAID, ensino gratuito e o fim da ditadura. Esse protesto levou à prisão de mais de 700 estudantes (PRIORI *et al.*, 2012).

Esses acontecimentos permitem perceber em que circunstâncias foram promulgadas e implantadas as reformas no ensino. Entre meios coercitivos, supressão de liberdade, repressão, violência, mortes, desaparecimentos, sequestros, prisões arbitrárias, violação da privacidade do lar, entre outros. Assim, gradativamente, foram implementados leis e decretos, especificamente a Lei n.º 5.691/71, que, segundo Gonçalves (2012, p. 15) “[...] foi um dos principais marcos para educação nacional [...]”.

Na busca para erradicar o analfabetismo das populações adultas, foi implementado, em 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) de metodologia tecnicista (NAPOLITANO, 2014, p. 151). Era necessário escolarizar a população pois, para o governo militar, a população estava despreparada; por isso, cabia ao Estado proporcionar uma educação adequada às necessidades impostas pela realidade do contexto político e econômico, articulando a educação ao desenvolvimento.

A educação formaria mão de obra para o mercado de trabalho e reforçaria valores e normas de comportamento adequados para manter a ordem social, com pretensão de fixar o governo militar no poder. Julia (2001, p. 19) aponta que “mais que nos tempos de calma, é nos tempos de crise e de conflitos que podemos captar melhor o funcionamento real das finalidades atribuídas à escola”. Conforme Napolitano (2014, p. 216),

Para o governo, o país já era democrático, posto que fiel aos valores cristãos e ocidentais e defensor da liberdade individual e da livre-iniciativa contra o ‘totalitarismo de esquerda’, mas não abria mão dos instrumentos de repressão, até que um novo sistema de valores estivesse internalizado. Esse sistema era baseado na

interiorização dos limites da ação opositora e do grau de reivindicações de ordem socioeconômica.

A desarticulação da escola e do trabalho poderia ser um empecilho de interiorização de um novo sistema de valores para o governo. Essa assintonia pode ser elucidada quando a distribuição de discentes pelas modalidades de formação se faz a partir da origem de sua classe (KUENZER, 1992, p. 15). Nesse sentido, conservou-se no governo militar a concepção de curso para o povo, uma educação voltada para a profissionalização. Essa desarticulação entre a educação e o trabalho indicaria uma baixa produtividade, pois os currículos eram acadêmicos e desalinhados em relação às funções produtivas; essa situação recebeu o nome de Teoria do Capital Humano⁸ (KUENZER, 1992).

É importante mencionar que a educação brasileira não tinha condições suficientes e estruturadas para atender as exigências econômicas para o trabalho. De acordo com Fausto (2004), no início do governo militar, o Brasil estava em péssimas condições econômicas, um dos motivos por receber apoio dos EUA e fazer o acordo MEC-USAID. O governo militar adotou medidas propostas por esse acordo por concordar que eram adequadas e necessárias para aquele momento. Outras questões dificultavam implementar cursos de formação profissionalizante, tais como: estrutura inadequada, falta de insumos, falta de formação adequada dos docentes, entre outras. Para atender de imediato tais urgências, a reestruturação educacional era indispensável e tinha que atenuar a pretensão de jovens pelo acesso ao ensino superior, formando ainda no 2º grau, elemento que culminou na promulgação da Lei n.º 5.691/71 (KUENZER, 1992, p. 15). O art. 20 da lei postulava a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino dos 7 aos 14 anos de idade. O Art. 5º da mesma lei propunha formação especial, destinada à iniciação e habilitação profissional, mediante as necessidades do mercado local ou regional. O currículo para o 1º e 2º graus, conforme o Art. 4º, foi dividido entre um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada, objetivando atender a necessidades conforme a realidade, bem como diferenças individuais dos discentes, em conformidade com os planos das escolas.

⁸ A Teoria do Capital Humano foi elaborada a partir de estudos que visavam à lógica do mercado e que entendiam a escola como um elemento de formação do capital humano, que ganha força no capitalismo avançado (FRIGOTTO, 1984). Segundo Schultz (1963, p. 19), as escolas deveriam ser vistas como uma indústria, mesmo não possuindo características econômicas e industriais e não serem organizadas para angariar lucros. Schultz (1971, p. 130) aponta ainda que “[...] o fato de tratar a educação como capital humano nada mais é senão um passo à frente rumo a uma captação consciente de todo o capital”. A educação era, assim, pensada e subjugada a partir da produtividade, tendo como único fim a formação para o trabalho. Essa teoria, no Brasil, assumiu características de modernização, o que, segundo Frigotto (1984, p. 128), foi um fator que diminui a disparidade regional.

Na Lei n.º 5.691/71, podem ser observados traços ou elementos que conduziram a educação não somente para a produtividade, mas para a eficácia. O Art. 1º da referida lei apontava que o ensino de 1º e 2º graus teria como objetivo geral proporcionar educação necessária ao desenvolvimento das potencialidades, qualificando para o trabalho e preparando para a cidadania. Faria Filho (1998) compreende a lei mencionada acima como uma prática social e um processo de produção, com várias dimensões e tensões.

Produzir a legislação como corpus documental significa enfocá-la em suas várias dimensões. Isso permitiria um triplo movimento: inicialmente, uma crítica às concepções mecanicistas da legislação, que grosso modo, entende como campo de expressão e imposição, única e exclusivamente dos interesses e das classes dominantes; em seguida, creio que permitiria surpreender a legislação naquilo que, me parece, ela tem de mais fascinante: a sua dinamicidade; e, finalmente, abriria mais uma possibilidade de interrelacionar no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico, às quais, atravessadas pela legislação, vão desde a política educacional até as práticas de sala de aula (FARIA FILHO, 1998, p. 98).

A Lei n.º 5.691/71 interrelacionou o campo educativo a outras dimensões da escola e da legislação (FARIA FILHO, 1998). Essa lei propunha um ensino mais prático, possibilitando o discente a aprender um ofício para desenvolver posteriormente. A formação mínima (aqueles que estudavam até a 5ª série poderiam fazer um curso técnico) contribuiria para o avanço da economia para o progresso da nação. Isso remete à criação da Escola de Artes Industriais em 1960 que, segundo a ata da reunião pedagógica da 5ª série de 1973, foi responsável por ofertar um curso como extensão do ensino para a 5ª série (SENADOR CORRREIA, 1973). A referida ata não menciona, em seu texto, qual curso foi ofertado, qual foi a duração do curso nem a qual área era destinado, apenas chama atenção para a importância de frequência mesmo aos sábados.

Nesse sentido, a escola seria um terreno fértil, propício para tal direcionamento, corroborando, dentro de suas possibilidades, despertar a atenção a outras formas de ensino. Para Forquin (1993, p. 167), a escola é um mundo social que tem características de vida próprias, tem ritos e ritmos, uma linguagem própria, um modo de regulação próprio e de transgressão, e tem seu próprio regime de produção e gestão. Em outras palavras, a escola produz cultura escolar, um saber organizado e didatizado, uma seleção prévia de elementos que compõem a cultura científica, popular e erudita, sendo intencional. Embora a Escola de Artes Industriais tenha sido implementada no início dos anos 1960, antes da ditadura civil-militar, uma das possíveis intencionalidades ao ofertar o curso na escola para alunos do Complexo nº 2 aos sábados poderia ser de preencher o tempo, de ensinar uma profissão para gerar renda, de despertar o gosto pelo trabalho ou a escolha de uma profissão, mas agora reforçado pelas necessidades do mercado de trabalho no recorte de governo militar.

A postura de governo autoritário reverberou em quase todo o cenário nacional. Contudo, os conteúdos ensinados na escola assumem as formas de quem as traduz, e não somente a ideologia que é imposta, mas compartilhada por parte significativa da população, mesclando as concepções antigas de ensino. Para Julia (2001, p. 23), “é que, no momento em que uma nova diretriz redefine as finalidades atribuídas ao esforço coletivo, os antigos valores não são, no entanto, eliminados como por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas”.

Embora Julia (2001, p. 23) esteja se referindo aos embates entre Igreja e Estado no processo de instrução primária em diferentes momentos do século XIX, na qual a escola foi instituída e ligada ao projeto político que visava associar o cidadão à nação a que pertence, é importante compreender que o processo do uso de valores já era recorrente para legitimação do governo e foi reforçado para manter uma consciência cívica por meio da cultura nacional e de inculcação de valores como a noção de progresso.

O alinhamento disciplinar foi pertinente não somente para manter o ordenamento das escolas, mas para o controle social da população. O controle social⁹ não é característica apenas do governo militar, pois advém de outros períodos (os anos de Império). Transformar práticas cotidianas tidas como perigosas no período ditatorial, em prol de um país ordeiro e preparado para o progresso econômico, foi umas das premissas de governo para a escola. Carvalho (1987) indica que o sentimento de nação moderna e forte, difundido pelo Estado, não apresentava nada de novo, era apenas a redefinição de um processo já iniciado no século XIX, na construção da nação brasileira. A disciplina e a ordem seriam elementos essenciais que deveriam compor o comportamento da população brasileira.

De acordo com as prerrogativas da Lei n.º 5.691/71, percebeu-se a reorganização da educação de acordo com o novo modelo socioeconômico. As mudanças que ocorreram nesse contexto histórico são perceptíveis na educação e associadas às transformações políticas e econômicas. Embora tenha havido normas prescritivas para o direcionamento das escolas, cada escola é única. Assim, cada uma produziu práticas singulares, tendo diferentes formas de abordar os conflitos e embates do cotidiano escolar.

⁹ Segundo Bobbio; Matteucci e Pasquino (1995, p. 283), o controle social é um conjunto de meios de intervenção, positivos ou negativos, constituídos por uma sociedade ou grupo, a fim de induzir seus membros a se conformarem às normas, ao impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas e, também, em relação a mudanças no sistema normativo.

1.2 Desdobramentos da ditadura no Paraná

As consequências da instauração da ditadura civil-militar no Brasil foram paulatinamente atingindo todos os estados e o cenário paranaense não escapou disso. Ao longo da década de 1960, o estado do Paraná enfrentaria grave crise administrativa e econômica. O Banco do Estado era devedor de títulos em torno de 2,5 bilhões de cruzeiros à Caixa de Mobilização Bancária e ao Banco do Brasil. Já a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel) tinha uma dívida de 100 milhões de cruzeiros, acumulando um déficit mensal de 10 milhões. O Departamento de Água e Energia Elétrica (DAEE) devia 500 milhões (VALÉRIO, 2007, p. 23). Segundo a autora, o Paraná não tinha condições estruturais atrativas para atrair empreendimentos industriais. Além disso, as estradas do norte do estado que faziam a ligação com o Porto de Paranaguá não eram pavimentadas.

Diante disso, era preciso quitar as dívidas, impulsionar o estado para o crescimento econômico e propiciar condições de expansão da energia elétrica mediante o crescimento da população. Assim, mecanismos foram criados em apoio à industrialização, em conjunto com o incentivo à produção agrícola (RATTO, 1994). Os pressupostos do governo paranaense assumem uma postura desenvolvimentista, consonante às políticas socioeconômicas adotadas ao longo do território nacional. No decorrer da década de 1970, os governos de Parigot de Souza (1971-1973), Emílio Gomes (1973-1975) e Jayme Canet Junior (1975-1979) deram continuidade ao processo de entrosamento do estado do Paraná, o que colaborou com a chamada modernização do setor agropecuário, diversificando a produção (VALÉRIO, 2007).

Entre as medidas para o processo de modernização do estado está o estabelecimento da Cidade Industrial de Curitiba, a refinaria de petróleo em Araucária, a construção de redes de transporte, saneamento básico e energia elétrica. Todas essas medidas mencionadas foram elaboradas e consolidadas na década de 1970. Nesse mesmo período, foi implementado o Programa para Capacitação de Pessoal em Planejamento, com objetivo de preparar recursos humanos para consolidar mudanças administrativas. Segundo Valério (2007), as diretrizes do governo do Estado do Paraná mantinham laços estreitos com o governo militar de 1960 a 1970.

Em paralelo com o processo desenvolvimentista socioeconômico, o Paraná organizou sua educação a partir da Lei n.º 5.691/71, em consonância com o Ministério da Educação e Cultura, elaborando o Plano Nacional de Educação do Paraná. A tendência desenvolvimentista inspirou as diretrizes educacionais, tendo como um dos principais objetivos reestruturar os níveis de ensino de 1º e 2º graus (MARTINS, 2002). Entre as determinações legais estipuladas para o ensino de 1º e 2º graus, observamos a preocupação em reunir escolas pequenas em

unidades mais amplas, para suprir as dificuldades em conjunto. Essa junção das escolas em complexos proporcionaria diminuição de gastos, pois, ao invés de construir novos prédios e contratar professores para determinadas disciplinas,¹⁰ utilizaria os mesmos espaços e profissionais. Esses elementos mencionados na Lei n.º 5.691/71 foram cumpridos pelas escolas (Escola Estadual Senado Correia, Grupo Escola José Elias da Rocha, Artes Industriais, Escola Sant'Anna, Escola Coronel Cláudio) quando foi feita a junção no Complexo nº 2.

Ao longo da década de 1960, a política de desenvolvimento econômico do governo Ney Braga (1961-1965) e do governo Paulo Pimentel (1966-1971) foi centrada na diversificação da agricultura e incentivo à industrialização. Esses elementos impulsionaram a escolarização dos paranaenses, um dos motivos para as autoridades implementarem o ensino técnico nas escolas (VÁLÉRIO, 2007). Mas, para efetivar os elementos mencionados, foi necessário não somente elaborar uma reforma na educação, mas construir prédios, realizar formações para docentes, comprar materiais adequados ao ensino e alterar métodos pedagógicos. Pode-se comentar que a junção das escolas em complexos supriu algumas necessidades por um curto período, mas a construção de novos espaços foi indispensável para a estruturação do ensino técnico.

De 1965 a 1967, no estado do Paraná, foi proposta a construção de 3.160 salas de aula, sendo 1.139 destinadas ao ensino primário rural, 1.146 para o ensino primário urbano e 617 para os outros segmentos (PARANÁ, 1965). Foi criado o programa Mobilização Estadual Contra o Analfabetismo (Meca),¹¹ destinado à alfabetização de adultos, além da ampliação do programa de merenda escolar e da criação da Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar) e do Fundo do Ensino. Tais políticas vinham no esteio da criação de outros programas e órgãos, como o Fundo de Desapropriação e Colonização, o Departamento de Estradas e Rodagens (DER), a Administração do Porto de Paranaguá, o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (IBPT) e o Departamento de Água e Esgotos (DAE-1962) — transformado dois anos depois em Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) — e a Companhia Paranaense de Energia (Copel) na década de 1950.

A Lei n.º 5.691/71 visava à criação de 130 cursos técnicos diferentes a serem ofertados pela escola (VÁLÉRIO, 2012, p. 58). Cada escola seria responsável por selecionar os cursos; contudo, as unidades não tinham material adequado para realizar tais cursos. Em decorrência

¹⁰ No caso do Complexo n. 2, composto por cinco escolas, segundo as atas de reuniões pedagógicas (1971, 1972, 1973, 1974) e o Regimento Interno do Complexo n. 2, a Escola de Artes Industriais ofertaria o curso profissionalizante (a documentação não especifica qual): apenas chama a atenção dos pais para a importância da participação dos docentes no curso, mencionando que parte da renda angariada pela venda seria repassada aos docentes carentes e o resto seria para colaborar com a compra de materiais.

¹¹ Programa criado no Estado do Paraná, em nível regional, mas contava com apoio do Governo Federal (PAIVA, 2003).

da falta de financiamento, apenas alguns cursos tinham reais condições de oferta, tais como: Secretariado, Técnicas Agrícolas, Administração, Contabilidade e Magistério (VALÉRIO, 2012).

Com objetivo de cumprir a lei, foi criado, em 1970, pelo secretário de Educação do Paraná, o Grupo de Assessoramento e Planejamento (GAP) para implantar tais cursos. A base forte da economia paranaense era o café; porém, com a política da erradicação do café (1965-1967), esse fator agravou o desemprego (GONÇALVES; GONÇALVES, 2008, p. 154). O desemprego culminou num afluxo populacional do meio rural para o urbano. Desse modo, foi preciso instaurar uma organização política e estrutural para atender as crescentes demandas por emprego, moradia, saúde e educação.

Nesse período, o número de escolas não deu conta de atender à crescente demanda escolar. O governo militar se apoderou de vários setores; entre eles, a economia, com o objetivo de difundir suas ideias. Paralelamente, elementos da economia permearam não somente a política educacional paranaense, mas outros setores em nível nacional (GONÇALVES; GONÇALVES, 2008; VALÉRIO, 2012; NAPOLITANO, 2014).

Após a euforia do “Milagre Econômico”, dos pesados investimentos estrangeiros e da progressiva distensão política, o Brasil entrava na década de 1980 ameaçado pela crise internacional, com futuro incerto. Diante da redução das taxas de crescimento econômico, aumento da inflação e desemprego, embora o Paraná não tenha sido um dos estados a sofrer mais com a crise, sentiu os seus reflexos. Com o quadro econômico recessivo, Ney Braga assume seu segundo mandato (1979-1983), dando ênfase à expansão agrícola, industrial e aos investimentos internacionais feitos na década de 1960 (PARANÁ, 2002, p. 22).

Um das cidades que cresceu com a expansão socioeconômica foi Ponta Grossa. Segundo Monastirsky (2001), em 1899, iniciou-se a construção da Estação Ponta Grossa, que seria anexa à Linha Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, sendo inaugurada em maio de 1907, com o nome de Roxo Rodrigues. Isso fez com que a cidade se tornasse um importante entreposto comercial de parada obrigatória dos trens que vinham de Curitiba, São Paulo e Rio Grande do Sul, com extensão ao Uruguai e Argentina (MONASTIRSKY, 2001, p. 43). Segundo esse autor, foi criada próxima à Estação Ponta Grossa (estação de passageiros) um espaço de encontro de várias pessoas, com produtos ou mercadorias que circulavam no entroncamento ferroviário, colaborando para uma posição de destaque da referida cidade. Na década de 1970, a cidade de Ponta Grossa teve um crescimento notável no setor agroindustrial, com produção de soja para exportação (NASCIMENTO, 2011).

A conclusão da linha Usina Salto Grande do Iguçu-Irati-Ponta Grossa, em 1967, colocou Ponta Grossa como cidade privilegiada dentro do Sistema Estadual de Eletrificação (NASCIMENTO, 2011, p. 50). Com energia abundante, incentivos fiscais e instalação de novas unidades industriais, propiciados no início da década de 1970, a cidade de Ponta Grossa foi privilegiada com a implantação de um parque industrial (SILVA, 1993). Segundo Nascimento (2011, p. 51), Ponta Grossa tinha como base a indústria de madeira, produtos alimentícios, bebidas, extração vegetal, dentre outros. Sua população, na década de 1960, era jovem, fato que demonstra indício de renovação no quadro demográfico social.

Nesse contexto, como já foi mencionado, a promulgação da Lei n.º 5.691/71 interrelacionaria educação, trabalho e economia. A Lei n. 5.692 foi promulgada em 1971 pelo governo militar, mas somente no 2º semestre de 1972 foi implementada na Escola Estadual Senador Correia. Vejamos o teor da ata de reunião pedagógica: “[...] a diretora deste estabelecimento disse aos pais que em agosto será convocada uma reunião para conscientização do mesmo da Reforma do Ensino, que será implantada no estabelecimento no 2º semestre [...]” (SENADOR CORREIA, 1972, p. 5). Observando as datas, percebe-se que a escola dava os primeiros passos para implementar a Reforma de Ensino, oito meses depois de sua promulgação.

De acordo com o histórico¹² do Grupo Escolar Senador Correia do dia 21 de abril de 1973:

Ponta Grossa vive hoje seus momentos de ouro, com firmeza, decisão e ritmo de intenso progresso. Nosso Valor social, cultural, administrativo e econômico é conhecido em todo o Brasil, como se fosse um testemunho de arte fabricado pelo amor e pelo trabalho no transcorrer de 150 anos. A partir de 1971, com a chegada das primeiras fábricas, a Princesa dos Campos despertou para a industrialização. Na euforia sem enganos, na industrialização planejada, Ponta Grossa entra no ano do seu Sesquicentenário, plena de alegria, de otimismo e confiança. Foi sendo prática, realista, sincera, que nossa cidade trocou as canseiras do desemprego, pela industrialização que magnetiza o sul do país, e que transforma Ponta Grossa na Capital Mundial do Soja (SENADOR CORREIA, 1973, p. 1).

Nesse processo de industrialização, especificamente a soja movimentou não somente a economia ponta-grossense, mas a vida social e cultural da cidade. Em Ponta Grossa, nos anos 1970, foi organizado o concurso da Rainha da Soja e o Encontro com a Soja, seminário para dialogar sobre o produto, com base nas estratégias de marketing da multinacional Sanbra¹³ (CANÇADO, 2008, p. 26).

¹² Trata-se de um documento independente, que contém três páginas pertencentes ao contexto da pesquisa.

¹³ A Prefeitura Municipal e a multinacional Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro construíram na cidade o Complexo Agroindustrial Beneficiador de Soja, a multinacional Sandra (CANÇADO, 2008).

A industrialização e a sucessiva urbanização diretamente encaminhariam a cidade de Ponta Grossa para o progresso, desencadeado diálogos entre governantes sobre questões elementares no tocante a trabalho, formação profissional e educação. Dentro desse contexto, os governantes ponta-grossenses, cientes da inclinação da cidade para o setor agroindustrial, empenharam-se ainda mais nas transformações do campo industrial que corriam no estado. O histórico do Grupo Escolar Senador Correia destacou sua percepção sobre pátria, trabalho e educação na Marcha de Ponta Grossa:

Acredita no Brasil, trabalha porque ama, e sabe que dentro dessa obra gigantesca que é o pleno desenvolvimento de nossa Pátria, qualquer parcela de trabalho é importante, e que a educação de um povo é tarefa que exige tudo: amor, sacrifício, sinceridade, responsabilidade, espírito de união (SENADOR CORREIA, 1973, p. 8).

Desse modo, a educação encaminhou-se como âncora salvadora, o que não é característica apenas deste contexto de pesquisa. Os trechos da ata mencionados acima indicam adesão e aprovação da escola às diretrizes governamentais. Observou-se, segundo o mapa dos complexos de 1973 descrito no regimento interno, que a educação foi organizada em sete complexos, com a junção de cinco ou mais escolas em complexos — tema que será discutido no subitem posterior. A Escola Senador Correia organizou o complexo, cumprindo determinações da Secretaria da Educação do Estado. Contudo, ficou patente na pesquisa que esta organização cumpriu parcialmente a função para a qual foi organizada. A título de exemplo, podemos citar a ata da reunião pedagógica de 1973, que menciona a falta de verba para a realização do curso, o que poderia indicar um descaso do governo com relação ao financeiro ou falta de planejamento da escola. A ata não especifica se a escola ofertou algum curso proposto pelo governo.

A educação foi reordenada; a marca visível desse processo é a educação do corpo para a reorganização da cultura nos moldes do governo militar. Segundo Soares (2005, p. 11), o corpo vigoroso, ativo, autônomo é o primeiro sinal de um mundo em estruturação. Esses elementos poderiam ser alcançados por meio dos exercícios físicos ofertados na disciplina de Educação Física. Na Europa, ao longo do século XIX, a ginástica científica afirmou-se como parte significativa dos novos códigos de civilidade (SOARES, 2005). No Brasil, segundo Betti (1991, p. 161), o conteúdo esportivo foi articulado à velha ginástica sueca e francesa, bem como à ideologia do governo militar, com ênfase na aptidão física como sustentáculo do desenvolvimento, espírito de competição, coesão nacional e social, promoção externa do país, senso moral e cívico, senso de ordem e disciplina. Certamente, essa visão justifica a forma como foi organizada a Educação Física, posto que contempla esses elementos.

1.3 Educação Física e a cultura escolar

No subitem anterior, discorreu-se sobre as implementações políticas no Estado do Paraná, contextualizando a cidade de Ponta Grossa mediante o recorte temporal abordado pela pesquisa. Intentou-se, por meio das leituras bibliográficas, discutir elementos que permearam o espaço e o tempo, objetivando entender a influência das projeções de governo na educação.

Neste subitem discorreremos sobre a história das disciplinas escolares com o aporte do pesquisador francês André Chervel. Para isso, foi necessário compreender a importância do delineamento da história da disciplina escolar. Posteriormente, serão discutidos alguns elementos que fizeram parte da disciplina de Educação Física, que associavam esta à esportivização, que paulatinamente permearam a cultura escolar.

A implementação da disciplina de Educação Física cumpriu a promulgação da Lei n.º 5.691/71, que normatizava sua obrigatoriedade. Thompson (1981) pontua, em seu texto acerca da redução da Educação Física escolar aos códigos esportivos, que adaptou as políticas governamentais e as necessidades dos docentes da área, a alocação de recursos públicos, elevação de *status quo* e legitimação social da área. Pode-se comentar que os modos de fazer e a própria esportivização reorganizaram identidades pessoais e coletivas. Os desdobramentos da disciplina possibilitaram a interação entre comunidade e escolas, apresentando variadas modalidades de esporte e proporcionando à comunidade participar como plateia.

[...] atentar para a materialidade e para as formalidades das práticas pedagógicas escolares é perceber que tais elementos dão a ver posições de poder no campo de educação, modos de fazer a escolarização e de instituir identidades pessoais e profissionais. Dispor dos objetos, dispor os objetos escolares, é produzir a cultura escolar e inventar/inventariar formas próprias de instituir a escola (FARIA FILHO, 2002, p. 113).

Faria Filho (2002, p. 113-114) situa as abordagens da noção de cultura escolar de Julia (2001) não apenas como um conjunto de normas ou condutas a inculcar, mas como práticas de transmissão de conhecimentos ou incorporação de comportamentos; e ,também, apoiando-se em Viñao Frago (1995), comenta que os espaços, os tempos, a materialidade da escola permitem articular as duas dimensões: o tempo mais longo e a dimensão macro dos processos de escolarização, com um tempo curto e dimensão micro das práticas escolares.

Na dimensão macro dos processos de escolarização, encontram-se as disciplinas que, para Chervel (1990), são produtos específicos da escola. Segundo Chervel (1990, p. 182), a escola não é simplesmente um espaço de transmissão de saberes; ela produz seu próprio saber

ou um saber específico. A produção do saber próprio permeia a cultura escolar e adentra na história das disciplinas.

A história das disciplinas, para esse autor, tem um papel estruturante na compreensão do funcionamento da escola, uma vez que produz um saber próprio. Chervel (1990, p. 177) discorre sobre a noção de disciplina e as definições e seus sinônimos, “como ‘matérias’” ou “‘conteúdos’ de ensino” ou “a disciplina é tudo aquilo que se ensina e ponto final”, sem relação com conteúdos disciplinares. Interessante notar que a história da palavra disciplina (escolar), até o século XIX, designava vigilância dos estabelecimentos, repressão de condutas prejudiciais à boa ordem. Durante o primeiro decênio do século XX, segundo Chervel (1990, p. 177), a definição da terminologia disciplina começa a ganhar novos contornos ou significados.

Se se pode atribuir um papel ‘estruturante’ à função educativa da escola na história do ensino, é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. O estudo dessas leva a pôr em evidência o caráter eminentemente criativo do sistema escolar e, portanto, a classificar no estatuto dos acessórios a imagem de uma escola encerrada na passividade, de uma escola receptáculo dos subprodutos culturais da sociedade (CHERVEL, 1990, p. 184).

Nas palavras do autor, o sistema escolar tem um papel duplo não percebido, pois forma não somente o indivíduo, mas também a cultura que penetra e modifica a sociedade, que é global. Fonseca (2006, p. 9) define, epistemologicamente, a disciplina escolar como “[...] o conjunto de conhecimentos identificado por um título ou rubrica e dotado de organização de que trata e formas próprias para sua apresentação”. Seu surgimento se dá por meio de interesses de grupos ou instituições, como profissionais científicos ou religiosos, ou seja, a Igreja ou Estado. Segundo essa autora, situa-se no final da idade Média a organização dos primeiros conjuntos de saberes que se constituem como disciplinas escolares.

Até o fim da II Guerra Mundial, a terminologia disciplina é vista em sentido puro da palavra, “um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte” (CHERVEL, 1990, p. 180). Nas palavras do autor supracitado, são considerações lexicológicas, que não refletem o debate, senão o peso das palavras, mas permitem atrair a atenção sobre a própria natureza da entidade disciplinar, prevalecendo o domínio dos conteúdos de ensino.

[...] os conteúdos de ensino são concebidos como entidades sui generis, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem dever a nada além delas mesmas, quer dizer à sua própria história (CHERVEL, 1990, p. 180).

A partir de 1970, a disciplina escolar começa a ser tomada como objeto da história. As disciplinas como transmissão de saberes são dirigidas aos docentes, que, para Chervel (1990), estão atreladas aos conteúdos e à configuração de cada disciplina e sua finalidade. As necessidades temporais modificaram-se historicamente e as disciplinas foram ajustadas para suprir tais necessidades.

O art. 7º da Lei n.º 5.691/71 apontava a obrigatoriedade Educação Artística, Educação Física e Educação Moral e Cívica, para estabelecimentos de 1º e 2º graus, conforme os planos de possibilidades para atender as diferenças individuais de cada aluno. Cada disciplina tem sua autonomia e finalidade educativa, e está “[...] no centro desse dispositivo”, a escola. (CHERVEL, 1990, p. 188).

Segundo a ata de reunião pedagógica de 1º de novembro de 1974 da olimpíada organizada pela escola, por meio da OLJUP, a escola teve o convite para participar de jogos em outra cidade paranaense. A ata da reunião pedagógica da OLJUP pontuou a organização da 4ª edição da olimpíada em função da realização dos Jogos Abertos do Paraná e dos Jogos Estudantis da Primavera, avisando que “[...] que no domingo, nossos atletas jogarão em Castro” (SENADOR CORREIA, 1974, p. 6). O Art. 10 do Decreto n. 69. 450/71 mencionava a participação de discentes de qualquer nível em competições em nível estadual, nacional e internacional, que eram consideradas atividades curriculares regulares, para efeito de assiduidade da Educação Física (BRASIL, 1971b).

É válido comentar que os docentes de Educação Física tinham autonomia para escolher atividades ou exercícios físicos para trabalhar em sua disciplina, desde que suas escolhas contemplassem os elementos contidos na Reforma de Ensino. De acordo com o Art. 4º do Decreto n. 69. 450/71, “a adequação curricular aos objetivos a serem alcançados em cada unidade escolar ou conjunto de unidades sob direção única, será realizada anualmente por intermédio de um plano, considerando-se os meios disponíveis e as peculiaridades dos educandos”.

A escola acaba em muitos casos tornando-se “[...] o santuário não somente da rotina mas da sujeição, e do mestre, o agente impotente de uma didática que lhe é imposta do exterior” (CHERVEL, 1990, p. 193). Essa ação descrita por Chervel (1990) é decorrente de uma lei vigente, que traz a possibilidade de nortear os diferentes pensamentos pedagógicos do contexto temporal. As normativas expunham a obrigatoriedade das disciplinas citadas acima, mas o encaminhamento e a didática dependiam do uso que os sujeitos faziam dela, e ainda, como se apropriavam delas, externalizando a sociedade.

Oliveira (2004, p. 12-13) discorreu em seu texto, com aporte de várias fontes, sobre a transformação da aula de Educação Física em espaço de aprendizagem esportiva simples, calcado pela aptidão física e manutenção da saúde individual. Segundo Oliveira (2004, p.13), é “claro que, dada a ‘essência’ de um regime autoritário, a educação física no Brasil também foi pensada numa perspectiva de controle social [...]”.

Tendo em vista que as seleções de conteúdos abordados pelo plano de aula de Educação Física são pautadas pela racionalidade externa (o código curricular), pode-se comentar que foram feitas em função de justificar a escolarização. O plano de aula de Educação Física de 1974 sintetizou a Educação Física em dois aspectos: o formativo e o recreativo. O exercício físico deveria ter objetivo, ser interessante, ter significação e, assim, trabalhar corpo e mente para satisfazer as necessidades de ordem física, psíquica ou social, proporcionando prazer (SENADOR CORREIA, 1974, p. 1). A partir da análise do plano de aula de Educação Física, é possível inferir que os conteúdos que caracterizavam a Educação Física escolar estavam distribuídos na perspectiva de manutenção do controle social.

Tal controle seria indispensável para conter os chamados atos de não concordância ou desajustamento social.¹⁴ A Educação Física poderia propiciar o sincronismo entre controle, entre liberdade e humanismo e tecnicismo (OLIVEIRA, 2003). No que concerne ao desenvolvimento dessa disciplina na Escola Estadual Senador Correia, segundo as atas das reuniões pedagógicas das olimpíadas e o projeto da OLIJUP, notou-se controle, pois nos treinos chamou atenção a disciplinarização, comprometimento e responsabilidade, mas também serviriam por um tempo (quatro edições das olimpíadas) para lazer da comunidade escolar (SENADOR CORREIA, 1973).

Para Souza Junior e Galvão (2005, p. 394):

É possível também, nesse campo, captar elementos que, em um conflituoso percurso de conquista de legitimidade de uma ou outra disciplina curricular, mostrem a conquista de um estatuto, a briga por recursos, as delimitações territoriais no interior do currículo escolar, os espaços nos horários etc.

¹⁴ Coimbra (1999, p. 77) menciona em seu trabalho sobre práticas psicanalíticas no período ditatorial que, ao analisar a atuação dos psicólogos que prestavam assistência aos presos políticos, percebeu-se a contribuição desse profissional para a construção da imagem do jovem degenerado, subversivo, logo, desajustado. Esta imagem, segundo o autor, esteve associada ao jovem drogado, um sujeito perigosíssimo por fugir às obrigações e projetos de ascensão social de suas famílias. Segundo a autora, esses filhos “desviantes” e “diferentes” seriam produzidos pelos problemas que essas famílias passavam. Se algum militante é sequestrado, torturado e assassinado; se algum hippie, após experiências com drogas, não retorna da “viagem”, ele e sua família são os responsáveis, e não o estado de terror que vigorou no país. Em outras palavras, um sujeito desajustado seria aquele fora dos padrões e modelos esperados socialmente.

A legitimidade de uma ou outra disciplina se delinea ora mutável ora estática; ou aglutinada às outras disciplinas ou autônoma, constituídas em um universo de disputas de poder. As disciplinas escolares partem da cultura escolar e compreendem um conjunto de saberes em forma de subscrição ou conteúdos de ensino (CHERVEL, 1990). O espaço escolar, para esse autor, é um ambiente criativo na produção das disciplinas escolares.

A disciplina escolar é então constituída por uma combinação, em proporções variáveis, conforme o caso, de vários constituintes: um ensino de exposição, os exercícios, as práticas de incitação e de motivação e um aparelho docimológico, os quais, em cada estado da disciplina, funcionam evidentemente em estreita colaboração, do mesmo modo que cada um deles está, à sua maneira, em ligação direta com as finalidades (CHERVEL, 1990, p. 207).

O processo de transmissão cultural circunscreve a cultura escolar, seja modificando-a ou mantendo-a. As disciplinas escolares podem corroborar para a disseminação de padrões temporais de civilidade, de valores propagados por um grupo ou para produção cultural. “Uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes de sala de aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina” (CHERVEL, 1990, p. 184).

As finalidades educacionais emanam da sociedade global (CHERVEL, 1990). As disciplinas não são entidades abstratas: são organismos vivos e seu estudo não pode ser separado de quem lhe dá a vida, ou seja, os professores (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 204). Nas palavras desse autor, as disciplinas nascem, desenvolvem, evoluem, transformam, desaparecem, engolem umas às outras, atraem, repelem, desgarram, unem entre si, relacionam e intercambiam informações, entre outros. Ainda, a história das disciplinas escolares, para alguns, “é o núcleo fundamental da cultura escolar” (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 188). Assim, sendo o núcleo da cultura escolar, seus resultados práticos circunscrevem os ritos, os costumes, os modos de pensar e de fazer da cultura escolar de cada instituição de ensino.

A escola é um espaço de produção do saber, relativamente autônomo, de assimilação de conhecimentos, difundidos e adotados em outros âmbitos da sociedade, que delinham um novo modo de pensar, de agir e de fazer. A educação dada e recebida nos estabelecimentos escolares é, à imagem das finalidades correspondentes, um conjunto complexo que se reduz aos ensinamentos explícitos e programados (CHERVEL, 1990, p. 189). Entretanto, ao analisar as fontes documentais da Escola Senador Correia (1973-1976) e em concordância com Goodson (2003), o delineamento das disciplinas escolares não se reduz apenas a leis e burocracias vigentes no período abordado pela pesquisa. Antes, estaria articulado à elaboração do plano de aula que os docentes redigem, nos departamentos de matérias e na própria escola. Pode-se

comentar que a disciplina de Educação Física não se reduziu aos ensinamentos programados por leis, decretos e planos de aula: ela ultrapassou esse nível quando combinou elaboração, prática e ação.

Para Chervel (1990), mesmo que as disciplinas escolares repousem sobre os ensinamentos explícitos, não constituem senão uma parte da educação escolar. E, ainda que as finalidades impostas à escola não encontrem um campo de aplicação, a não ser em um ensino explícito, nada impede reconduzir as disciplinas escolares à finalidade que está associada. Sendo as disciplinas uma parte da educação e sua organização interna; sendo, em parte, produto da história, portanto; a cultura escolar é constituída por partes dessa história, como se fosse um esquema cumulativo vivo, que ora muda, delineando outro formato, ora resiste para se manter com as características iniciais de sua constituição. Porém, sem perder as especificidades de seu tempo, mas agregando cumulativamente as diversas características que diferenciam uma disciplina da outra.

Os conteúdos explícitos das disciplinas escolares podem estar ligados ou articulados à filosofia de escola, governo e sociedade. Cada disciplina escolar apresenta sobre um plano como *corpus* de conhecimento provido de uma lógica interna (CHERVEL, 1990), com características exigidas pelo governo, com algumas variações ou desvios. As variações ou desvios constituem as especificidades das práticas cotidianas realizadas nas disciplinas, que perpassam a cultura escolar.

As disciplinas escolares propostas pela Lei n.º 5.691/71 foram integradas ao ensino e não se limitaram a reproduzir a cultura que estava fora dela, mas a transformaram em saber, em culturas próprias. Alguns fatores significativos foram gerados pela implementação da Lei n.º 5.691/71, entre eles: a mudança do tempo de escolaridade, a concepção de escola e a interferência no que deveria ser ensinado nas disciplinas, fossem obrigatórias ou facultativas.

O delineamento dessas ações, as formas tomadas constituíram a cultura escolar da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976). A premissa é que leis, decretos, pareceres e disciplinas são criados ou modificados, reformulados ou extintos quando se modificam os objetivos do ensino, que geralmente estão ligados a ajustamentos socioeconômicos da sociedade. Essa adequação concebe um ajustamento a vida social. No caso desse contexto, o governo foi tomado, não eleito por vias democráticas. Então, desde o início, seus princípios de governo eram pautados no autoritarismo, pilar que sustentou o governo civil-militar por 21 anos.

O imaginário ordeiro e disciplinador de governo permeou a sociedade, especialmente as escolas, instrumentalizadas por esse imaginário. Embora cada espaço concebesse os

direcionamentos elencados pelo governo de formas diferenciadas, um caráter disciplinador já existia nas escolas antes do período ditatorial, o que pressupõe que houve ênfase maior em determinadas ações. A cultura escolar caminha tanto para mudanças quanto para permanências, embora tome algumas características de cada época.

“As disciplinas escolares intervêm igualmente na história cultural da sociedade. Seu aspecto funcional é o de preparar a aculturação dos alunos em conformidade com certas finalidades [...]” (CHERVEL, 1990, p. 220). A conformidade das disciplinas elencadas como obrigatórias, promulgadas pela Lei n.º 5.692/71, citadas anteriormente no texto, “[...] tornam-se entidades culturais como outras, transpõem os muros da escola, penetram na sociedade, e se inscrevem então na dinâmica de outra natureza” (CHERVEL, 1990, p. 220).

No período abordado pela pesquisa, a disciplina de Educação Física integrou elementos no cotidiano escolar, reforçando o ordenamento interno, como a ênfase nos treinos esportivos, principalmente no período de realização das olimpíadas. Treinar para competir nas olimpíadas significou ganhar ou perder medalhas, conquistar *status* para a escola e para si mesmo, o que exigiu comprometimento, esforço mútuo, responsabilidade, trabalho em grupo, lidar com limitações tanto de materiais como corporais, entre outros elementos. Todo esse processo implicou a disciplinarização de discentes e docentes, que paulatinamente permeou a cultura escolar do período.

Esses elementos já eram trabalhados desde o início do século XX no Brasil, articulados às reformas políticas e educacionais ocorridas no país, com vistas a educar o corpo social (SILVA; CAPRARO, 2011, p. 634). Nesse sentido, fica evidente que a Reforma do Ensino implementada no governo ditatorial apenas reorganizou alguns elementos, dando ênfase ou colocando certa pressão nas escolas ou nos sujeitos participantes do âmbito escolar para se adequar às normatizações. Nas palavras de Silva e Capraro (2011, p. 635), a Educação Física constituiu mais um dispositivo transformador de corpos em objeto de conhecimento e de possível intervenção. Embora não seja a única vem cumprindo parcialmente seus objetivos e finalidades. Não é à toa que, nas atas de reuniões pedagógicas da OLIJUP e na ata da ABCD “RH” da Escola Estadual Senador Correia, a Educação Física é mencionada como uma das disciplinas capazes de educar o corpo de discentes de forma integral para exercer a cidadania e colaborar com o progresso do país. Educar o corpo social é um objetivo almejado por muitos governos, mas o que temos que pensar criticamente é se as práticas não são somente uma reorganização de uma política anterior.

Capítulo 2

Unidade Central: a Escola Estadual Senador Correia

No capítulo anterior, foram apresentados apontamentos do cenário nacional a partir do contexto de 1973 a 1976. Foram tempos de autoritarismo, repressão, violência, perseguição e supressão da liberdade. Para que o processo de expansão econômica ocorresse, foram elaboradas medidas socioeconômicas e educacionais. Em resumo, o primeiro capítulo buscou discutir a implementação da Lei n.º 5.691/71, bem como o espraiamento socioeconômico paranaense e ponta-grossense. Por último, foram discutidas as disciplinas obrigatórias promulgadas pela Lei n.º 5.691/71, assim como a conceituação do termo, com o respaldo de Chervel.

Este capítulo, por sua vez, desloca-se para a análise do Regimento Interno do Complexo nº 2, no qual a Unidade Central foi a Escola Estadual Senador Correia, que organizou e coordenou quatro escolas que fizeram parte do Complexo nº 2: Grupo Escolar José Elias da Rocha, Escola Coronel Claudio, Escola de Arte Industrial e Escola Sant'Anna. O projeto-piloto do governo reordenou as escolas nos chamados complexos, reduzindo gastos operacionais e de recursos humanos, propiciando às escolas que compunham o complexo ter acesso ao ensino profissionalizante (VALÉRIO, 2007).

O Regimento Interno do Complexo nº 2 foi elaborado sob o aporte da Lei n. 5692/71. Esse documento expunha as funções e os objetivos de ensino, além de organizar e estruturar a escola em conformidade com os interesses do governo militar. Nesse sentido, a educação foi utilizada como um dos dispositivos responsáveis não somente pela formação e profissionalização dos indivíduos, mas como um meio de inculcar valores éticos e morais.

2.1 Regimento Interno do Complexo nº 2: normas prescritivas de um projeto-piloto para cinco escolas.

Na escola, são produzidos diversos tipos de documentos e registros, que direcionam seu funcionamento, organizam e controlam suas atividades cotidianas e saberes. Esses documentos podem ser de ordem burocrática ou não. Tais documentos são elaborados para cumprir protocolos, atendendo as normas do Sistema de Ensino e Estado, que organizam e sistematizam o âmbito escolar. De acordo com a Lei n.º 5.691/71, “Parágrafo único. A organização administrativa, didática e disciplinar de cada estabelecimento de ensino será regulada no respectivo regimento, a ser aprovado pelo órgão próprio do sistema, com observância de norma

fixada pelo respectivo Conselho de Educação” (BRASIL, 1971c). Esse documento regularia a substituição de uma disciplina, área de estudo ou atividade por outra.

Organizado em 41 páginas, o Regimento Interno do Complexo nº 2 abordou, em tópicos, como as escolas deveriam se organizar a fim de cumprir a Reforma de Ensino. Seus tópicos são: preâmbulo, histórico das cinco escolas que compunham o complexo e 14 capítulos. Logo no início da documentação, encontrou-se a justificativa da elaboração do regimento escolar.

Não possuindo o Grupo Escolar “SENADOR CORREIA”, Unidade Central e as demais unidades que formam o Complexo nº 2, até o presente data um Regimento Escolar, e cumprindo o que preconiza a Lei 5692, elaborou o presente Regimento Interno, de acordo com as normas fixadas, para que seja submetido à apreciação e posterior aprovação (SENADOR CORREIA, 1973, p. 1).

O documento mencionado acima norteou a organização das cinco escolas que fizeram parte do complexo. Segundo o Regimento Interno do Complexo nº 2, formar o homem integral, refazendo os caminhos quando houver enganos (SENADOR CORREIA, 1973), foram preocupações das escolas que compunham o complexo. A educação, seguindo a Lei n.º 5.691/71 no Art. 1º, formulava que “o ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento das potencialidades como elemento de autorrealização [...]” (BRASIL, 1971a). Segundo o regimento do Complexo nº 2 de 1973,

Dentro desse contexto, fixamos nossos objetivos para 1º grau, onde pretendemos desenvolver a educação como um processo de atuação do educando, a fim de dotá-lo de maturidade que o capacite a se encontrar com a realidade de maneira consciente, equilibrada, eficiente e nela agir como cidadão participante. Desenvolver o espírito de responsabilidade social conduzindo o educando a servir com lealdade, dinamismo e espontaneidade em seu convívio social e predispor-lo a cooperar na solução das deficiências comunitárias, visando o bem comum (SENADOR CORREIA, 1973, p. 7-8).

As normativas regimentais do Complexo nº 2 detalhavam objetivos e elementos que pertenciam à Reforma do Ensino (Lei n.º 5.691/71) e que, segundo o regimento, dariam condições para a Escola Estadual Senador Correia e demais escolas enfrentarem a problemática da educação daquele contexto. (SENADOR CORREIA, 1973)

Situado em Ponta Grossa, município-piloto, na implantação da Reforma de Ensino, o Grupo Escolar “SENADOR CORREIA”, um dos mais antigos grupos escolares, pretende estar preparado para enfrentar a problemática das novas bases da educação, bem como as demais unidades que fazem parte do Complexo nº 2. (SENADOR CORREIA, 1973, p. 1).

Para isso, inúmeras atividades cotidianas eram organizadas, objetivando cumprir determinações da Reforma de Ensino. As escolas que compunham o Complexo nº 2 são de localização diferente: duas com localização central e as outras na periferia da cidade de Ponta Grossa, com oferta de ensino para o 1º grau.

O Regimento Interno elaborado pela escola enunciou como deveriam ser as atividades, os saberes, da vida da escola e dos sujeitos que estavam inseridos no meio escolar. Esse documento representou a ordem burocrática pelo cumprimento da Lei n.º 5.691/71, e, ao citá-lo nesta pesquisa, isso foi entendido como um documento parcial que expôs a concepção de governo, de Estado e de sujeito para o Complexo nº 2, não sendo neutro e nem imparcial.

O governo, ao implementar os complexos, objetivou estancar a expansão desordenada dos cursos profissionalizantes, aglutinar recursos financeiros nas unidades maiores e propiciar formação profissional e cultural (VALÉRIO, 2007, p. 50) para discentes. Segundo a autora, em 1971, foram coletados dados pelo Grupo de Assessoria e Planejamento (GAP) sobre o desenvolvimento regular da rede estadual, que expôs a necessidade de construir mais salas de aula, escolas ou reformar prédios, fatores imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades propostas de formação especial do currículo. Reaproveitar os espaços já existentes reduziria os gastos financeiros (VALÉRIO, 2007, p. 54) e com materiais permanentes (carteira, cadeira, quadro, máquina de escrever, telefone, entre outros).

Diante disso, foram adotadas estratégias para a implementação em três etapas, a serem alcançadas em 154 municípios — 1ª Expansão Geográfica, que implementou as escolas-piloto; 2ª Progressão da seriação, em que gradativamente as séries seriam adaptadas ano a ano, processo dividido em quatro etapas; com um número determinado de regiões para atingir a cada ano; 3ª Expansão dos cursos profissionalizantes (VALÉRIO, 2007, p.54). Em Ponta Grossa, foram implementados sete complexos escolares, somando ao todo 77 unidades escolares.

Quadro 2 - Complexos de Ponta Grossa - década de 1970 a 1980.

Complexos	Unidades Centrais
Complexo n. 1	Colégio Estadual Regente Feijó
Complexo nº 2	Escola Estadual Senador Correia
Complexo n. 3	Ginásio Estadual Becker e Silva
Complexo n. 4	Ginásio Industrial Presidente Kennedy
Complexo n. 5	Ginásio Estadual Meneleu de Almeida Torres
Complexo n. 6	Colégio Agrícola e Complexo
Complexo n. 7	Instituto de Educação

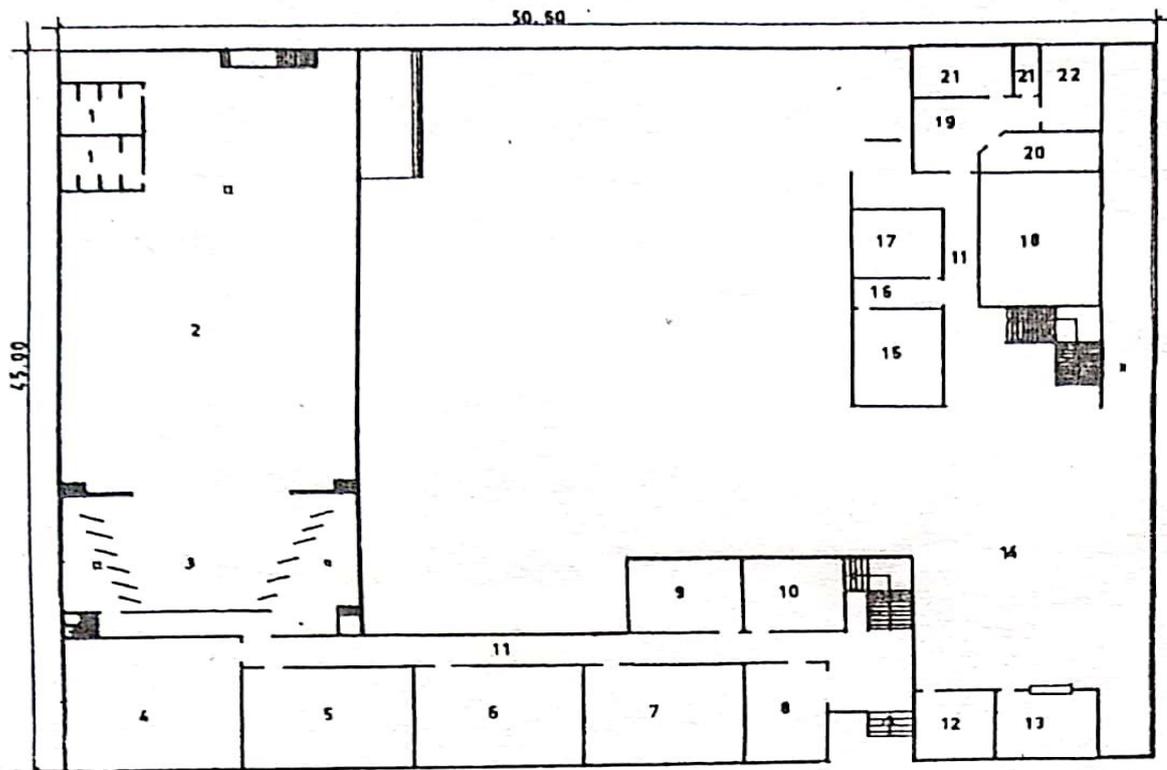
Acervo: Escola Estadual Senador Correia.

Fonte: Elaborado por Solomon (2020).

No que tange à junção das unidades escolares no Complexo nº 2, segundo atas de reuniões pedagógicas de 1973, percebeu-se uma pequena diferenciação: as unidades utilizavam os espaços escolares da Escola Estadual Senador Correia e da Escola de Artes Industriais. A primeira escola ofertava curso de datilografia aos discentes em período alternado. Já a segunda escola ofertava curso de produção de artefatos manuais (SENADOR CORREIA, 1973), e não curso técnico, como Valério (2007) pontua em seu texto.

Na figura 1 da planta de baixo,¹⁵ temos o pavimento térreo, n. 1 - sanitários, n. 2 - auditório, n. 3 - palco, n. 4 - sala de aula, n. 5 - sala de aula, n. 6 - sala de aula, n. 7 - sala de aula, n. 8 - sala de orientação, n. 9 - sala dos professores, n. 10 - Diretoria, n. 11 - circulação, n. 12 - depósito, n. 13 - cantina, n. 14 - pátio coberto, n. 15 - instalação sanitária, n. 16 - instalação sanitária, n. 17 - instalação sanitária, n. 18 - sala de aula, n. 19 - sala de espera, n. 20 - sala de mecanografia, n. 21 - dentista, WC, n. 22 - diretoria.

Figura 1 - Planta baixa, pavimento térreo da Escola Senador Correia (1964)



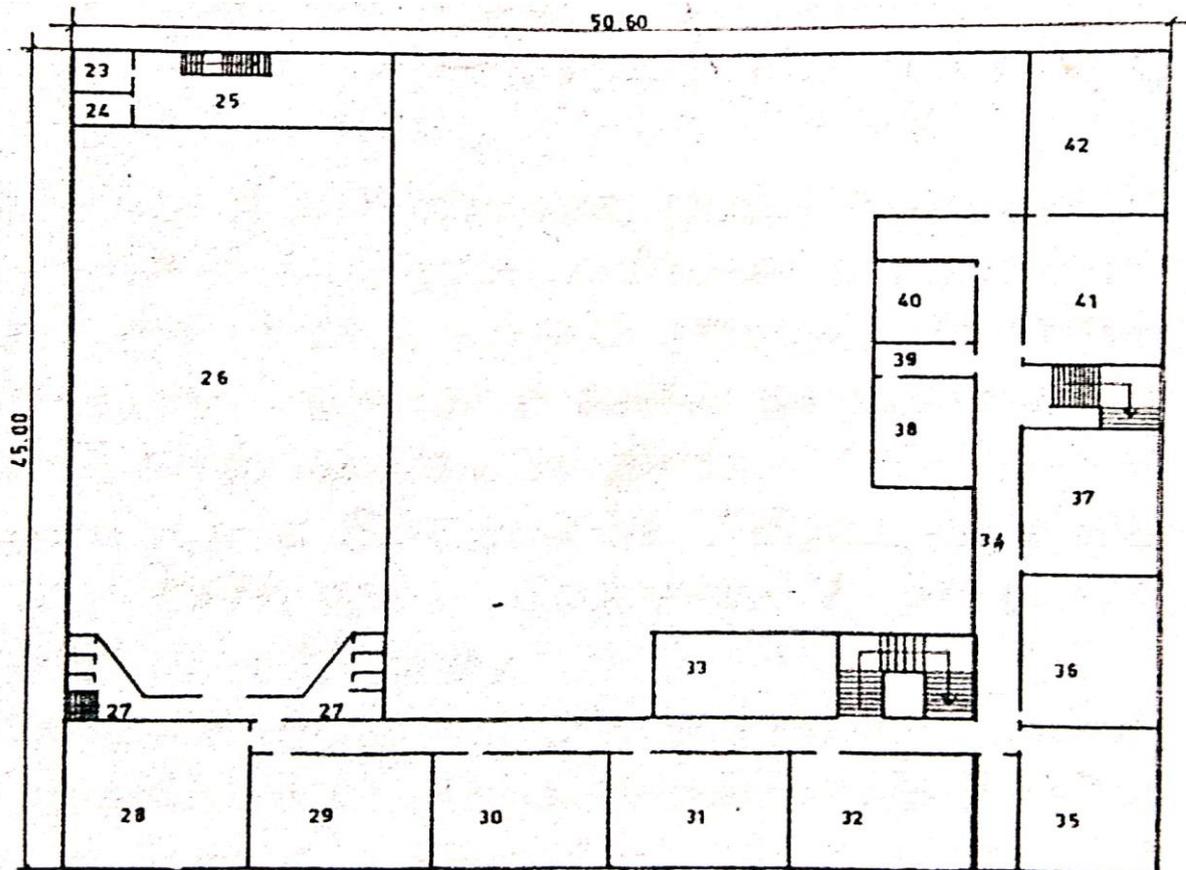
Fonte: LUPORINI, T. J. **Escola Estadual Senador Correia**: pioneira da instrução pública em Ponta Grossa. Ponta Grossa: Planeta, 1987. p. 105.

¹⁵ Comparando a planta baixa de 1964 com a construção que encontramos no ano de 2018, quando foram coletadas as fontes documentais, observou-se que na constituição de espaços não teve mudanças significativas, ou seja, a construção de novas salas, e sim uma reorganização dos espaços utilizados.

Observou-se, por meio da esquematização da planta baixa da figura 1, que a arquitetura era ampla e organizada. Esse formato de estrutura do prédio possibilitou ofertar um ensino adequado a um maior número de discentes de forma mais confortável — sua totalidade espacial construída era de 1.355 225 m².

A figura 2 do pavimento superior tem a seguinte configuração: o n. 23 foi a sala de orientação do Complexo, n. 24 - sala de reuniões da APM, n. 25 - vazio, n. 26 - vazio, n. 27 - sanitários, n. 28-sala de aula, n. 29 - sala de aula, n. 30 - sala de aula, n. 31- sala de aula, n. 32 - sala de aula, n. 33 - sala de educação artística, n. 34 - circulação, n. 35 - sala de aula, n. 36 - sala de aula, n. 37 - sala de aula, n. 38 - instalação sanitária, n. 39 - instalação sanitária, n. 40 - instalação, n. 41- sala de aula e n. 42 - sala de aula.

Figura 2 - Planta baixa, pavimento superior da Escola Estadual Senador Correia (1964).



Fonte: LUPORINI, T. J. *Escola Estadual Senador Correia: pioneira da instrução pública em Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Planeta, 1987. p. 105.

A Escola Senador Correia foi organizada racionalmente para atender algumas atividades das outras escolas que faziam parte do complexo (curso de datilografia, reuniões pedagógicas das escolas dos complexos, entre outros). Por meio da análise das imagens

fotográficas, percebeu-se que as atividades de Educação Física aconteciam no pátio (n. 14 na planta).

O Grupo Escolar José Elias da Rocha foi fundado em 1º de março de 1944 com o nome de Grupo Escolar de Olaria, por estar situado no bairro de Olarias, e fez parte do Complexo nº 2. Esse grupo foi construído pelo município e passou a ser do Estado (SENADOR CORREIA, 1973). A Escola Primária Sant'Anna fez parte do Complexo nº 2 e foi dirigida pela Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, e tinha por finalidade dar assistência às crianças, jovens pobres, órfãs ou abandonadas, ofertando formação religiosa, moral e cívica, de acordo com os programas e regulamentos vigentes nos planos estadual e federal (SENADOR CORREIA, 1973, p. 4).

A Escola de Artes Industriais estava situada na rua Pernambuco, s/n. - Olarias, sendo inaugurada em 1960, mas funcionando somente em outubro de 1961, em convênio com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas e Ministério da Educação (Inep-MEC). Ofertou curso em caráter experimental, destinado a alunos com faixa etária de 10 a 14 anos de idade, com aporte da portaria n. 5.364. O curso era ofertado gratuitamente para discentes que cursavam a 5ª e 6ª séries, e, como incentivo de participação, era pago 1/3 da verba dos trabalhos das exposições anuais (SENADOR CORREIA, 1973, p. 5). Em 1964, a Escola de Artes Industriais foi destinada à complementação da 5ª série. Em 1974, passou a ofertar formação especial de ensino aos discentes da Escola Estadual Senador Correia. Posteriormente, o Centro de Artes Industriais e a Escola Professor José Elias da Rocha passaram a constituir um único estabelecimento, sob a denominação de Escola Professor José Elias da Rocha. A Escola Municipal Coronel Cláudio foi implementada pelo decreto n. 334, de 25 de maio de 1968.

Essas escolas, segundo o Regimento interno do Complexo nº 2, de 1973, obedeciam aos órgãos executivo e técnico-pedagógico da Escola Estadual Senador Correia (SENADOR CORREIA, 1973). Ao executivo cabia a função de coordenação geral, formada por: diretor geral, diretores auxiliares, secretários e tesoureiros. O técnico-pedagógico foi constituído pela coordenação pedagógica geral, coordenação de áreas, orientadores pedagógicos de áreas e orientadores pedagógicos de atividades.

A partir da adesão da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976) à proposta do governo militar para o ensino, pressupôs-se que seria muito significativa para a comunidade ponta-grossense, sendo uma oportunidade de aprender algo fora da grade curricular. As fontes documentais não especificam qual curso foi ofertado na Escola de Artes Industriais, mas chamou a atenção dos pais e docentes pelo fato de que seria de plena importância incentivar a participação dos discentes aos sábados no curso, a fim de ganhar pontos na escola.

Gradativamente, a escola foi explicando como aconteceria a Reforma do Ensino para todas as turmas. A ata da reunião dos pais de alunos da 4ª série de 1973 mencionou em seu texto a proposição de ensino a ser alcançado.

Aos vinte e três dias do mês de março de mil novecentos e setenta e três as 14,30 h teve início a reunião a qual desenvolveu da seguinte forma:

- 1) estudo do Objetivo da Reforma de Ensino — explicação do que se pretende com a criança através da reforma.
- 2) apresentação dos Objetivos da Escola — com referência aos alunos e pais. O aluno deverá servir e os pais cooperarem para que isso se realize espontaneamente. Os pais devem conhecer a realidade comunitária.
- 3) equivalência de 5ª e 6ª série- que correspondem a 1ª e 2ª série ginásial — O estudo é feito por várias áreas (SENADOR CORREIA, 1973, p. 11).

Aos pais cabia incentivar os filhos a serem servil, dentro ou fora da escola. Ser servil era demonstrar habilidades ou comportamentos inculcados, tais como disciplina, obediência, respeito, hierarquia, comprometimento, ordem, submissão, entre outros. Várias estratégias eram utilizadas pela escola com o objetivo de cumprimento da Reforma de Ensino. Para Certeau (1998, p. 46) a estratégia é “[...] cálculo das relações das forças que se torna possível a partir do momento em que o sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”. A estratégia postula um lugar próprio para servir de base, em sua relação com a exterioridade distinta.

Esses comportamentos inculcados pela comunidade escolar perpassariam a cultura escolar. Julia (2001) entende a cultura escolar

[...] como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Ainda Julia (2001) pontua que

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização [...]. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (JULIA, 2001, p. 11).

Julia chama a atenção para que se compreenda o que ocorre no interior da escola. Analisando as fontes regimentais, principalmente a ata de avisos (1971, 1972, 1973) e o livro de penalidades aplicadas (1967-1985), observou-se a rigidez das normatizações no que

concerne ao ordenamento das escolas do complexo. A título de exemplo, a normativa do Regimento Interno do Complexo nº 2, em seu art. 27, de 1973, aponta algumas funções, tendo por objetivo ordenar o cotidiano do Complexo nº 2.

Art. 27- Cabe aos diretores auxiliares:

- a) visar o livro ponto do pessoal lotado ao estabelecimento;
- b) elaborar e remeter à Direção Geral do Complexo os relatórios do estabelecimento;
- c) colaborar ativamente nas iniciativas oficiais ou particulares idôneas que visem melhor aperfeiçoamento escolar ou ainda, visem resguardar a saúde do educando;
- d) superintender a administração, a disciplina e o ensino no estabelecimento;
- e) zelar pela conservação do prédio, móveis, utensílios e material;
- f) promover festas, comemorações cívicas, excursões escolares, jogos, competições, escolhendo a programação de comum acordo com os professores (SENADOR CORREIA, 1973, p. 3).

Por mais que seja uma normativa burocrática, o cruzamento com as atas das reuniões pedagógicas (1973, 1974, 1975, 1976) evidenciou um grande esforço da equipe pedagógica e de docentes para o cumprimento de tais ordens. A primeira ata da reunião pedagógica, de 17 de agosto de 1974, da 3ª série, lista o que chama de objetivos institucionais na Integração Social. Objetivou-se instruir docentes a “[...] reconhecer a necessidade de direção e governo no município e o citar os direitos e deveres de cada cidadão dentro da comunidade [...]”. (SENADOR CORREIA, 1974, p. 22). Em outro momento do mesmo ano, a ata pedagógica da 3ª série cita “[...] participar adequadamente em atividades cívicas, sociais e religiosas da escola e da comunidade. Saber ouvir e opinar” (SENADOR CORREIA, 1974, p. 25).

Por mais que as fontes documentais exponham os direcionamentos a serem implementados e cumpridos, cada sujeito concebe isso de um jeito, na prática. A exemplo, estão as assinaturas nas fontes documentais; o docente pode ter assinado o documento por pertencer à implementação de uma lei maior e, portanto, não quer ficar em apuros com a coordenação; ou porque ele simplesmente concorda com o que está escrito e quer colocar em prática; ou assina porque é uma de suas atribuições como professor. Tais casos colocam em prática uma mesma base, mas a partir de concepções diferentes, pois são sujeitos com formação diferente, e em algum ponto sua prática vai se diferenciar.

O Art. 36 do Regimento Interno aponta que a coordenação pedagógica do Complexo nº 2 é:

- [...] distribuída em 4 áreas assuntos de interesses comuns, onde serão agrupados todos os professores do Complexo, por qualquer título:
 - área de Comunicação e Expressão
 - área de Estudos Sociais
 - área de Ciências
 - Parte diversificada (SENADOR CORREIA, 1973, p. 19).

De acordo com a ata pedagógica da 3ª série de, 6 de outubro de 1973, no que concerne à Comunicação e Expressão, as atividades seriam: produção de textos livres, cartas, dificuldades ortográficas, leitura e interpretação de textos, confecção de cartazes pelas crianças, uso do dicionário ilustrado, sílabas, pontuação, comunicação por meio da norma culta, entre outras (SENADOR CORREIA, 1973, p. 15). Nas atividades de iniciação a Ciências, ensinavam a numeração, as quatro operações, frações, medidas de comprimento e minerais (SENADOR CORREIA, 1973, p. 18). A área de Estudos Sociais era intitulada Integração Social, sendo responsável por ensinar a importância do governo para a manutenção da ordem e da economia. Entre os conteúdos ensinados estavam: a produção agrícola (arroz, trigo, soja, batata), as grandes indústrias (Samba Cargil - metalúrgica) e pequenas indústrias (laticínios, banha, móveis, sabão, velas, pregos e plásticos) na cidade de Ponta Grossa. E, por último, a parte diversificada que envolvia passeios, apresentações culturais, dentro e fora da escola, desfiles, jogos, competições, cerimônias cívicas, entre outras (SENADOR CORREIA, 1974, p. 32).

A cultura escolar delineou não apenas a inculcação de comportamentos e normatizações que perpassavam o âmbito escolar, mas também agregou traços do meio no qual estava inserida, do contexto temporal e da subjetividade daqueles que participam. Para Julia (2001, p. 19), não existe estudo na história da educação mais tradicional do que o das normatizações que regem as escolas, pois funcionam como reguladores, mas expõem parcialmente a realidade escolar.

No estudo das normativas escolares, sem dúvida se compreende a realidade parcial da escola. O Regimento Interno do Complexo nº 2 se pautou nas exigências do campo social, priorizando valores como a dignidade, o respeito, a liberdade, o dinamismo, a fraternidade, a lealdade, a democracia, a sociabilidade, entre outros. Percebe-se alguns ideais pertencentes à Revolução Francesa; contudo, usar as mesmas palavras não significa compartilhar os mesmos sentidos e ideais, pois, ao analisar as outras fontes documentais (atas, avisos, imagens fotográficas), evidencia-se uma realidade escolar bem autoritária e disciplinada, mas também muito organizada e comprometida com o ensino. As atividades realizadas na escola eram discutidas na reunião pedagógica e anotadas em atas, posteriormente colocadas em ação por meio dos planos de aula.

Essas estratégias tinham o apoio dos órgãos responsáveis pela educação e comunidade, visando a um idealizado progresso do país. Esse texto normativo reviveu as práticas de burocratização e evidenciou o funcionamento e a finalidade atribuídos à escola (JULIA, 2001). Houve hierarquização de funções e de poderes especializados, as obrigações a cumprir, imbricando uns aos outros, de forma muito precisa. O texto descrito no regimento regulamentou a função de cada um, seja docente, discente, estado ou país. Nas palavras de Julia (2001), a

escola não era somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas, ao mesmo tempo, um lugar de inculcações de comportamentos e de *habitus*, que exigiria uma ciência de governo dirigindo, segundo seus próprios interesses (JULIA, 2001, p. 22), tanto a formação para o mercado de trabalho quanto a aprendizagem disciplinar.

Os pressupostos filosóficos do primeiro capítulo do Regimento Interno do Complexo nº 2, de 1973, fixam quatro critérios a serem seguidos:

- a) a escalada universal de homens e de toda a humanidade, fundamentada no reconhecimento do valor e dignidade da pessoa humana e considerando a educação como um processo permanente e contínuo de promoção humana.
- b) o domínio e o desenvolvimento do universo para serviço do homem, reconhecida a realidade cultural e a tecnologia do mundo de hoje e refletida sobre os problemas comuns.
- c) a participação livre e responsável de cada qual, segundo os diversos dons, mediante a utilização das forças interiores de cada um e de toda a coletividade nas suas estruturas políticas e sociais. Enfim, uma participação que deve ser realidade coletiva e fraternalmente por todos os homens de toda a terra.
- d) o homem é mais homem mediante ao trabalho livremente realizado. Todo homem tem que trabalhar para realizar uma das suas vocações essenciais; e todo homem tem direito ao trabalho para viver e fazer com que vivam os seus — uma consequência natural — mas sobretudo, tem direito a receber qualificação para exercer esse trabalho em plenitude (SENADOR CORREIA, 1973, p. 7).

Nota-se que a finalidade do governo militar estava atrelada à formação para o almejado progresso. Contudo, as discrepâncias ficam evidentes quando os registros documentais expressam a participação livre do homem, a formação contínua, o trabalho livre, a formação plena e integral por meio da educação. Entre os objetivos fixados na ata da reunião pedagógica do Complexo nº 2 estavam:

- a) Educacionais:
O aluno deverá ser capaz de:
 - Intensificar hábitos e atitudes, habilidades essenciais de conversão, à leitura, a escrita e a conservação de hábitos higiênicos.
 - Desenvolver o raciocínio, a atenção e o espírito de observação pela aquisição das noções necessária à resolução de problemas da vida prática.
 - Conhecer os direitos e deveres do município para melhor integrar-se no seu meio.
- b) Instrucionais: O aluno deverá ser capaz de:
 - Comunicação e Expressão:
 - Comunicar-se através da linguagem mais correta.
 - Reconhecer a importância e ter oportunidade de desenvolvimento corporal e rítmico (SENADOR CORREIA, 1973, p. 19).

Assimilar hábitos e atitudes poderia colaborar para inculcar comportamentos de disciplinarização naqueles que não tinham e conservar naqueles que já tinham, e ainda cumprir os objetivos das normativas. A ata de reunião dos pais de alunos da 5ª série, de 17 de março de 1973, registra uma circular enumerando algumas questões, entre elas: a ficha de avaliação

(SENADOR CORREIA, 1973, p. 5). Na nota 7 e 8 da ficha de avaliação, a diretora é enfática e deixa avisado que haverá fiscalização dos atos praticados no interior da escola.

7) ficha de avaliação: os alunos são avaliados em todos os momentos, seja na sala de aula, ou recreio, nas atividades fora da escola. Leve ao conhecimento dos pais a ficha de avaliação que será usada aqui no grupo.

8) Levou ao conhecimento dos pais que as penalidades por indisciplina: repreensão, suspensão e expulsão. Essas penalidades serão aplicadas com o máximo rigor (SENADOR CORREIA, 1973, p. 5-6).

Identificou-se, por meio da citação acima, que a fiscalização era constante, tanto dentro como fora do espaço escolar. Esse item conduziria os discentes a ter disciplina e responsabilidade (SENADOR CORREIA, 1973, p. 7-8). O ato de mencionar as penalidades poderia despertar nos pais a fiscalização do comportamento dos filhos, o que colaboraria para manter a ordem na escola. O esforço de fiscalizar era compartilhado por todos (pais, docentes e equipe pedagógica). Entre os objetivos, que a escola denomina objetivos instrucionais da ata pedagógica da 3ª série de 1973, estão “reconhecer a necessidade de governo para manutenção da ordem na comunidade”. É perceptível que, ao reconhecer a necessidade de manter o ordenamento da sociedade ponta-grossense, consciente ou inconscientemente, este ato legitima as ações do governo dentro da escola. A fiscalização e a disciplina não são elementos específicos do contexto abordado pela pesquisa, até porque a própria citação menciona a palavra manter, e só se pode manter o que já está constituído. Todavia, a fiscalização dos comportamentos paulatinamente foi permeando a cultura escolar da instituição de ensino. Instigar a disciplinarização por meio da educação conferia, segundo Forquin (1993, p. 10), um sentido amplo:

[...] de formação e socialização do indivíduo, quer se a restrinja unicamente ao domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdos” da educação.

A educação transmite cultura, realizada “de alguém por alguém” (FORQUIN, 1993), que perpassaria a cultura escolar. Ressalta-se que não é somente “de alguém por alguém”; a hierarquização, acima de todo o processo educacional, agrega traços temporais e espaciais das diversas classes sociais de origem, que separariam as culturas familiares ou profissionais da cultura escolar (JULIA, 2001, p. 17).

Ao agir como cidadão participante no cumprimento das finalidades da Reforma de Ensino, tal sujeito colaboraria para a formação integral do discente e inserção produtiva na

sociedade, que era mensurada segundo o regimento interno de 1973 e as atas pedagógicas (1971, 1972, 1973, 1974, 1975), indispensáveis para alcançar o almejado progresso.

Para que possamos atingir os objetivos propostos, e corresponder das mudanças e exigências atuais do campo social, as Unidades do Complexo nº 2, atuarão ao sentido de:

- a) visualizar antes de mais nada acima de tudo, a dignidade do educando e respeitá-lo, levando em consideração os princípios cristãos e democráticos;
- b) preservar sua liberdade, levando-o a ser um cidadão responsável que possa ser útil a si e à comunidade;
- c) torná-lo consciente da realidade social em que vive, provendo o seu engajamento produtivo;
- d) promover a educação integral, formando e informando, através da dinamização de conhecimento, aplicando à vida;
- e) dar condições para que aprenda a estudar e sobretudo, desenvolver o raciocínio para que, analisando, possa superar os obstáculos;
- f) abrir caminhos para que tenha condições de receber novos conhecimentos numa dimensão funcional;
- g) incentivar a dinâmica de grupo, desenvolver a sociabilidade e o espírito de união;
- h) fazê-lo viver concretamente os ideais de fraternidade e democracia (SENADOR CORREIA, 1973, p. 7-8).

Pontua-se que a Escola Estadual Senador Correia não foi somente o meio central que direcionaria as outras escolas, mas um espaço de aprendizagem de saberes, de inculcação de comportamentos, que demonstrou uma *ciência de governo* dirigido segundo sua própria finalidade (JULIA, 2001, p. 22) para aprendizagens disciplinares, de saberes, de conhecimentos, de comportamentos, dentre outros.

A normativa regimental concedia ao diretor geral presidir as reuniões da Unidade Centro — Escola Estadual Senador Correia, coordenando discentes e docentes, estando subordinado a um superior (Estado, secretarias, departamentos). Porém, era necessário, segundo o Regimento Interno do Complexo nº 2, ter alguns requisitos para exercer o cargo de diretor geral, tais como: qualificação, treinamento, eficácia, cultura e competência, dinamismo, desenvolvimento técnico-pedagógico, entusiasmo, autocontrole, método e organização, motivação e liderança (SENADOR CORREIA, 1973, p. 12). O diretor geral contava com o apoio do diretor auxiliar. Estes selecionavam o corpo docente para auxiliá-los, podendo esporadicamente delegar a terceiros o desempenho de suas funções, ou alterar a distribuição dos serviços administrativos, sempre comunicando ao diretor geral. É evidente a hierarquização nas relações entre os membros do Complexo nº 2, tendo aporte de um órgão maior, a União. No que tange às punições no Regimento Interno do Complexo nº 2, é enfatizado que o diretor geral poderia, em situações pontuais de descumprimento do regimento, basear-se no Estatuto do Magistério e nas normas administrativas advindas de órgãos superiores (SENADOR CORREIA, 1973, p. 14).

O conselho de professores era composto de 20 elementos em exercício, sendo que o Complexo nº 2 foi composto por cinco unidades escolares, e cada unidade escolar teria um elemento representante nas reuniões, realizadas no início e no encerramento do ano letivo, ou quando houvesse necessidade (SENADOR CORREIA, 1973a, p. 9). Na primeira reunião do ano letivo, aos professores representantes das suas respectivas escolas, era solicitado que apontassem a realidade escolar do ano anterior para o diretor geral, pontuando sugestões, técnicas e métodos a serem empregados para o melhor rendimento escolar (SENADOR CORREIA, 1973a, p. 9-10).

Para Julia (2001, p. 22), “a cultura escolar desemboca aqui no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter e das almas que passa por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências”. Nesse sentido, a criação do Grêmio Estudantil, segundo a ata da reunião pedagógica de 1973, tinha a pretensão de corroborar para a formação do caráter e da disciplina, pois, no “Departamento de crianças: será organizado o Grêmio Estudantil, para dar as crianças um senso de responsabilidade maior e com isso evitar problemas de indisciplina que no momento são muito grandes” (SENADOR CORREIA, 1973, p. 5). Destinavam-se técnicas e métodos para o ensino escolar, mas isso não garantia uma homogeneidade às atividades escolares. As atas das reuniões pedagógicas de 1973 enunciam que “solicitou-se sessões solenes de caráter cultural e cívico, de docentes, de discentes e funcionários e, aqueles que não cumprissem as determinações do regimento, poderiam ser aplicadas penalidades cabíveis” (SENADOR CORREIA, 1973, p. 10). As tais penalidades cabíveis, citadas no regimento interno do Complexo nº 2, deveriam ser submetidas à apreciação de requerimento de, no mínimo, sete membros do complexo. Esses membros deveriam conhecer, julgar e pronunciar as infrações para aplicar as penalidades. A ata da reunião de pais de alunos da 5ª série, de 17 de março de 1973, expôs que “avisou que já estão em edital, o nome de alguns alunos que já foram advertidos, por mau comportamento e por fugir das aulas” (SENADOR CORREIA, 1973, p. 6). A referida ata cita em seu texto que, com o descumprimento das normas escolares, os infratores seriam advertidos e, dependendo da gravidade ou se fossem reincidentes, seriam suspensos por no mínimo três dias (SENADOR CORREIA, 1973, p. 5-7).

As punições se estendiam também aos docentes que desempenhavam diversas funções de atuação no interior do complexo, entre elas a participação das reuniões pedagógicas aos sábados. Segundo a ata da reunião pedagógica de 1972, pontuou-se que a não participação dos professores nas reuniões, sem justificativa justa, seria considerada falta no ano letivo. O não cumprimento das demais atribuições escolares poderia levar a uma denúncia pelos demais

(SENADOR CORREIA, 1972 p.3-10). Esse tipo de ação fiscalizadora denuncia uma tentativa de controle não somente interno, mas externo, levando em consideração que estavam sujeitos a leis, decretos e à Secretária de Educação.

A execução de princípios e normas fixados no regimento interno para cumprimento técnico-pedagógico visou ao aproveitamento máximo intelectual, com a pretensão de obter o rendimento que a documentação pontua como real nas atividades de ensino (SENADOR CORREIA, 1973, p. 12). Supõe-se “[...] uma seleção no interior da cultura e uma reelaboração dos conteúdos da cultura destinados a serem transmitido às novas gerações” (FORQUIN, 1993, p. 15). Cabia aos docentes, por meio da educação, conduzir os discentes ao mundo que não conheciam, e que eles iriam habitar por certo período (FORQUIN, 1993) para utilizá-lo posteriormente, ora na vida acadêmica, ora na trajetória profissional.

Com o intuito de preparar homens e mulheres para uma sociedade que almejava o progresso, a educação poderia contribuir nesse sentido. A ata da reunião pedagógica de 1973 exhibe certa conscientização de seu papel a cumprir para com a sociedade brasileira.

Temos consciência das dificuldades que teremos de enfrentar para concretizar nossas ideias, não só no campo físico e humano, como também o econômico. Por esse motivo, enfatizamos a indispensável colaboração dos órgãos responsáveis e da comunidade para que possamos superar os obstáculos e obter maior produtividade, visando a valorização do homem na construção de um mundo melhor (SENADOR CORREIA, 1973, p. 8).

A superação de obstáculos com objetivo de maior produtividade exigiu de todos comprometimento e disciplina. Cury *et al* (1982, p. 38) comentam que a Lei n.º 5.691/71 propõe formação especial com sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho no ensino de 1º grau e habilitação profissional no ensino de 2º grau (art. 5º). Esse é o caso da Escola Estadual Senador Correia, pois o curso de Artes Industriais foi ofertado aos discentes da 5ª e 6ª séries. Vale comentar que a oferta do Curso da Escola de Artes Industriais ocorreu antes da implementação da Reforma de Ensino. A ata da reunião pedagógica de 1967 da diretora B¹⁶ fala para os pais da 5ª série “[...] sobre o curso de Artes Industriais para alunos desta série, curso esse em funcionamento em Olarias,¹⁷ salientando a importância do curso e recomendando a frequência do mesmo” (SENADOR CORREIA, 1967, p. 2). Ao realizar o curso, os discentes poderiam se adequar ao novo modelo de sociedade que o governo ditatorial tinha a pretensão de delinear.

¹⁶ Por questões éticas, no decorrer do texto, optou-se por utilizar letras do alfabeto para substituir os nomes dos sujeitos participantes da pesquisa naquele contexto histórico.

¹⁷ Bairro pertencente à cidade de Ponta Grossa- PR.

2.2 Reinvenção da escola: atividades cotidianas no Complexo nº 2

O funcionamento da escola é direcionado por leis, decretos, regulamentos e regimento. Esses documentos propunham organizar a escola e seu espaço, ordenando as atividades de diretores, docentes, discentes e funcionários. Esses registros expressam prescrições de como a escola era ou como deveria organizar seu tempo e espaço, seus conhecimentos, suas práticas, seu método, seus valores, que acabam por compor a cultura escolar ao longo da constituição da escola.

O registro do regimento interno expressou valores éticos e morais a serem incutidos nos discentes em sua formação. As iniciativas oficiais ou particulares visavam ao aperfeiçoamento escolar e discente (SENADOR CORREIA, 1973, p. 15). Há uma ênfase em promover comemorações cívicas, excursões a jogos, competições, promovendo festas e convidando a comunidade a participar. Um exemplo é a união de trabalhos da Escola Estadual Senador Correia ao programa da União Cívica Feminina de Ponta Grossa, no dia 21 de abril de 1973. Segundo o Histórico do Grupo Escolar Senador Correia, a articulação da escola e a União Cívica de Ponta Grossa promoveu a Marcha de Ponta Grossa, evento que relembrou alguns acontecimentos históricos que ocorreram na cidade, trabalhados pelo Centro de Cultura Cívica (SENADOR CORREIA, 1973b, p. 4). Segundo ata da reunião pedagógica de 1973, os atos solenes eram bem aceitos, por trabalharem o valor à Pátria, o culto ao Hino Nacional, o respeito aos símbolos da Pátria, a disciplina e a ordem, sendo abordados pela disciplina de Educação Artística,¹⁸ Educação Física e Educação Moral e Cívica.¹⁹ É válido mencionar que será analisado no terceiro capítulo a segunda disciplina.

O Regimento Interno do Complexo nº 2 foi um documento que expressou o modelo de escola que se buscava, representado por regras, sistematizado e racional. Esse documento

¹⁸ Por meio da Lei n. 5.692/71, a Educação Artística passou ser atividade obrigatória, e não mais uma atividade complementar. A disciplina foi tratada como extemporânea, mesmo fazendo parte do currículo escolar. Com o Parecer n. 540/77, a disciplina de Educação Artística foi considerada “[...] não uma matéria, mas uma área bastante generosa e sem contornos fixos, flutuando ao sabor das tendências e dos interesses” (FERRAZ; FUSARI, 1993, p. 41). Na década de 1970, o ensino de artes, tomou um sentido industrial, sendo que entre suas atividades estavam desenhos geométricos. Organizar festas, eventos culturais, gincanas, fanfarras, desfiles, as aulas dramatizadas de momentos considerados heroicos estavam entre as atividades da disciplina. A arte ligada a questões do “exercício da liberdade e da expressão criadora”, foi mantida sob controle (SUBTIL, 2012, p. 126). Essa disciplina foi utilizada também para controle social do governo militar.

¹⁹ A Lei n. 869 de 12 de setembro de 1969 instituiu a obrigatoriedade da disciplina Educação Moral e Cívica nas escolas em todas as modalidades de ensino no país, permanecendo até 1980. Esta disciplina seria um dos meios de produção de referências cívicas, patrióticas e sociais. Em poucas palavras, a produção de referências e “consequências sociais, culturais e política da escolarização” (FARIA FILHO, 2002, p. 111). Para este autor, a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimento, é eixo articulador de seus sentidos e significados.

ressaltava como os discentes deveriam trabalhar e como a escola seria organizada. A súmula do Art. 31 do Regimento Interno do Complexo nº 2 de 1973 encaminhou e atribuiu várias funções no que tange à administração predial. De início, o administrador predial seria subordinado do diretor geral e ficaria ao seu encargo a responsabilidade da conservação do prédio em escolas com um número superior a mil alunos. Teria função gratificada e seria escolhido pelos docentes das escolas, sem prejuízo de suas funções normais. Subentende-se que aquele que fosse escolhido exerceria dupla função na escola. O que despertou a atenção foi o Art. 33 do Regimento Interno do Complexo nº 2 de 1973, em que era vedado ao administrador predial aplicar castigos físicos aos discentes. Observou-se a necessidade de registrar em documento esse item, presumindo que ocorreram algumas situações pontuais, a ponto de ser documentado como determinação. O item é claro: era vedada a punição física, mas não diz nada sobre outras possibilidades de castigo.

O ato de registrar na Ata de Penalidades Aplicadas (1946-1984) as infrações cometidas pelos discentes expressa diretamente pequenas resistências às normatizações postas e ao processo de disciplinarização e de ordenamento que a escola tinha a pretensão de alcançar. Aqueles que infringissem as regras eram advertidos, suspensos por três dias ou expulsos. A Ata de Penalidades Aplicadas aos Alunos (1973) comenta sobre a advertência de três discentes do 4º ano C por gasearem a aula: “estes alunos ficam advertidos que se fugirem outra vez, serão suspensos por três dias”. (SENADOR CORREIA, 1973, p. 7). As chamadas de atenção por meio da Ata de Penalidades Aplicadas expõem situações pontuais que ocorreram com discentes desde 1946 até 1984. As punições eram: advertência, suspensão (três dias) e expulsão. Os atos infracionais cometidos pelos discentes circulavam entre fugir da escola, não formar adequadamente, não realizar as atividades propostas, entre outros fatores.

Em uma ocasião foi expresso o termo de suspensão.

A diretora do Grupo Escolar “Senador Correia” no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 37 da Portaria n. 5072 de 9 de novembro de 1964.

Resolve:

Suspender pelo espaço de 3 (três) dias úteis, a partir do dia 28 da corrente, o aluno “(C)” da 6ª série E por mau comportamento. Ponta Grossa, 27 de março de 1973 (SENADOR CORREIA, 1973, p. 4).

Essa ata serviu simbolicamente de elemento repressivo, pois somente foram anotados os discentes a partir do que se considerava mau comportamento, ou por não cumprimento de seus afazeres escolares. Isso notadamente expõe as relações de hierarquia entre diretor, discentes e docentes. A escola era, portanto, um lugar de produção de estratégias, “susceptível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma

exterioridade de alvos e ameaças” (CERTEAU, 1994, p. 99), que visava manter a relação de ordem e disciplina. A posição estratégica de pensar a escola pela direção coadunava com o regimento interno e também demonstrava as relações de poder e de hierarquização, a posição tática daqueles que delineavam o cotidiano escolar. Notadamente, aquele discente que quebra as regras acaba por não reconhecer a autoridade escolar (diretor (a) e docentes).

No espaço escolar, a cultura escolar não se delimitou somente pela imposição das regras prescritivas encontradas nas fontes documentais, mas nas diversas ações e práticas cotidianas, considerando-se a realidade de cada escola. O Regimento Interno do Complexo nº 2 fundamentou o funcionamento de cinco escolas, que pertenciam a realidades diferentes. A citação abaixo trata do plano de aula de História do Brasil de 1974, que exprimia como deveria ser ministrada a matéria.

Quando, na realização de uma aula histórica, ao invés de contar a história, passamos à sua realização através da utilização de meios e motivos, que tornem o ambiente mais real, as personagens mais próprias e vividas e a história mais convincentes, teremos, então, transformado essa aula em uma aula dramatizada. Os próprios alunos vivem os personagens. Nesse tipo de aula, que deverá variar em intensidade e dificuldade, de acordo com a idade física e mental dos alunos, aconselhamos a utilização de trechos da História da Pátria, para que os educandos aprendam, recriem-se, eduquem-se e sintam de perto, através da sua própria atividade, o despertar do civismo (SENADOR CORREIA, 1974, p. 2).

Ao sugerir uma aula dramatizada, supõe-se que essa postura tenha tornado o aprendizado interativo, mas talvez não reflexivo, pois a história era encenada com certo romantismo. No parágrafo abaixo, um pequeno fragmento do plano de aula da história dramatizada “O grito do Ipiranga”, de 1974.

Adentram a cena, D. Pedro e seus soldados, todos montados em seus cavalos. Desmontam, deixam os cavalos do lado e enquanto, em grupo de 2 e 3, conversam baixinho, D. Pedro queda-se, pensativo, com ares de preocupação, a um canto. Assim, permanece cerca de 1 minuto e, então, diz o príncipe:
D. Pedro: - “Meus camaradas... Piora, dia a dia, a nossa situação, já não consigo bons entendimentos com a corte, em Portugal.” (responde o soldado 1, que o professor previamente determinou:).
Soldado 1 - “Meu querido príncipe: Podeis contar com todos nós... somos vossos súditos... somos fiéis” (SENADOR CORREIA, 1974, p. 2-3).

Por meio das aulas dramatizadas, desenvolveu-se parte do ensino da história do Brasil. Talvez essa forma de ensinar, que compôs parte da cultura escolar, fosse uma tentativa de encaixar a memória histórica oficial ao ideário desenvolvimentista e à Reforma no Ensino oriundas da conjuntura política ditatorial. Essa prática foi apresentada na OLIJUP e em outros espaços. A figura 3 registra uma apresentação cultural na abertura das olimpíadas.

Figura 3 – Apresentação de literatura variada na OLIJUP - década de 1970.



Acervo: Escola Estadual Senador Correia.
 Fonte: Álbum fotográfico, década de 1970.

Retomando os pensamentos de Faria Filho (2002), o processo de escolarização produziu referências sociais, sentidos e significados. A citação acima propõe dramatização, e não problematização. Além disso, a coordenação da Escola Estadual Senador Correia apontou a seguinte nota no plano de aula de História do Brasil de 1974:

Os senhores professores podem perceber que é fácil realizar uma aula dramatizada. Os trechos históricos devem sempre corresponder a trechos alegres, sadios, que se constituem em bons exemplos. Os trechos e as cenas devem ser adaptados para a idade do grupo que vai representar (SENADOR CORREIA, 1974, p. 3).

Ao referir-se aos bons exemplos, parece que o docente seria um exemplo no qual o discente iria se espelhar. As lições foram dadas com a proposição de inculcar comportamentos, permeando a cultura escolar. Ao tomar como base a orientação mencionada no parágrafo acima, os docentes encaminhavam as atividades cotidianas das unidades escolares para um processo que visava à uniformização das práticas.

A aula dramatizada representaria a história vivida, dentro do tempo prescrito, de acordo com as orientações pedagógicas. Entretanto, nem sempre os discentes atenderiam às expectativas postas nas orientações; cada docente poderia conduzir sua aula de forma

diferente, mesmo utilizando o mesmo plano de aula. A orientação educacional fazia um trabalho em equipe (orientador pedagógico, direção e docente), apoiando discentes a inculcar conhecimentos, tendo por finalidade:

- a) auxiliar os alunos a resolver os problemas e dificuldades, que encontrarem no período de formação da personalidade;
- b) pesquisar as causas de baixa escolaridade ou de desajustamento de alunos; colhendo quaisquer dados entendidos necessários, junto à família, ao corpo docente e demais órgãos.
- c) descobrir-lhes as aptidões especiais, orientando-os quanto aos meios de desenvolvê-las.
- d) ajudar os alunos a desenvolver o senso pessoal de responsabilidade, de forma que sejam úteis a si mesmos, da própria comunidade e à Pátria.
- e) zelar para que a vida escolar decorra em ambiente adequado sob o ponto de vista bio-psico-pedagógico (SENADOR CORREIA, 1973, p. 25).

Segundo a ata de reunião pedagógica de 1973, os docentes teriam que incentivar o interesse dos discentes em participar não somente das festividades, mas de esportes de competição, excursões e agremiações (SENADOR CORREIA, 1973). Nesse sentido, percebeu-se a associação entre a disciplina de Educação Física e a esportivização. Pode-se afirmar que os treinos na Educação Física transformaram as práticas corporais em esporte competitivo nas quatro edições da OLIJUP. Segundo o Art. 36 do Regimento Interno do Complexo nº 2, para que isso ocorresse de forma organizada, a coordenação organizou a escola da seguinte forma:

- a) Haverá as seguintes coordenações, distribuídas em 4 áreas de assuntos de interesses comuns, onde serão agrupados todos os professores do Complexo, sob qualquer títulos:
 - Área de Comunicação e Expressão
 - Área de Estudos Sociais
 - Área de Ciências
 - Parte diversificada
- b) Nas quatro primeiras séries do 1º Grau, haverá um orientador de atividades para cada série e por unidade escolar.
 - § único – Poderá ser modificada essa estrutura organizacional, de acordo com as necessidades dos alunos e para conveniência do Estabelecimento (SENADOR CORREIA, 1973, p. 19).

Houve a preocupação em orientar tanto os discentes quanto os docentes, podem-se depreender que ambos tinham dúvidas quanto a essa nova realidade. A ata de 17 de março de 1973 menciona objetivos e posição da escola dentro do Complexo nº 2 e a unidade dos objetivos com todas as outras unidades complementares. Aponta também os objetivos da Reforma de Ensino, destacando a importância da utilização das apostilas, para evitar a compra de livros. Quanto ao uniforme de Educação Física, seria exigido apenas um calção ou *shorts*, sapato ou tênis e camiseta. Por fim, ressalta que os discentes seriam avaliados em todos os momentos dentro da escola (SENADOR CORREIA 1973, p. 5-6).

O Regimento Interno do Complexo nº 2 expõe, como finalidade da equipe de orientação, pesquisar as causas da baixa escolaridade e desajustamento dos discentes (SENADOR CORREIA, 1973, p. 25). Desajustar-se, naquele período, poderia significar não cumprir as normativas, não se apropriar do conhecimento ou não ser disciplinado. Segundo o Art. 52 do Regimento Interno do Complexo nº 2, compete aos docentes ter disciplina e comprometimento, ajudando para o bom andamento da escola e do ensino.

19. Colaborar obrigatoriamente sempre que solicitado pelo Diretor Geral na organização de festas escolares.

20. Comparecer a seminários, reuniões, cursos de aperfeiçoamento e atualização pedagógica, promovidas por estabelecimentos de ensino ou por outro órgão aos quais, direta ou indiretamente, esteja vinculado o complexo, bem às sessões cívicas, às solenidades e festividades da escola (SENADOR CORREIA, 1973, p. 28).

A formação desses docentes partiu da racionalização de práticas pedagógicas e nessas práticas estaria a cultura escolar. A disciplina não se estenderia apenas aos discentes, como também para toda a comunidade escolar. O Art. 53 do Regimento Interno do Complexo nº 2 de 1973 era composto por 13 itens, que conferiam ao docente algumas atribuições e vedavam alguns comportamentos considerados inapropriados.

art. 53- É vedado ao professor: Aplicar castigos físicos ou punição moral que possam violentar a personalidade em formação;

1. receber durante o expediente, sem autorização do diretor, pessoas estranhas;
2. fazer comentários desairosos ao trabalho processado em outras classes;
3. provocar discórdia, desordem ou indisciplina nas unidades escolares do complexo;
4. referir-se desrespeitosamente, por qualquer meio, às autoridades e aos atos da administração, podendo, porém, em trabalho devidamente assinado, criticá-los de maneira elevada, impessoal e construtiva, do ponto de vista doutrinário e da organização e eficiência do serviço de ensino;
5. exercer comércio entre colegas de trabalho, funcionários e alunos, promover ou subscrever listas de donativos;
6. exercer atividade política partidária dentro da escola ou repartição;
7. retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou material existente no complexo;
8. comentar a outra pessoa, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir;
9. ministrar, com qualquer pretexto aulas particulares remuneradas a alunos das turmas sob sua regência;
10. ditar sistematicamente as lições;
11. ocupar-se em aula de assuntos estranhos à finalidade educativa;
12. servir-se da condição de liderança que goza, para propagar doutrinas contrárias aos interesses nacionais ou às leis vigentes;
13. promover arrecadações de dinheiro com a finalidade de adquirir presentes para outros professores, sem a autorização prévia do diretor do estabelecimento (SENADOR CORREIA, 1973, p. 28-29).

A citação acima menciona várias proibições no que tange ao cumprimento de imposições destinadas aos docentes. A respeito da configuração doutrinária, isso implica

colocar em prática as imposições das normativas e regras de conduta, que deveriam presidir o cotidiano escolar, dando atenção aos detalhes do que era desejável acontecer no meio escolar, sob vigilância dos olhares dos sujeitos que compõem a escola, sendo o “[...] discurso prescritivo de ordenação do campo educacional oriundos do Estado e dos responsáveis pelo ensino [...]” (SOUZA, 2000, p. 5). As regras de conduta e valores foram abordadas com frequência, demonstrando a preocupação em conduzir os discentes ao bom convívio entre seus pares e, por extensão, com a sociedade. A disciplinarização dos discentes seria um passo importante para a inserção profissional destes. As normativas estavam postas para serem cumpridas; contudo, como a escola se organizaria para cumprir tais normas? Esperava-se que todos que pertenciam ao meio escolar se reorganizassem para atender tais exigências, cada qual na sua função. Mas isso não queria dizer que tais demandas fossem realizadas integralmente, nem uma apropriação homogênea das regras de conduta pelos sujeitos.

Uma das funções das normativas era constituir uma escola modelar para as unidades escolares que faziam parte do complexo. Para isso, foi necessária a organização estrutural e pessoal. O Art. 60 do Regimento Interno do Complexo nº 2 elenca 12 itens intitulados deveres dos discentes, que são:

1. zelar pelo bom nome do estabelecimento e pelo cumprimento dos deveres escolares;
2. acatar a autoridade do diretor, dos professores e funcionários do estabelecimento e tratá-los com urbanidade e respeito;
3. tratar os colegas com urbanidade;
4. ser pontual e assíduo nas atividades escolares;
5. apresentar-se corretamente vestido ou uniformizado de acordo com as normas estabelecidas pelo estabelecimento;
6. portar-se convenientemente em todas as dependências do estabelecimento ou fora dele;
7. possuir o material exigido, conservando-o em ordem;
8. colaborar para a conservação do prédio, do mobiliário escolar e o material de uso comum, concorrendo para que mantenha rigoroso asseio no edifício e suas dependências;
9. indenizar o prejuízo, quando produzido dano material no estabelecimento ou em objetos de propriedade dos colegas, de funcionários e dos professores;
10. comparecer às festas escolares, comemorações cívicas e solenidades promovidas pela direção do estabelecimento;
11. trazer justificações, por escrito, dos pais quando necessário;
12. cumprir preceitos de higiene individual (SENADOR CORREIA, 1973, p. 30).

Ser pontual, assíduo e estar uniformizado de acordo com as normas da escola. Tudo isso expressava formas de conduta de que os discentes se apropriariam e levariam ao meio externo. A pontualidade estava também atrelada ao processo de disciplinarização escolar, que perpassa a cultura escolar. Ser pontual expressaria ser disciplinado e a disciplina era considerada elemento importante para manter a ordem, enfatizada pelo regime ditatorial. Para tanto, notou-se que promover o ajustamento de cada discente à vida escolar seria primordial, tanto para a

formação integral do discente, citada no regimento e em atas de reuniões pedagógicas, como, futuramente, para a inserção no campo profissional.

O Art. 62 do Regimento Interno do Complexo nº 2 pontua algumas penalidades para infrações, que são:

1. Advertência por escrito;
2. Repressão por escrito;
3. Suspensão das atividades escolares até 5 dias, confere deliberação de conflito disciplinar;
4. Transferência a bem da disciplina.

§ 1º. As penalidades previstas nos itens 3 e 4 aplicadas por motivo de falta grave após verificada a culpabilidade do aluno pelo Conselho Disciplinar.

§ 2º Na apuração da falta referida nos itens 3 e 4 o aluno menor será assistido pelo seu responsável (SENADOR CORREIA, 1973, p. 31-32).

Esses elementos que compunham o regimento interno, apontando as prescrições normativas, contribuía para a disciplinarização e o ordenamento dos comportamentos. Ao comportar-se mediante tais regras do regimento interno, isso evidenciaria que o discente educou-se a ponto de moldar sua conduta, aceitando valores que eram bem vistos e pontuados pelas normas.

Ainda que sejam apontadas as várias causas da necessidade de punição ou expulsão, a responsabilidade recaía sobre a escola. O regimento interno contribuiu diretamente para organizar o tempo, o espaço e a ordem, podendo ser uma tentativa de inculcar comportamentos. A evidência na citação pertencente ao Regimento Interno do Complexo nº 2 de 1973 é uma preocupação com o progresso da cidade e o cultural.

A Lei 5.692 em seu aspecto libertador, abre ao educando as portas da técnica, do aprendizado dinâmico, da profissionalização e de sua auto-realização. É essencial, portanto, que iniciemos uma revolução no campo estrutural, sem o que não alcançaremos o desenvolvimento que o nosso país almeja. Ponta Grossa caminha a passos largos para a industrialização e nosso Complexo deve atender às exigências dessa nova situação econômica e social, contribuindo para que o preparo de elemento humano e formação de mão de obra qualificada, para que nossa comunidade caminhe para o progresso material e cultural (SENADOR CORREIA, 1973, p. 6).

Sob essa ótica, a escola seria a instituição mais capacitada não somente para transmitir os saberes científicos, mas para direcionar o ensino em prol da profissionalização, capacitando jovens para o mercado de trabalho. É por meio das disciplinas escolares que a escola transmite os conteúdos e saberes escolares, sendo constitutivas de um aparato didático-pedagógico, que orientou o ensino por códigos próprios, elementos que permeiam a cultura escolar (PINTO, 2014, p. 131).

Ao pensar a organização do complexo, sobretudo a organização de sua normativa, não poderíamos deixar de considerar que o texto está carregado de valores, como ordem, disciplina

e fiscalização. Nessa perspectiva, a avaliação, ao inferir nota a uma determinada atividade, estabelece valor sobre o aprendizado do discente, atribuindo o sucesso ou o fracasso da reforma ao trabalho do docente no ensino. A avaliação também estava ligada à disciplina e ao aproveitamento, processo contínuo e permanente nas mais variadas situações, a ser levado em conta no processo avaliativo “[...] a assiduidade, iniciativa, disciplina, esforço, higiene e asseio, atenção e colaboração, trabalho individual e em grupo, testes escritos e orais” (SENADOR CORREIA, 1973, p. 34).

Na Escola Estadual Senador Correia, o ato de avaliar considerou aspectos qualitativos e quantitativos, usando números de pontos e conceitos: de 0 a 4,9 — insuficiente; de 5,0 a 6,9 — regular; de 7,0 a 8,0 — bom e de 9,0 a 10,0 — ótimo. Para a aprovação do discente para a série seguinte, eram considerados dois aspectos: a frequência igual ou superior a 75%, na disciplina ou atividade, e aproveitamento com notas e conceitos superiores a 7,0. Discentes com 25% de faltas em Educação Física eram automaticamente reprovados por frequência. A disciplinarização foi uma das formas de conseguir um conceito melhor, tornando-se elemento constitutivo da cultura escolar.

As normas prescritivas do Regimento Interno do Complexo nº 2 apontam, no capítulo XIII, a implementação de dois departamentos: Departamento Cultural e Departamento Esportivo. A criação desses departamentos indica a diversidade da cultura escolar e demonstram, mesmo que minimamente, que os sujeitos se posicionaram e se inseriram politicamente no processo educativo, por participação no grêmio estudantil ou eleição para diretor ou líder do grêmio. Esse processo de produção e circulação dos departamentos e grêmio denota mudanças; assim, a “[...] escola como uma instituição separada do lugar da casa e da rua, que constitui temporalidade própria, que organizou e buscou transmitir conhecimentos, sensibilidade, valores específicos, enfim, que implicou a construção e imposição de uma nova cultura escolar [...]” (FARIA FILHO, 1998, p. 144).

A escola seleciona e reelabora conteúdos provindos de culturas de diferentes épocas. A conversão de elementos culturais em textos escolares é a transposição didática, que delinearía a cultura própria da escola (FORQUIN, 1993). Essas práticas escolares demarcam a especificidade da cultura escolar e envolvem quem participa desse âmbito. Algumas práticas escolares se tornaram rotina na escola e estavam embasadas nas normas legais, tais como leis, decretos e regimento. A rotina da escola é organizada não somente pensando em sistematizar o tempo e o espaço, mas a partir de valores e conceitos construídos pela sociedade. As prescrições normativas dividem o tempo da escola, impõem regras e normas, bem como as atribuições dos

docentes, discentes e funcionários; apontam as chamadas punições para todos aqueles que não cumprirem o regulamento. De forma fiel, tais aspectos compõem a cultura escolar.

2.3 Organização pedagógica para as cinco escolas do Complexo nº 2

Na ditadura civil-militar, o Estado se utilizou de dispositivos para o controle social. Logo, as atividades escolares seriam permeadas de acordo com anseios, valores, normas, costumes, tradições, hábitos, modos de fazer, de agir e de pensar, enfim, de acordo com o contexto ditatorial. Ou seja, eram seguidos os valores que circulavam e eram apreciados por parte significativa da sociedade.

A Constituição de 1967 amplia a obrigatoriedade do ensino, estendendo-se de quatro para oito anos de idade. A Constituição de 1937 pontuava que a educação deveria formar para o trabalho, fator que retorna com força na Constituição de 1967 (MATHIAS, 2004, p. 157). A Lei n.º 5.691/71 previa um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º graus, além de uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (Art. 4º), incluindo algumas disciplinas e programas de saúde como obrigatórias no currículo (BRASIL, 1971a).

Assim, gradativamente, instaurou-se a Reforma do Ensino; entre medidas e ações pontuais, as unidades do Complexo nº 2 se organizaram: a ata da Primeira Reunião pedagógica do Complexo nº 2, de 1º de agosto de 1973, pontuou sobre a assiduidade dos discentes com relação à participação das atividades práticas do Complexo nº 2, da qual faziam parte cinco escolas (Grupo Escolar Senador Coreia, Grupo Escolar José Elias da Rocha, Escola de Artes Industriais, Escola Municipal Vila Coronel Cláudio e Escola Primária Sant'Anna). A referida ata menciona fichas que deveriam ser utilizadas em todo o Complexo nº 2 — uma ficha mensal e outra de uso diário.

A respeito da assiduidade, na ficha mensal, ficou decidido o seguinte: de 0 a 3 faltas o aluno receberá 2 pontos, de 4 a 6 faltas receberá 1 ponto e mais de 7 faltas zero. As fichas de uso diário deverão começar a serem utilizadas a partir do dia 6, segunda-feira. Explicou ainda que as professoras deverão trabalhar em função do objetivo. Para isso, serão realizadas reuniões aos sábados onde as professoras terão aulas sobre a formulação aplicação dos objetivos (SENADOR CORREIA, 1973, p. 34.)

A assiduidade do discente possibilitava ter uma boa pontuação, pois aqueles que faltavam perdiam pontos. A ata aponta que seria necessário trabalhar os objetivos, mas não menciona quais eram esses objetivos e pontuações. Nas reuniões aos sábados, os docentes deveriam preencher uma ficha avaliativa com informações precisas, devido à amplitude do Complexo nº 2.

Pode-se dizer que o cotidiano escolar da Escola Estadual Senador Correia era sistematicamente organizado nas reuniões pedagógicas. Isso pode ser depreendido a partir do teor da ata de reunião pedagógica com pais de alunos da 6ª série de 1973 na referida escola.

Aos dezessete dias do mês de março do ano de mil novecentos e setenta e três convocados por uma circular, realizou-se uma reunião com os pais dos alunos da 6ª série das turmas C, D, E, F e G. A presente reunião teve início às 16, 15 horas no auditório deste estabelecimento e pela diretora da Escola, professora Carolina Maria de Paula Xavier Gomes, foi apresentado o quadro de trabalho que foi o seguinte:

1º- Objetivos da Escola: a posição da escola dentro do Complexo e unidade dos objetivos com todas as outras unidades complementares. Explicou que os pais estão implicitamente comprometidos com a escola, devendo dar a ela sua colaboração.

2º- Objetivos da Reforma: explicação do que é, e como poderemos dentro da nossa Escola, atingir esses objetivos.

3º Explicação das Áreas: equivalências das 5ª e 6ª séries da Reforma com as 1ª e 2ª séries do Ginásio tradicional e explicou a área de abrangência de cada uma das áreas de estudos.

4º- Apostilas: para evitar a compra de livros, estão sendo preparados textos aqui na Escola. Apenas em Ciência e matemática serão usados os livros.

5º - Aulas de Língua Estrangeira: turmas especiais em horário especial. Textos para as 5ª séries e livros do método Yázigi para as 6ª séries.

6º- Uniforme da Escola: o de Educação Física será exigido apenas calção ou shorts, sapato tênis e camiseta. O da Escola também é conga azul, calça coringa, camiseta com o emblema da Escola.

7º - Departamento de crianças: serão organizados Departamento Cultural e Grêmio Estudantil, para dar senso de responsabilidade ao aluno.

8º- Ficha de Avaliação: os alunos serão avaliados em todos os momentos, dentro e fora da sala de aula. Levou ao conhecimento dos pais a ficha de avaliação que será usada na Escola, através de conceitos.

9º-Horário das aulas: 1º sinal 7, 30 horas — para formar.

7, 45 horas — para entrar em classe.

8,00 horas — fecha o portão.

10º Penalidades: avisou os pais que alguns alunos fugiram às aulas. Que as penalidades da Escola são: repreensão, suspensão e expulsão. Essas penalidades serão aplicadas com rigor (SENADOR CORREIA, 1973, p. 8).

Dentre as ações pontuadas na ata pedagógica, observou-se que foi rotineiro explicar os objetivos da Reforma de Ensino, bem como as áreas de equivalência e abrangência de estudos. Notou-se, no direcionamento proposto pela equipe pedagógica da escola ao registrar a ata, que existia a preocupação da organização material, administrativa, humana e de conhecimento. Essas menções foram repetidas com frequência em outros documentos, colocadas sempre como de extrema importância.

No cotidiano escolar da Escola Estadual Senador Correia, era comum a realização de diversos concursos culturais. Os discentes participavam de concursos externos que aconteciam na comunidade. A título de exemplo, citou-se o concurso de Cartaz mais Original de D. Pedro I, sob o patrocínio do Centro de Atividades de Ponta Grossa e Atividade de Biblioteca e Sesc. Seu regulamento expõe as normas de aceite.

- 2- Este concurso tem por finalidade de lembrar o vulto histórico de D. Pedro I e valorizar o seu grandioso ato, onde tomou o Brasil independente.
- 3- Poderão participar desta promoção, crianças do 4º e 5º ano primário.
- 4- Os desenhos poderão ser pintados, desenhados ou colados com qualquer material de escola do concorrente, num folha de papel cartaz, deverão ser colocados no verso do trabalho o nome do grupo que estuda, o ano e nome do aluno (SENADOR CORREIA, [197-], p. 1).

Os cartazes foram entregues no Serviço Social do Comércio (Sesc) e colocados em exposição na Biblioteca durante uma semana, sendo julgados de acordo com a opinião dos frequentadores do Sesc. Os três melhores trabalhos receberam prêmios. Na Escola Estadual Senador Correia, eram rotineiras as exposições de trabalhos folclóricos, de datas comemorativas, de projetos ecológicos, de festivais culturais, de danças típicas, dentre outros.

Figura 4- Dança do pezinho (década de 1970).



Acervo: Escola Estadual Senador Correia.

Fonte: Álbum fotográfico da Escola Estadual Senador Correia, década de 1970.

Observou-se que esses eventos culturais e artísticos foram significativos para aquele momento, pois foram registrados por meio de imagens fotográficas e por meio da escrita nas atas da escola. Deve-se considerar que os acontecimentos sociais, históricos, políticos e culturais influenciam não somente a criação e implementação das leis e decretos, mas o que acontece no espaço escolar. Tais práticas culturais foram estimuladas para que ocorressem não somente no interior da escola, mas fora dela. Gradativamente, as inserções dessas atividades

culturais cumpriram de forma pontual alguns elementos citados na Reforma de Ensino (parte diversificada). Em outras palavras, as atividades culturais se misturavam às atividades relacionadas a patriotismo e civismo, não parecendo ser de controle social.

As prescrições normativas postas pelas leis e decretos eram as mesmas para todo o país. Contudo, segundo Goodson (1995, p. 194), “o que se prescreve não é necessariamente o que se empreende, e o que se planeja não é necessariamente o que sucede”. Isso quer dizer que a escola poderia fazer uso de tais prescrições das formas mais variadas em seu espaço. Ao abordar valores por meio de atividades e disciplinas escolares, a escola estaria cumprindo as determinações postas, estabelecendo, ao mesmo tempo, os valores subsumidos da ordem social que queria se impor.

As fontes documentais do acervo da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976) registram as vivências e as práticas cotidianas da escola. Esses registros demonstram, no mínimo, duas funcionalidades: uma que minuciaria ao Estado e à Secretaria detalhes do que ocorria no interior da escola e, outro que possibilitaria o controle da escola.

As atas de avisos também foram utilizadas para descrever como seriam fiscalizados e organizados os recreios da escola. Segundo ata de avisos n. 1, de 1973, os recreios foram divididos em dois grupos e algumas docentes foram escaladas para que atendessem ao sinal, a organização, a ordem e a disciplina (SENADOR CORREIA, 1973, p. 30). A fiscalização do recreio ficava sob o encargo da escala de docentes selecionados para exercer vigilância durante a semana. A organização do horário do recreio aconteceu da seguinte forma:

Senhoras professoras:

Solicitamos que às senhoras professoras que por favor atendam aos sinais de entrada e saída para os recreios.

A ordem é a seguinte:

1º recreio — para as turmas de 1º e 3º anos.

Hora de saída — 14,45 ou 15 para 3 horas.

Hora de entrada — 1º sinal: — 15 horas ou 3 horas — banheiro.

2º sinal: — 15,03 ou 3 horas e 3 minutos
para formar.

3º sinal: — 15,05 ou 3 horas e 5 minutos
para entrar.

2º recreio para as turmas de 2º e 4º ano.

Hora de saída: 3,15.

Hora de entrada: 1º sinal: 3,30 — banheiro.

2º sinal: — 3,33 para formar.

3º sinal: — 3,35 para entrar.

Pedimos especialmente para as professoras das turmas da 2º e 4º ano, que aguardem o seu sinal de saída para o recreio, para evitar confusão.

Por outro lado, devem avisar as crianças que o 1º sinal é para ir no banheiro. O 2º sinal é para se dirigir à forma e o 3º sinal para entrarem.

As professoras que fiscalizam, devem evitar a todo custo que as crianças subam na escada vermelha durante o recreio e que usem a sala de professores e a escada amarela (SENADOR CORREIA, 1973, p. 32 grifos do autor).

Analisando esse formato de organizar o tempo, percebeu-se que o horário para cumprimento dos sinais era muito curto. Segundo a ata de avisos de 1973, os discentes teriam três minutos para ir ao banheiro, algo quase impossível de se cumprir (SENADOR CORREIA, 1973, p. 32).

Nesse sentido, recorreu-se aos pensamentos de Goodson (1995, p. 194), pois nem sempre o que se prescreve acontece, e nem sempre o que se planeja se realiza. A ata de aviso n. 4 de 1973 pontua um direcionamento, mas não se pode ter certeza de seu cumprimento. No que concerne à organização do tempo escolar, tanto a ata de avisos, quanto o estatuto e o regimento internos, bem como as prescrições normativas visavam à uniformização de práticas e comportamentos. O que leva a se pensar a organização do tempo prescrito e o do tempo vivido.

Fixar o tempo era uma preocupação das reformas e dos decretos-lei. O tempo escolar é institucional (VIÑAO FRAGO, 1998, p. 5) logo, sendo institucional, é prescritivo, uniforme e sistematiza o ensino. A organização do tempo escolar prescrito na Escola Estadual Senador Correia (1971-1980) aponta uma regularidade — as aulas durariam das 8h às 12h, e das 13h às 17h. A entrada dos discentes para o espaço de sala de aula aconteceria após três (3) sinais. Primeiro sinal para formar, segundo para cantar o Hino Nacional e terceiro para entrar (SENADOR CORREIA, 1973). Os horários não eram flexíveis: ao contrário, deveriam ser cumpridos à risca, mobilizando para isso uma fiscalização permanente.

Observou-se que as atividades cotidianas da Escola Estadual Senador Correia, de forma geral, foram diversificadas e expuseram um envolvimento de docentes, discentes e funcionários, além de pais e comunidade local. A figura 5 demonstra uma atividade apresentada na escola na Semana com a Comunidade.

Figura 05 - O circo alegria da criançada — década de 1970.



Acervo: Escola Estadual Senador Correia.

Fonte: Álbum fotográfico da Escola Estadual Senador Correia, década de 1970.

A figura 5 registra as crianças interpretando palhaços de circo. Momentos como esse da figura 5 ocorreram de forma rotineira na Escola Estadual Senador Correia (1973-1976). Notou-se, pela documentação consultada, uma mobilização da equipe docente para propiciar momentos culturais interativos a seus discentes.

Bencostta (2011) pontua que a imagem fotográfica é um testemunho visual. É memória, recordação, emoção, que informa os aspectos a se conhecer, expondo uma realidade imediata. Por meio das imagens fotográficas, é possível perceber detalhes da cultura da escola e do ambiente escolar.

Em certo sentido, podemos afirmar que tais registros são objetos culturais que guardam fortes vínculos entre a memória dos personagens da escola e a memória da própria instituição, visto que enquanto documentos, essas fotografias se consistem em testemunho e representação da escola primária em determinada época, pois revelam a um só tempo o modo de ser, mas também o de se conceber a escola; além de revelar formas determinadas de os sujeitos se comportarem e representarem seus papéis – professor, aluno, classe etc. Elas trazem informações sobre a cultura material escolar, como os arranjos espaciais (arquitetura), as relações sociais, os contextos humanos (professores, alunos, diretores e suas respectivas posturas) e sobre as práticas escolares (festas de encerramento do ano letivo, entrega de diplomas, desfiles e comemorações cívicas, solenidades, etc.) (BENCOSTTA, 2011, p. 400-401).

A imagem fotográfica como testemunho histórico de um determinado recorte temporal (BENCOSTTA, 2011) pode servir, especificamente na escola, para recordar elementos de práticas escolares vivenciadas no cotidiano escolar, registrando o tempo e o espaço. A figura 6 ilustra o momento cultural de dança da década de 1970.

Figura 6 - Dança típica - década de 1970.



Acervo: Escola Senador Correia.

Fonte: Álbum da Escola Estadual Senador Correia.

A figura 6 representa, de acordo com as fontes documentais, momentos culturais de interação, interpretando danças típicas brasileiras. Essas imagens fotográficas como fonte histórica de pesquisa possibilitam visualizar um recorte da realidade, captada em função do momento em que aconteciam atividades que expressavam a integração entre discentes, docentes e comunidade. Ressalta-se que é importante realizar a desconstrução aparente daquilo que está na imagem fotográfica, assim desvelando o que está oculto, identificando informações de um determinado recorte temporal e espacial.

Deve-se lembrar que as imagens fotográficas podem ser ensaiadas antes de ser tiradas, para induzir uma ideia. No caso da figura 6, não parece ser uma imagem montada ou ensaiada, pelo aspecto da movimentação expressa na imagem fotográfica. A interpretação de imagem

fotográfica é subjetiva, ou seja, outra pessoa pode realizar uma leitura de mundo diferente. Diretamente, a referida imagem fotográfica pode forjar uma realidade. Contudo, cabe ao pesquisador captar aquilo que não se vê na superfície, sempre buscando ultrapassar a primeira impressão.

Fotografar grandes cerimônias é possível porque — e apenas porque — essas imagens captam comportamentos que são socialmente aceitos e socialmente regulados, ou seja, já solenizados. Nada além do que deve ser fotografado pode ser fotografado. A cerimônia pode ser fotografada porque está situada fora daquilo que é a rotina diária, e deve ser fotografada porque materializa a imagem que o grupo, pretende apresentar de si próprio. O que é fotografado, e apreendido pelo leitor da fotografia, não são propriamente indivíduos na sua particularidade singular, mas sim papéis sociais (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006, p. 34-35).

Percebe-se que fotografar os atos, as cerimônias, as solenidades da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976) tornaram-se rotineiro, tanto de eventos que ocorreram dentro da escola como fora dela. Fotografar dentro de um espaço e tempo revela os comportamentos que são socialmente aceitos (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006). Atos solenes, como o hasteamento da bandeira nacional, a entrega de medalhas e certificados, inaugurações de espaços representaram um momento obrigatório no ritual social da referida escola. O ato de registrar as atividades facilita, assim, o controle do trabalho escolar.

Há normas de conduta para se tirar das imagens fotográficas, particularmente, nos atos solenes (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006): pode ser reprovada a pose de quem sai na imagem, dependendo do momento ou situação fotografados. Como exemplo, temos a imagem do hasteamento da bandeira nacional na Escola Estadual Senador Correia. Quem participava de tal ato deveria ter uma postura ereta, organizada, disciplinada, não podendo ser desleixada. O relaxamento da postura para a imagem fotográfica poderia expressar um desrespeito e representar indisciplina ante o ato solene.

As atividades cotidianas da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976), tanto as registradas de forma textual como visual, expressam uma cultura escolar, delineada em um recorte temporal de repressão. Paulatinamente, isso permeou os comportamentos de discentes, docentes e comunidade escolar. As produções artísticas da referida escola expunham um cunho temático do que deveria ser trabalhado como conteúdo específico da grade curricular.

Diante das fontes documentais analisadas, notou-se que o docente seria a principal peça na condução de discentes para inculcar comportamentos, valores éticos e morais adequados ao recorte temporal do trabalho abordado. Ao docente caberia ter habilidade e competência para organizar tanto os conteúdos ou saberes científicos quanto, por exemplo, as atividades externas relacionadas a desfiles e apresentações em rádios ou televisão. Seja ao cumprir ou burlar

normativas, leis e decretos, ou ao colocar em prática tais direcionamentos, tudo isso permeou a cultura escolar da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976).

O docente, em especial o profissional de Educação Física, atuou como eixo principal na condução dos treinos das diversas modalidades esportivas. Esse profissional foi paulatinamente ganhando *status* no interior do âmbito escolar, como aulas que disciplinavam, mas que também divertiam.

Dessa forma, pontuaram-se acima os objetivos, finalidades e funções do Regimento Interno do Complexo nº 2, implementado com o aporte da Lei n. 5.692/7, no qual a Escola Estadual Senador Correia foi unidade central, que coordenou e organizou as unidades complementares pertencentes ao complexo. Percebeu-se que a organização e a implementação de tais normativas não trouxeram mudanças estruturais à escola; apenas seu ensino foi reorganizado para atender à Reforma do Ensino, levando em conta que o uso do espaço da Escola de Artes Industriais já ocorria anteriormente à reforma: o que se fez foi justificar seu uso baseado na lei. As análises das fontes documentais permitiram visualizar as diversas formas de como foram reorganizadas as atividades cotidianas da escola, tendo em conta que muitos dos elementos encontrados na pesquisa já faziam parte das práticas escolares antes da Reforma de Ensino e da ditadura civil-militar.

Houve, entretanto, uma orientação direcionando o ensino do nível médio à profissionalização. A integração dos cursos superiores de formação tecnológica com empresas e precedência do Ministério do Planejamento sobre a Educação, segundo Saviani (2008, p. 295), foram elementos que integraram as reformas do ensino no governo ditatorial.

O capítulo a seguir trará a análise da Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood (ABCD “RH”), que, em articulação com a disciplina de Educação Física, ordenou a criação da Olimpíada Infante Juvenil de Ponta Grossa (OLIJUP) de 1973 a 1976, demonstrando a forma como essa união foi organizada para realizar as quatro edições da OLIJUP e as diversas modalidades de esporte apresentadas nas olimpíadas.

Capítulo 3

A Educação Física e a Olimpíada Infante Juvenil de Ponta Grossa

No segundo capítulo discorremos sobre o Regimento Interno do Complexo nº 2, em que a Unidade Central foi a Escola Estadual Senador Correia, que coordenou quatro escolas que faziam parte do Complexo nº 2. Um dos objetivos finais da ordenação dessas escolas no complexo foi reduzir custos econômicos e aproveitar espaços e materiais já disponíveis para uso. O referido documento tinha o aporte da Lei n. 5692/71 e direcionou o cotidiano das escolas e a cultura escolar.

Este capítulo discute a formação da Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood (ABCD “RH”) em conjunto com a disciplina de Educação Física, que fez o ordenamento da Olimpíada Infante Juvenil de Ponta Grossa (OLIJUP) de 1973 a 1976. A OLIJUP ocorreu em quatro edições e foi uma importante olimpíada, movimentando não somente a Escola Estadual Senador Correia, mas outras escolas e a comunidade local. A olimpíada possibilitou aos discentes e demais sujeitos que compunham a escola conhecer e aprender as diversas modalidades de esportes.

Os hábitos de esportivização refletiram não somente nas práticas cotidianas da disciplina de Educação Física, mas na cultura escolar da Escola Estadual Senador Correia. No início, segundo a ata pedagógica da 5ª série de 1973, os treinos eram realizados em curtos períodos (20 minutos hora/aula) em dias alternados do horário de aula de outras disciplinas. Posteriormente, passaram a ocorrer aos sábados.

Todos esses elementos mencionados no parágrafo acima colaborariam para manter o ordenamento da escola, pois acreditava-se que, ao ocupar o tempo, distribuindo diversas atividades, isso evitaria a ociosidade. O incentivo à esportivização veio com a realização da OLIJUP organizada pela ABCD “RH” e a disciplina de Educação Física. Esses três elementos (OLIJUP, ABCD “RH” e a Educação Física) formaram uma tríade que durou quatro edições, dando início a um importante evento que acontece até os dias de hoje na cidade de Ponta Grossa-PR: os Jogos Estudantis Municipais (JEM).

3.1 Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood: assistencialismo, integração e o seu compromisso com a OLIJUP

A Escola Estadual Senador Correia, desde 1966, contava com o apoio da Associação de Pais e Mestres, e, a partir de 1974, com a colaboração da Associação Beneficente, Cultural e

Desportiva Robin Hood (ABCD “RH”). Tal sociedade,²⁰ fundada em 6 de março de 1974, funcionava nas dependências da Escola Estadual Senador Correia. Era composta pela equipe pedagógica, tendo, como objetivo geral, prestar serviço a escola, discentes e comunidade em geral, em conformidade com a Lei n.º 5.691/71 e com o Decreto 69.450/71. O Decreto 69.450/71 sugere em vários pontos como deveria ser a sistemática da Educação Nacional, no que concerne à disciplina de Educação Física (BRASIL, 1971b). Entre esses pontos estão: a educação física como meio de processos e técnicas que desenvolvem forças físicas, morais, psíquicas; que é desportiva e recreativa, associando-se à conservação da saúde, ao fortalecimento da vontade e à implantação de hábitos sadios, entre outros (BRASIL, 1971a). Alguns desses elementos são visualizados nas atas das reuniões pedagógicas, no que tange à organização da disciplina de Educação Física e da OLIJUP. (SENADOR CORREIA, 1973, 1974, 1975, 1976).

Embora o objeto de pesquisa não seja a lei nem o decreto mencionado no parágrafo anterior, é relevante descrever tais elementos. Não somente porque fizeram parte da Educação Física e da olimpíada, mas pela forma como são apresentados nos documentos analisados da referida escola; o que serve para demonstrar a especificidade da cultura escolar da Escola Estadual Senador Correia no contexto abordado pela pesquisa. A reformulação do regimento da Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood, em 5 de maio de 1975, não altera em nada os objetivos fixados no primeiro capítulo, no art. 1º, em sua constituição de 1974. Percebeu-se que essa normativa traz a tentativa de entrelaçar objetivos do Decreto 69.450/71 ao regimento interno da ABCD “RH”, colaborando com as olimpíadas, associando a Educação Física à esportivização, tanto dos discentes como da comunidade escolar. O primeiro capítulo da ABCD “RH” de 1975 enuncia esses fins:

- I - promover o entrelaçamento de professores, pais e alunos associados;
- II – funcionar como órgão cooperador da escola que abriga e demais departamentos, áreas de estudo e atividades, visando a formação do educando como ser ajustado, útil e produtivo da sociedade;
- III – dar amparo às atividades estudantis permitindo o desenvolvimento harmonioso e o aproveitamento das forças físicas, psíquicas, morais, cívicas e sociais do educando;
- IV – promover cursos, palestras, seminários, conferência, concursos, representações teatrais e exposições que visam o enriquecimento de seus associados;
- V – promover torneios, campeonatos, olimpíadas e outras atividades esportivo-culturais que permitem a socialização e aprimoramento do espírito comunitário;
- VI – apoiar campanhas levadas a efeito pelo SEC ou por outras entidades, que de qualquer forma venham a beneficiar a comunidade;
- VII – prestar auxílio aos associados carentes de recursos, nos setores pedagógicos, de alimentação, saúde, vestuário e moradia;

²⁰ Os documentos analisados mencionam que esta associação existiu até o início da década 1980.

VIII – auxiliar na aquisição de material didático e de expediente adequados ao plano curricular do estabelecimento, visando o aprimoramento das técnicas educacionais (SENADOR CORREIA, 1975, p. 2).

Observou-se que um dos objetivos da normativa era realizar olimpíadas, torneios e atividades esportivas. A ABCD “RH” formulou o regimento interno da OLIJUP; isso propiciou ao discente conhecer as diversas modalidades de esportes, em quanto o docente poderia trabalhar, na prática, as técnicas do esporte. Assim, ofertava-se tanto para o discente quanto para o docente o aprendizado, a responsabilidade, o controle da mente e do corpo e a disciplina.

O Estatuto da ABCD “RH” pontuava os direcionamentos que pais, docentes e discentes deveriam seguir, tendo um caráter pretensamente organizacional e formativo, importantíssimo para a consolidação, em especial, da olimpíada. A elaboração desse estatuto organizou os departamentos dentro da OLIJUP, encaminhando cada qual a uma função específica. Para ser sócio da ABCD “RH”, dependia-se apenas da aceitação das normativas contidas no Estatuto, havendo três categorias de sócios: efetivos, facultativos e honorários (SENADOR CORREIA, 1974, p. 2).

§ 1º Serão sócios efetivos:

a) ativos – o corpo docente e funcionários do Estabelecimento;

b) passivos – todos os alunos matriculados na Escola da 1ª a 8ª série de 1º Grau.

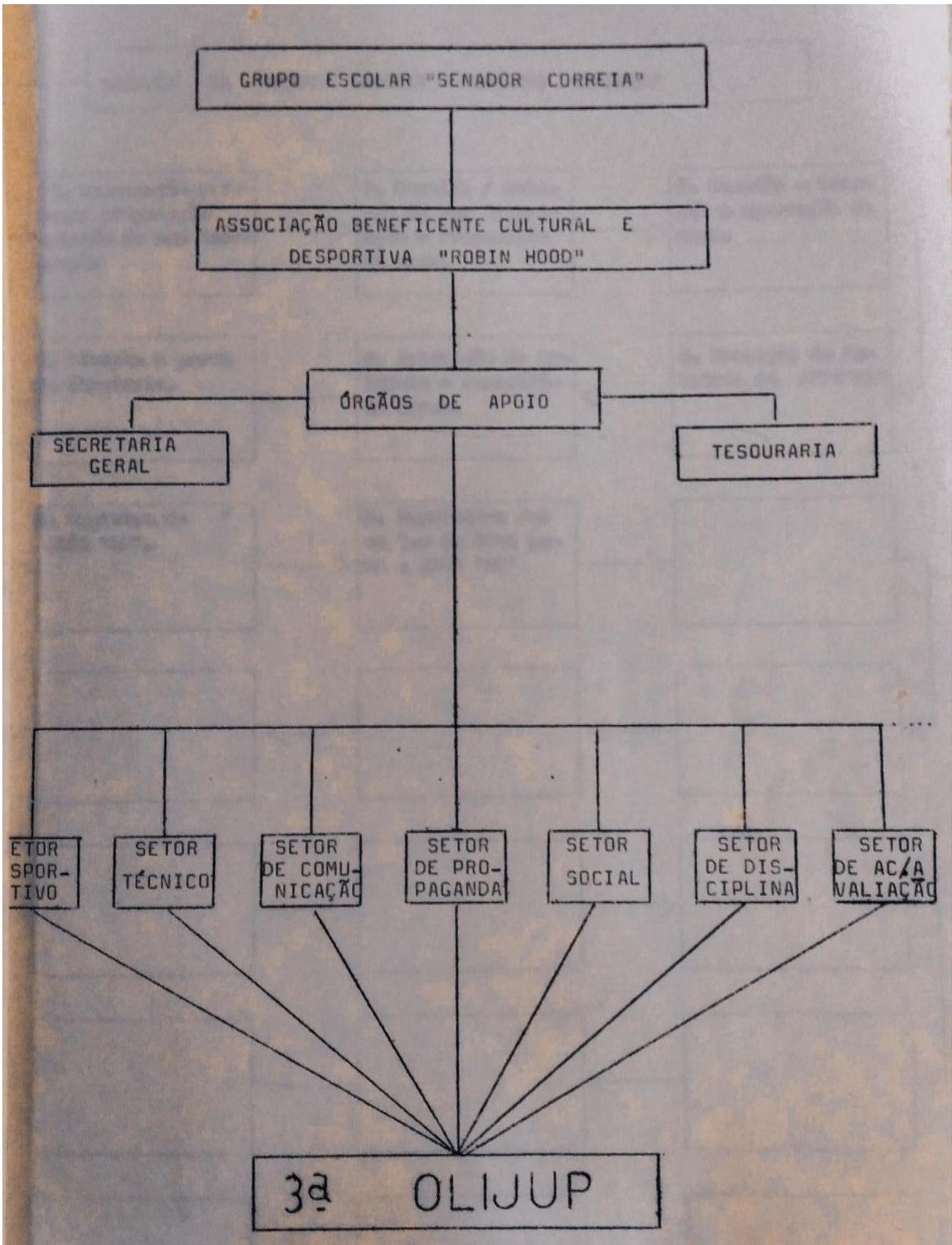
§ 2º Serão sócios facultativos, os pais dos alunos matriculados no Estabelecimento.

§ 3º São sócios honorários as pessoas que forem julgadas pela Diretoria, dignas dessa distinção, por serviços prestados à ABCD “RH” (SENADOR CORREIA, 1974, p. 2).

Todos os sócios poderiam apresentar projetos ou sugestões para melhoramento da escola, assim como poderiam contribuir, dentro de suas condições financeiras, com doações de qualquer espécie, auxiliando, de forma assistencial, a associação. Os sócios carentes de recursos estariam isentos de qualquer contribuição, participando, sem distinção, de todas as atividades empreendidas pela escola.

A estrutura organizativa do Estatuto esboçou uma hierarquização, sendo órgão diretamente responsável pela OLIJUP. O organograma da figura 7 evidencia a organização hierárquica, técnica e administrativa.

Figura 7- Organograma da Escola Estadual Senador Correia (1974).



Acervo: Escola Estadual Senador Correia, 1975.

Fonte: Organograma da 3 (OLIPUP) – anexo ao Projeto da (OLIJUP) – 1974.

Os órgãos oficiais do Estado — Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, o Departamento de Educação Física do Paraná, a Fundação Educacional do Estado do Paraná e a 6ª Inspeção Regional do Estado do Paraná de Ponta Grossa — foram indiretamente responsáveis pela organização da OLIJUP. A ideia inicial de implementar a ABCD “RH” foi realizar uma olimpíada que reunisse um número expressivo de atletas e se estendesse às outras escolas de Ponta Grossa (SENADOR CORREIA, 1974, p. 1). Os registros normativos do Estatuto proferiam o comprometimento que todos deveriam ter.

Todos nós, professores, pais, e comunidade, somos responsáveis e estamos de uma forma ou de outra, envolvidos no processo educacional de nosso país. Urge, portanto, que iniciemos uma revolução no campo social, psicológico e também estrutural, sem o que não alcançaríamos o desenvolvimento e o progresso almejado (SENADOR CORREIA, 1974, p.1).

Essa afirmação conclamava para todos a responsabilidade do progresso almejado, especialmente ao se implementar a reforma de ensino. Pressupõe-se que o sucesso ou fracasso, em relação ao progresso do país, estaria associado “[...] na produção de reformas que atendessem aos apelos da modernidade: aliar o progresso das mentes numa sociedade convulsionada por novas técnicas, novas ciências e novas formas de interferência na sua estrutura política” (VEIGA; FARIA FILHO, 1997, p. 204). Dessa forma, o delineamento de uma nova ordem política e social colocava em evidência o processo de escolarização como forma de fortalecer o regime ditatorial.

[...] não quer dizer que a influência da instituição escolar não tenha se feito, sentir, ao longo da história, lá onde ela não existia ou por aqueles que não frequentaram. Pelo contrário, a ação escolar fez-se sentir além dos “muros”, da escola, irradiando para o conjunto da sociedade, constituindo-se em referência importante para a definição de identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais, dentre outras. (FARIA FILHO, 2002, p. 111).

A ação escolar, em especial quando foi implementada a tecnificação do ensino, encaminhou-se na direção de produzir mão de obra qualificada em tempo mínimo e com baixo custo, se comparada à formação do ensino superior. O registro do estatuto possibilita, nas suas entrelinhas, observar a forma como foram organizadas as atividades cotidianas da escola, no que se refere à OLIJUP.

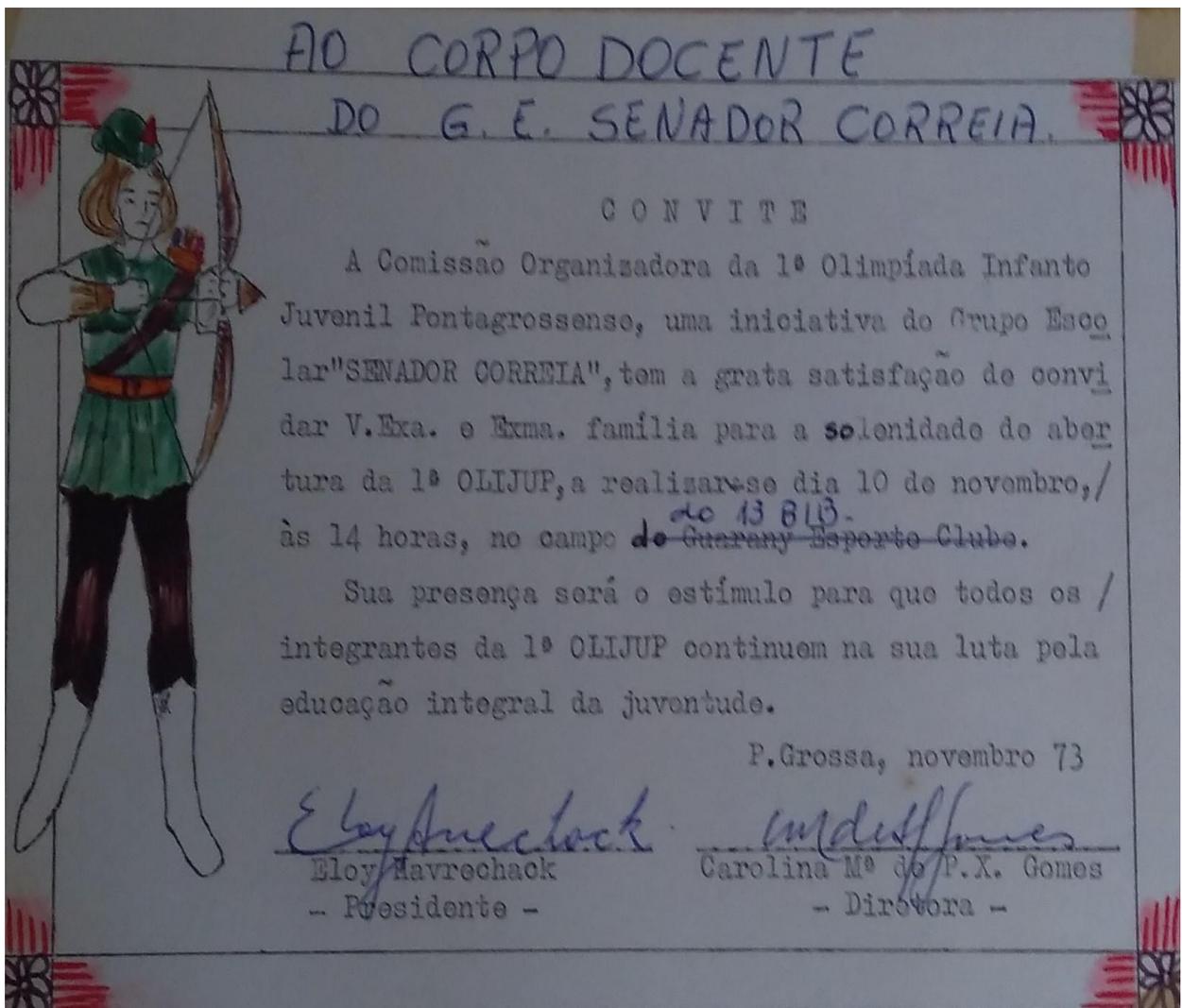
Os registros da Ata da Reunião da ABCD “RH” de 1975 fazem os encaminhamentos das outras funções que a referida associação era responsável, trazendo a descrição de como isso seria feito:

A responsabilidade da Festa Junina é da ABCD “RH”. Em relação a Festa Junina ficou deliberado o seguinte:

O convite será feito em nome das duas associações e ainda será elaborado. A festa será iniciada às 14 horas, com a seguinte programação: às 16 horas a parte das danças de 1ª a 4ª série, às 19 horas, a coroação do Rei e da Rainha das caboclinhas e seguinte as danças das crianças de 6ª a 8ª série (SENADOR CORREIA, 1975, p. 17).

A (ABCD “RH”), em conjunto com a disciplina de Educação Física, fez parte do cotidiano escolar da Escola Estadual Senador Correia. As decisões, feitas em conjunto, demarcavam o tempo escolar, a organização das atividades culturais, esportivas e de lazer, envolvendo a participação do meio externo. Os desdobramentos dessas atividades cotidianas da escola possibilitam perceber como estava sendo reorganizada a cultura escolar. A figura 8 expõe o convite ao corpo docente da Escola Estadual Senador Correia para a solenidade abertura da 1ª OLIJUP, que ocorreu às 14h no auditório da escola.

Figura 8 - Convite da primeira OLIJUP, 1973.



Acervo: Escola Estadual Senador Correia.

Fonte: Ata da reunião pedagógica da (ABCD “RH”) - 1973.

Entre as funções atribuídas à ABCD “RH” estavam a organização da fanfarra e representar simbolicamente, por meio do traje de Robin Hood, a escola nos desfiles de abertura da OLIJUP, de 7 de setembro e 15 de setembro²¹ - Proclamação da República e aniversário da cidade de Ponta Grossa. Essas finalidades, atribuídas à ABCD “RH”, envolvem uma multiplicidade de fatores, de interesses e *status*, que diretamente colocaram a escola em posição de destaque. A OLIJUP, segundo a documentação analisada (atas, projeto, estatutos, regimento), foi um grande evento que propiciou um status de destaque à referida escola, tanto que mais tarde a olimpíada deu origem ao Jogos Estudantis Municipais (JEMs).

A figura 9 trata do desfile de abertura da OLIJUP da década de 1970. Para esse evento, a escola se apresentou com vestimentas de Robin Hood. Para Kossoy (2002), a fotografia é a forma de expressão cultural que registra o tempo, os acontecimentos das diversas naturezas, sendo portadora de um discurso e traduzindo o instante que possui intencionalidades.

Figura 9 – Desfile de abertura com o traje de Robin Hood na OLIJUP - Década de 1970.



Acervo: Escola Estadual Senador Correia.

Fonte: Álbum fotográfico da Escola Estadual Senador Correia – década de 1970.

²¹ Aniversário da cidade de Ponta Grossa.

Kossoy (2002, p. 26-27) aponta que o documento fotográfico subentende um contexto histórico, registrando um micro aspecto do mesmo contexto. Nesse sentido, o micro aspecto desse contexto seria a inserção da ABCD “RH” nos desfiles da OLIJUP e de outros eventos, que demonstram uma trama com a função de um desejo individual de expressão de seu autor, visando a uma determinada aplicação (científica, comercial, educacional, policial, jornalística, entre outras).

O traje de Robin Hood escolhido para representar ABCD “RH” foi utilizado em outros eventos, entre eles, a fanfarra. A criação da fanfarra contou com recursos da Fundação Educacional do Estado do Paraná (Fundepar) e da Associação de Pais e Mestres (APM) da Escola Estadual Senador Correia, e sua primeira apresentação ocorreu no dia 15 de setembro de 1968. Segundo Luporini (1987), existiu uma justificativa para a escolha do nome da fanfarra.

O símbolo escolhido para representar a fanfarra foi o personagem Robin Hood porque representava a luta pela justiça, contra a opressão, por uma distribuição mais justa da riqueza. O uniforme constava de calça marrom, camisa branca de mangas compridas bufantes, colete verde de camurça amarrado com cordão dourado; sobre o colete prendia-se, na altura da cintura, um cinto dourado. Completava o traje, botas brancas de couro, cano alto — até a altura do joelho; na cabeça os alunos portavam chapéus de feltro verde — no estilo Robin Hood — com uma pluma vermelha (LUPORINI, 1987, p. 85).

Para Luporini (1987), a escolha do personagem Robin Hood tinha a representatividade da luta pela justiça, contra a opressão, o que é contraditório mediante o contexto em que foi tomado o poder político. Contudo, é importante comentar que não é possível perceber, pela documentação analisada, se os sujeitos que compunham o espaço escolar faziam uso desse personagem como uma crítica de cunho político. Um dos possíveis motivos para a escolha de um mesmo personagem seria a economia de recursos financeiros, pois seriam utilizadas as mesmas vestimentas para os diversos eventos que a escola tivesse que participar.

Por outro lado, a análise dessa citação, em conjunto com a imagem fotográfica, permite perceber a produção artística que transformou o tempo e o espaço escolar em cultura escolar. Permitindo, assim, ver as suas relações externas com os demais (comunidade) e a ação efetiva desse fazer escolar, seja movimentando corpos, inculcando condutas ou modos de fazer e de agir, gerando costumes e ritos, transformando-se em cultura escolar. Portanto: “A imagem fotográfica fornece provas, indícios, funciona sempre como documento iconográfico acerca de uma dada realidade” (KOSSOY, 2002, p. 33). E como um testemunho que demonstra algo (KOSSOY, 2002). A figura 9 dá visibilidade a como foram interativas e socializadas as atividades que fizeram parte da rotina escolar e que, paulatinamente, permearam a cultura escolar da instituição de ensino. Diversas são as formas de fazer dos discentes, especialmente,

nos usos diferenciados que cada um fez das atividades cotidianas de ensaio e apresentação nas ruas da fanfarra.

Embora grande parte da documentação consultada descreva um cotidiano escolar tranquilo, no qual quase todos colaboravam para o cumprimento das normativas escolares sob a égide da Reforma de Ensino, existiu resistência e desinteresse pela efetuação dos treinos diários, relatados nas atas da reunião do Departamento Esportivo da Escola Estadual Senador Correia, do dia 22 de maio de 1974, com os professores de Educação Física.

Foi comentado sobre a situação da professora “(D)” que não está colaborando com a escola com assistência às reuniões; levando ao quartel os alunos para treinamento e não treinou; que está desleixando de seu trabalho. As coisas que devem ser treinadas não é só para hoje, mas para que a escola se projete, o treinamento é para sempre (SENADOR CORREIA, 1974, p. 1).

Fica perceptível que tais treinos poderiam inculcar comportamentos de disciplina, de ordem, de asseio, de respeito, de responsabilidade, de ensinar noções de trabalho em grupo, de cordialidade e polidez, formando um senso apreciativo e participativo para com a sociedade. A Instrução Pública deveria formar bons hábitos e costumes, conforme escrito na ata de reunião do Departamento Desportivo: “[...] quando alguém está seguindo uma linha errada, temos a obrigação de ajudá-lo a resolver o problema” (SENADOR CORREIA, 1974, p. 1).

O comportamento da professora “D” foi criticado em outra situação. Segundo a ata da reunião do Departamento Esportivo da Escola Estadual Senador Correia, de 22 de maio de 1974, reuniram-se os professores de Educação Física e a diretora para tratar algumas pautas da II Olimpíada.

A diretora da escola fala em seguida sobre a aula de treinamento, nas quartas-feiras; que deverá ser feita tanto para meninos como para meninas, o que não tinha acontecido nesta quarta-feira, em que o professor “X” saiu para o treinamento com alguns meninos e a professora “D” saiu para uma sala normal com todas as meninas de 2 turmas, enquanto que os meninos restantes ficaram dentro da sala sozinhos e consequentemente começou uma bagunça nas salas de aula (SENADOR CORREIA, 1974, p. 7).

Posteriormente, um professor comenta que todos “devem trabalhar em conjunto, a displicência da professora o atrapalha no andamento de seu trabalho. Disseram ainda que o comportamento estranho da professora poderia prejudicá-la na sua carreira de magistério” (SENADOR CORREIA, 1974, p. 2-3).

Esses registros expressam problemas decorrentes da não aceitação do direcionamento das atividades cotidianas de treinamento por parte de uma docente, atitude que refletiria no restante do corpo docente e no discente. Outras situações também expressariam certo

desajustamento em relação a atividades esportivas no horário de outras atividades escolares, ocasionando desconforto entre os discentes, equipe pedagógica e diretor (a). A ata de 22 de maio de 1974 pediu a colaboração dos docentes no sentido de organizar melhor o tempo e o dia.

A diretora fala sobre os jogos que estão sendo realizados nos sábados pela equipe de professores que estão pondo os jogos em cima de outras atividades mais importantes pedagogicamente. Disse aos professores de Ed. Física que não gostaria de proibir estes jogos, mas que eles marcassem os mesmos em apenas um sábado por mês (SENADOR CORREIA, 1974).

A citação demonstra não somente um desajuste com relação ao tempo por parte dos professores de Educação Física, mas expressa que não havia um horário definido para os treinos. Aponta ainda que a disciplina de Educação Física estava em processo de delinear sua constituição, estando associada à esportivização e à diversão.

As competições das olimpíadas aconteceram em diversos espaços da cidade de Ponta Grossa e contavam com a participação de atletas (discentes) da escola organizadora e de outras instituições, que disputavam a diversidade de esportes ofertados pela OLIJUP. A disciplina de Educação Física ordenou e fez sugestões com relação à seleção dos esportes. Tal estratégia foi utilizada pelo governo ditatorial como mecanismo disseminador de vitórias, exaltando o nacionalismo em benefício da produção de sujeitos fortes e disciplinados.

Para Viñao Frago (2008, p. 206), a finalidade de uma disciplina escolar seria o código disciplinar, pois, “dentro da comunidade de ‘proprietários’ do espaço acadêmico reservado, graças aos mecanismos de controle de formação da seleção e do trabalho ou tarefa profissional”. Em outras palavras, existia um código da disciplina que os docentes de Educação Física deveriam seguir, baseado nas normativas viventes do período, no estatuto e regimento interno da escola, que foram transmitidos dentro da disciplina. O conhecimento deveria ser articulado em torno de temas específicos, em especial, nesse caso, o incentivo ao esporte. O código disciplinar abrange conhecimentos transmitidos de geração a geração, que são providos de uma lógica interna.

Essas atividades, descritas no texto acima, foram disseminadoras de valores, ideias, comportamentos, condutas, ordem, disciplina, comprometimento, assiduidade, respeito, polidez, responsabilidade, ética, eficiência, dinamismo, dentre outros, tendo como uma de suas responsáveis a disciplina de Educação Física. Todos esses elementos vieram a permear a cultura escolar da Escola Estadual Senador Correia.

No próximo subitem, apresentaremos as Olimpíadas Infante Juvenis de Ponta Grossa OLIJUP, implementadas em quatro edições (1973 -1976).

3.2 Olimpíada Infanto Juvenil de Ponta Grossa (1973-1976)

A Olimpíada Infanto Juvenil de Ponta Grossa (OLIJUP) foi um evento que aconteceu sob a direção da Escola Estadual Senador Correia e se estendeu a outras escolas da região, perdurando por quatro anos (1973-1976). Segundo a ata da primeira reunião da Comissão Organizadora dos jogos da Escola Estadual Senador Correia, no dia 25 setembro de 1973 reuniram-se a ABCD “RH” e o corpo docente para tratar de assuntos referentes à organização dos jogos que fizeram parte das atividades cotidianas da OLIJUP. A primeira edição das Olimpíadas Infanto Juvenis de Ponta Grossa aconteceu entre 9 e 17 de novembro de 1973, tendo como objetivo “promover o entrelaçamento de professores, pais e alunos”, para alunos de sete a 16 anos de idade (SENADOR CORREIA, 1973, p. 8).

A olimpíada contou com a colaboração do corpo docente de Educação Física. Essa disciplina foi integrada ao currículo escolar por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mais especificamente, pelo decreto Lei n.º 5.691/71. Germano (2011) expõe que a Educação Física do contexto ditatorial era pautada na busca pelo desempenho esportivo e pela vitória. Pressupõe-se que as aulas seriam dadas com o objetivo de formar atletas; assim, a escola seria a base da pirâmide formadora. Os militares acreditavam que o esporte deveria ser ensinado na escola, e suas glórias seriam divulgadas com o intuito de se fazer acreditar que esses resultados expressavam o desenvolvimento do país enquanto nação próspera (GERMANO, 2011).

A respeito disso, entende-se que, por meio da Educação Física, a escola gerenciava uma autodisciplina na realização da OLIJUP, condicionando docentes e discentes ao comprometimento com esse evento, com o objetivo de delinear bons hábitos (exercícios, ginásticas, esportes) a serem seguidos. Assim, esperava-se efetivar disciplina, ordem, sociabilidade, cordialidade, polidez, responsabilidade, eficácia, dinamismo, higiene, propiciando um mundo de “lutadores e vencedores” (OLIVEIRA, 2004). Considerando-se os variados atributos que a OLIJUP poderia propiciar, isso só seria possível mediante a abstração por meio da repetição dos treinos esportivos, das ginásticas rítmicas e dos exercícios físicos.

Antes da efetivação da OLIJUP, foi necessário pensar um projeto e um estatuto que nortearam as atividades da olimpíada. Posteriormente, ao realizar os registros do projeto em cartório, a organização da Escola Estadual Senador Correia, em conjunto com a ABCD “RH”, dividiu a OLIJUP em dois grupos: Grupo I, para discentes de sete a 10 anos de idade e o Grupo II, para discentes de 11 a 16 anos de idade a serem contemplados até 31 de dezembro do ano de 1973. As modalidades foram jogos, brincadeiras e maratona intelectual.

Quadro 3 – Modalidades de esportes da OLIJUP (1975).

Modalidades masculinas	Modalidades femininas
Futebol	
Gincana	Gincana
Voley	Voley
Andebol	Andebol
Tênis de Mesa	Tênis de Mesa
Ginastica Olímpica	Ginástica Rítmica
Basquete	Basquete
Atletismo	Atletismo
Xadrez	Xadrez
Queimada	Queimada
Tria ²²	Tria
Dama	Dama
Maratona Intelectual	Maratona Intelectual
Natação	Natação

Acervo: Escola Estadual Senador Correia, ata da Reunião Ordinária da ABCD “RH” de (1975, p. 20- 21),
 Fonte: elaborado por Solomon (2020).

Em sua segunda edição, a OLIJUP foi dividida em três grupos (A, B, C), a depender da modalidade esportiva. Essa olimpíada promoveu a socialização do esporte em suas diversas modalidades entre as escolas ponta-grossenses. Na ata da reunião da Comissão Organizadora da OLIJUP, realizada no dia 1º de novembro de 1973, o prefeito do município falou sobre o entusiasmo dos participantes pela iniciativa de realizar esse tipo de competição, congratulando a escola e a comissão organizadora da OLIJUP, além de expor a necessidade do esporte para a nação (SENADOR CORREIA, 1973, p. 3). A justificativa apresentada para a realização da OLIJUP era pautada:

Num esforço conjunto da direção e professores do Grupo Escolar “Senador Correia”, visando o cumprimento global das determinações expressas na Lei n.º 5.691/71, que tornou a Educação Física uma atividade escolar obrigatória em todos os graus de qualquer sistema de ensino, surgiu a idéia de desenvolver atividades que por seus meios processos, estratégias e técnicas, despertassem e desenvolvessem no educando o aprimoramento das forças físicas, psíquicas, morais, cívicas e sociais (SENADOR CORREIA, 1975, p. 4-5).

No regime ditatorial, para Oliveira (2004, p.13), a Educação Física “[...] foi pensada numa perspectiva de controle social”, e ainda “[...] confundia-se com formação moral [...]”. Nesse sentido, percebeu-se quais eram os valores e virtudes que se pretendia inculcar nos discentes durante o contexto civil-militar. Essas perspectivas foram construídas pela sociedade brasileira ao longo do tempo e em meio a tensões políticas, sociais e culturais. As virtudes que almejaram ser constituídas, expressas no Projeto OLIJUP, deveriam induzir o aprimoramento

²² Optou-se por manter a grafia original da palavra segundo a Ata da Reunião Ordinária da ABCD “RH” de 1975.

para o trabalho, a tradição moral religiosa oriunda de aspectos familiar e patriarcal, bem como obediência e resignação alusivas à doutrina de segurança nacional (CARVALHO, 2002).

Em outras palavras, as atividades cotidianas planejadas na escola objetivavam formar um bom cidadão, trabalhador apto, disciplinado, obediente, consciente dos seus deveres para com a Pátria, com vistas ao enquadramento dos discentes em um padrão homogêneo, que utilizaria seus direitos de cidadão em benefício do progresso do País — expectativas condizentes com o Decreto n.º 69.450/71. As palavras registradas no projeto OLIJUP expressam que “aquele que trabalha a criança, medita e pode olhar sempre para o alto pois estará aos poucos construindo uma nova humanidade” (SENADOR CORREIA, 1974, p. 5). A escola, em conjunto com o governo militar, propagava princípios para a formação do brasileiro, delineando valores e virtudes esperados de um cidadão resignado e servil a sua Pátria amada.

Ao realizar uma olimpíada, a Escola Estadual Senador Correia demonstra, em síntese, não somente uma preocupação em cumprir as normativas da Lei n.º 5.691/71. A disciplina foi um elemento trabalhado por meio da esportivização, pois isso era algo julgado entre as escolas. A ata da reunião da Comissão organizadora da OLIJUP de 1975 menciona que “o troféu campeão de disciplina foi entregue à Escola Municipal Ana de Barros Holzimam”. Ter esse elemento inculcado no comportamento poderia contribuir para a polidez do homem, que honrasse os compromissos com o trabalho, servil à Pátria, obediente aos superiores, comprometido com elementos indispensáveis para se constituir uma nação próspera. Segundo ata da 1ª Reunião da ABCD “RH”, do dia 11 de agosto de 1976, para “a taça Disciplina será considerada a organização da Escola desde a inscrição dos atletas, até o final da competição (uniformes, documentação, disciplina)” (SENADOR CORREIA, 1976, p. 23). A referida ata faz menção ao Departamento Disciplinar, confiado a um docente da escola que tinha a responsabilidade de direcionar as atividades e corrigir os possíveis desajustamentos. Vale ressaltar que todos os docentes em suas respectivas disciplinas, assim como a equipe pedagógica que compunha o espaço escolar da Escola Estadual Senador Correia eram responsáveis por coibir comportamentos daqueles que tentavam burlar o ordenamento interno.

Vejamos o teor das palavras enunciadas no projeto da Olimpíada Infante Juvenil de Ponta Grossa (1974, p. 5) no que tange à olimpíada: “a iniciativa demonstra que a escola não está preocupada apenas com o desenvolvimento intelectual da criança, antes — e sobretudo — com o integral, fazendo da aprendizagem um “processo sintético, global, dinâmico, auto-ativo e transferível””. São palavras que expressam a intenção de delinear um discente consciente, dinâmico e apto a “passar” seu conhecimento a outros. Contudo, no contexto de um regime autoritário, essas palavras são contraditórias; a título de exemplo está a perda dos direitos

políticos. Percebeu-se, por meio do Projeto da OLIJUP, das atas da ABCD “RH” e imagens fotográficas, que os deveres da escola, dos docentes, discentes e da comunidade eram apresentados para o pleno cumprimento. Sua efetivação proporcionaria à escola um *status* mediante a 6ª Inspeção Regional de Ensino, da Fundação Educacional do Paraná, do corpo de Administradores dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º Graus, do corpo discente das escolas, dos pais de alunos, do pessoal técnico (SENADOR CORREIA, 1974, p. 7). Diversos estabelecimentos e pessoas da comunidade ponta-grossense foram apoiadores da OLIJUP, segundo seu projeto de 1973.

- Universidade Estadual de Ponta Grossa, com a participação de acadêmicos de Educação Física, como estagiários.
- Batalhão da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, designando soldados para o policiamento nos locais de competição e salva-vidas onde se realizem provas de natação.
- Escola Tibúrcio Cavalcanti — Escola de Ensino Profissionalizante para 2º Grau — Artes Industriais.
- Câmara Municipal de Vereadores, com o apoio legislativo espontâneo, apresentando, votando e aprovando o projeto que declarou de utilidade pública a ABCD “RH”.
- Autoridades civis, militares e eclesiásticas, oferecendo dentro de sua área específica, franco apoio à OLIJUP, prestigiando-a, inclusive, com suas presenças (SENADOR CORREIA, 1974, p. 7).

Notou-se que o Projeto da OLIJUP contou com o apoio de um percentual considerado de cidadãos ponta-grossenses, e que foram cogitadas várias opções de lugares para acontecer as olimpíadas. Entre os lugares cogitados pelos apoiadores estão: Instalação do Ginásio Marista Pio XII, Instalação do Colégio Diocesano São Luiz, Instalação da Escola Estadual Senador Correia e piscina do Guarany Esporte Clube, Instalação esportivas do 13 B.I.B., tendo como patrocinadores o Expresso Princesa dos Campos, Indústrias, Casa Ipê Esportes, Ex. Degraf e Cia. (SENADOR CORREIA, p. 7). Além desses patrocinadores, a OLIJUP contava com o recurso de venda de votos para rei e rainha das caboclinhas e doações feitas pela comunidade (Idem).

A OLIJUP, enquanto atividade escolar, colaborou para a formação da nova geração de ponta-grossenses, pois a escola se preocupou não somente com o intelecto, mas também com a formação do corpo por meio do esporte. A olimpíada trouxe notoriedade para a escola, sendo noticiada no jornal *O Estado do Paraná*, de 18 de março de 1975, sendo utilizados os esportes de atletismo e de ginástica rítmica como abertura da Copa Arizona²³ de futebol. Tal evento foi também manchete do jornal *O Estado do Paraná*: “os alunos e professores do Grupo Escolar

²³ Trata-se de uma copa de futebol amador organizada pela Cia. Souza Cruz, que aconteceu de 1974 a 1980. Sua primeira edição foi em São Paulo; posteriormente se estendeu a outros estados do Brasil (FREITAS JUNIOR, 2008, p. 80).

Senador Correia de Ponta Grossa darão um colorido todo especial no desfile do próximo dia 15 no Estádio ‘Paula Xavier’ apresentando a Ginástica Olímpica” (ESTADO DO PARANÁ, 1975).

Figura 10 – Recorte do Jornal *O Estado do Paraná*/Apresentação de atletismo na Copa Arizona – 1975.



Acervo: Escola Senador Correia.

Fonte: Jornal *O Estado do Paraná*, 18/03/1975.

Percebe-se que o corpo docente e a diretoria da Escola Estadual Senador Correia faziam um grande esforço para que seus discentes internalizassem, em seu hábito escolar, a prática de exercícios físicos por meio da Educação Física. Notou-se que o sucesso da OLIJUP dependeria não somente do empenho de todos os envolvidos, mas de muita disciplina e comprometimento com o esporte. Para Cagigal (1966), o esporte é um jogo lúdico competitivo, apresentado como um espetáculo profissional e como forma de entretenimento. O esporte praticado no meio educacional auxiliaria diretamente o governo no controle social, e ainda, segundo Cagigal (1966), estaria vinculado ao lazer e à prática recreativa para as grandes massas. Embora essas

atividades esportivas estejam vinculadas à obrigatoriedade da Educação Física, é visível que isso funcionou como uma prática recreativa para a massa ponta-grossense, posto que não somente cumpriu sua finalidade educativa, mas também recreativa, tanto para a escola como para a população da cidade.

Pensado dessa forma, e com o aporte desse autor, o esporte, com o passar do tempo, se relacionaria com o exercícios físicos e qualidades físicas. Esteticamente, aqueles que treinam algum tipo de esporte, ginástica ou exercício tendem a ter corpos mais dispostos e disciplinados para a realização de algum tipo de atividade.

Na Escola Estadual Senador Correia foi criada, por iniciativa de um professor de Educação Física (LUPORINI, 1987, p. 87), a equipe de ginástica olímpica em 1974. A ginástica sistemática, com movimentos controlados do corpo, acaba por oferecer um espetáculo protegido e trazido para o interior da escola (SOARES, 2005, p. 25). Por meio do esporte, pretendeu-se potencializar o desenvolvimento do país, reestruturando e reinventando a nação brasileira, fundamentada na educação, incluindo a Educação Física. A esta disciplina coube o desafio de constituição do Brasil Grande (OLIVEIRA, 2003 p. 110).

A imagem fotográfica da figura 11 trata da ginástica olímpica, que demonstrou um sincronismo e confiança entre equipe. Entende-se que, para conseguir movimentos harmônicos, foi necessária muita disciplina nos treinos realizados pelos discentes na disciplina de Educação Física.

Figura 11- Treino para OLIJUP, 1974.



Acervo: Escola Estadual Senador Correia.

Fonte: Álbum fotográfico da Escola Estadual Senador Correia, 1974.

A prática de exercícios físicos nas aulas de Educação Física, paulatinamente, poderia despertar o apreço pelo esporte por parte do discente. Para Oliveira (2004, p. 13), “[...] o esporte foi a coroação de um mundo de competição, concorrência, liberdade, vitória e consagração”. Nas palavras de Oliveira (2004), a Educação Física escolar carregou toda a simbologia de um mundo de “lutadores e vencedores”.

Entre lutadores e vencedores, o esporte fez e faz parte da cultura escolar da Escola Estadual Senador Correia. As olimpíadas, divididas em quatro edições, formaram o eixo motivador para a realização dos treinos. Mesmo com adaptação de recursos, ficou evidente a preocupação com sincretismo e sistematização, característica bastante comum no contexto ditatorial, levando-se em conta o apelo ao esporte competitivo e o controle social.

A valorização do esporte por parte da equipe docente paulatinamente tornou-se caminho para garantir que os conteúdos da Educação Física fossem apropriados pelos discentes não como uma obrigação, mas como parte de uma diversão. Os discentes vestiam a camisa da escola e a representavam com muita dedicação e orgulho. O que fica visível, mediante consulta à ata de reuniões pedagógicas da ABCD “RH”, é que esse apreço pela olimpíada era compromisso de todos, inclusive da comunidade local.

O representante da 2ª Divisão de levantamento, que disse do valor do esporte para o desenvolvimento pessoal e do país. Que a educação da criança e do jovem para com o esporte não é tão nova como pensamos, mas que ela vem desde tempos muito antigos. Congratulou-se com a presidência da OLIJUP pela promoção, dizendo da necessidade do esporte para as nações (SENADOR CORREIA, 1973, p. 3).

De qualquer forma, sendo nova ou não, “a escola é a base da pirâmide esportiva, é o local onde o talento esportivo é descoberto” (BRACHT, 1997 p. 22). Sendo assim, o esporte é cultura e educação. O apoio oficial à OLIJUP advinha de vários estabelecimentos, como já mencionado. Olhando para as atividades que aconteceram na escola, sejam exercícios físicos, esportes ou maratona intelectual, isso também poderia ser uma forma de ocupar horas de lazer, ou ainda de cooperação e socialização, de adaptação, de criar novas formas de movimentos (BRACHT, 1997).

As olimpíadas contavam com o apoio de departamentos — Departamento de Propaganda; Departamento de Prêmios; Departamento Social; Departamento Esportivo e Departamento Jurídico. As decisões eram elencadas dentro dos departamentos e posteriormente votadas nas reuniões pedagógicas. Na reunião da Diretoria da ABCD “RH”, eram feitas a distribuição de tarefas e trabalhos, convocando o pessoal técnico e solicitando a colaboração da comunidade (SENADOR CORREIA, 1975, p. 9). Quanto ao fluxo de informações sobre a OLIJUP, segundo ata da ABCD “RH” de 1975, ocorreu da seguinte forma:

Durante a execução do projeto, a ABCD “RH” recebe informações da equipe técnica através das súmulas e das chaves de jogos, a ABCD “RH” transmite as informações aos demais órgãos envolvidos no projeto, através de boletins, jornais e emissoras de rádio e televisão. Essas informações serão englobadas no modelo V, o qual será enviado à FUNDEPAR (SENADOR CORREIA, 1975, p. 9).

A ginástica olímpica apresentada na OLIJUP foi noticiada no jornal *Diário dos Campos* de 1975 “Pontas Grossa (Sucursal) – Ponta Grossa abriu neste sábado último a Copa Arizona de Futebol Amador, com um desfile dos mais elogiados por todos os órgãos de imprensa local e pelo público bom que compareceu ao estádio Paula Xavier. Vinte e oito apresentaram-se perante torcedores, destacando-se ainda o “Show” da Fanfarras do Ginásio Marista Pio XII e a apresentação dos alunos do Grupo Escolar Senador Correia, com a ginástica olímpica” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1975, p. 4).

Embora tenha durado apenas quatro anos, pode-se inferir que a realização das olimpíadas paulatinamente foi condicionando os corpos e mentes de discentes, docentes e diretores ao aprendizado de hábitos (corporal, intelectual e social) que colaboraram para uma formação ordeira (NAPOLITANO, 2014), que era vislumbrada pelo governo militar, por meio

dos exercícios físicos em massa, para desenvolvimento da população brasileira (OLIVEIRA, 2001). Que, por sua vez, influenciou diretamente na cultura escolar que já era formada, mas que foi ganhando outros elementos, enriquecendo e se diferenciando de outras escolas.

É fundamental mencionar que as atividades práticas (exercícios físicos) eram vivenciadas pelos discentes da Escola Estadual Senador Correia anteriormente à obrigatoriedade da disciplina de Educação Física. Questões como envolvimento, comprometimento, determinação, responsabilidade, trabalho coletivo e disciplina apareceram com frequência nas atas pedagógicas, demonstrando uma preocupação em conduzir os discentes a cumprirem as finalidades da disciplina de Educação Física; incentivando aqueles que participaram como atletas das olimpíadas a serem vencedores; também despertando, naqueles que foram plateia, o interesse em participar de algum tipo de exercício (esportes) na vida cotidiana.

Por sua vez, e com o fim de compreender a importância dessas olimpíadas e da disciplina de Educação Física para a Escola Estadual Senador Correia, no subitem abaixo, empreendemos um estudo sobre as atividades esportivas, de ginástica e do esporte, que estiveram presentes no cotidiano escolar, e que cumpriram uma exigência legal de atender outras necessidades educativas (corpos e mentes).

Segundo Silva e Capraro (2011), a escolarização das massas no período republicano estaria atrelada à instauração de uma nova ordem, uma arma para alcançar o progresso, intento de formar um novo tipo de indivíduo — forte, adestrado e intrépido. Ao educar corpos e mentes do povo no governo ditatorial, essa ação poliu gestos, reorganizou condutas e disseminou novos modos de vida e de comportamento, especialmente com a inserção da esportivização por meio da Educação Física.

3.3 Educação Física: educação para corpos e mentes

A disciplina de Educação Física, como já mencionado, determinada pela Lei n.º 5.691/71, passou a ser ferramenta para a formação da nova geração, treinando as mais variadas modalidades esportivas, em particular a preparação física para a participação em competições (OLIJUP e demais eventos) da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976). O treinamento foi essencial para atingir os objetivos da OLIJUP e, em particular, em um regime autoritário, de inculcar valores, assegurando ordem, disciplina e obediência de discentes.

Soares (2005) demonstra, por meio de seus estudos, que, nas primeiras décadas do século XIX, na França, a ginástica estava baseada na ciência e voltada à civilidade, embora um

espírito militarizado percorresse a prática de forma marcante. Na realidade francesa, a ginástica estaria ligada à personificação do coronel espanhol Francisco Amoros y Odeano, Marquês de Soletto, deportado para o país devido ao apoio que deu ao exército de Napoleão I na invasão espanhola. A realidade francesa, especialmente em Paris, era um aglomerado de casas, pessoas, inteligências, onde transitavam desejos, segredos e mistérios, que “escondidos ou mostrados, os sentimentos de identidade ou repulsa ao Estado animavam estes seres urbanos” (SOARES, 2005, p. 23).

A autora chama a atenção para o fato de que a ginástica tinha o propósito de eliminar os excessos do corpo, delineando gestos harmônicos, que paulatinamente iriam permear os hábitos franceses. As ideias sobre a ginástica eram expostas com requintes de detalhes, ampliando-se ao meio civil e escolar. Para isso, foram construídos ginásios amorisianos²⁴ — verdadeiros santuários, onde se treinava de forma sistemática exercícios de ginástica, treinando um novo modo de ser (SOARES, 2005). Em outras palavras, os ginásios serviram para sediar os treinos, que são ações corporais, e deles saíram homens vigorosos, fortes e bons (idem). Embora Soares (2005) esteja se referindo ao estudo de um contexto francês, a realidade brasileira, mais especificamente a realidade da Escola Estadual Senador Correia, também tinha como característica formar homens vigorosos, disciplinados e comprometidos.

Contudo, e para que a escola pudesse ter êxito (ser campeã), um dos professores de Educação Física comenta na ata da reunião da Comissão da OLIJUP, realizada no dia 9 de outubro de 1973, que foi imprescindível a colaboração de todos para que a escola se destacasse. Tal professor destaca que a OLIJUP perderia seu brilhantismo se fosse liberada para o ensino tradicional, pois os alunos do curso tradicional estão melhor treinados que os que apenas estavam iniciando a 5ª ou 6ª série da reforma (SENADOR CORREIA, 1973, p. 2). Esse comentário demonstra que treinar era importante não somente para ser vencedor, mas, em suas entrelinhas, o resultado final daria à escola um *status* de destaque perante as outras escolas. Pode-se dizer que estas quatro edições da OLIJUP proporcionaram permear detalhes em uma cultura escolar já delineada. Detalhes como acostumar-se a procurar um sincronismo nos movimentos esportivos, a construir confiança em seus pares, a ponto de fazer uma movimentação nas outras atividades para que estas ocorressem. A figura 12 demonstra a confiança, o sincronismo e o alinhamento com uma adaptação de materiais para os treinos.

²⁴ Foram ginásios que ganharam este nome em homenagem ao coronel Amoros. Nestes ginásios aconteceram eventos considerados espetáculos sensacionais e eram convidados parisienses e a imprensa para assistirem suas aulas. Geralmente eram espetáculos que arrancaram aplausos de uma plateia desprovida de conhecimento para julgar tais conteúdos (SOARES, 2005).

Figura 12 – Treino para salto acrobático para OLIJUP, década de 1970.



Acervo: Escola Estadual Senador Correia.

Fonte: Álbum fotográfico da Escola Estadual Senador Correia, década de 1970.

Percebeu-se, por meio da imagem fotográfica e pelas atas e projeto da OLIJUP, que a escola, dentro de suas possibilidades, cumpriu as normativas implementadas pelo governo (a Lei n.º 5.691/71 e o Decreto n. 69.450/71), pois a Educação Física foi conquistando espaço dentro do âmbito escolar. Segundo Oliveira (2001, p. 19), o Art. 7º, do decreto 69.450/7, incrementava uma política de publicação e circulação de ideias.

[...] emergiam os programas municipais e estaduais para a área; consolidava-se a influência do esporte sobre as práticas escolares; a Educação Física ganhava uma certa autonomia no interior da instituição escolar; debatia-se sobre o seu estatuto científico e sobre as suas implicações pedagógicas; expandiam-se as competições com um caráter pretensamente “formativo” – competições intraescolares, Jogos Escolares, Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) e Jogos Universitários Brasileiros (JUBs).

Um exemplo disso foi a OLIJUP. Essa olimpíada tinha implicação pedagógica e um caráter formativo. Mas nem tudo aconteceu de forma totalmente planejada, segundo a ata de reunião da Comissão da OLIJUP de 1974; a título de exemplo, está o comentário de uma das docentes da escola.

A professora “(E)²⁵” falou sobre as notas no livro de Educação Física, na qual não existe espaço para isso. A diretora sugere uma ficha para isso, que fosse colada no

²⁵ Salienta-se que, nas citações, optou-se, por questões éticas, preservar a identidade dos citados, substituindo seus nomes por letras do alfabeto.

livro. A professora “(F)” pergunta sobre a obrigatoriedade da nota mensal, o que a diretora respondeu que há necessidade da mesma devido às transferências de escola do aluno, que na ficha mensal pede a nota mensal e, para não prejudicá-lo há necessidade da mesma (SENADOR CORREIA, 1974, p. 3).

A reforma de ensino requereu não somente uma organização estrutural das escolas, mas de materiais para uso das disciplinas obrigatórias, cartilhas ou manuais, livro de chamada apropriados às necessidades de cada disciplina. Em ata da reunião do departamento esportivo da Escola Estadual Senador Correia, de 22 de maio de 1974, a diretora novamente frisa a avaliação do discente. “Disse ainda da avaliação do aluno feitos pelos professores que estes devem ter conhecimento do aluno para poder avaliá-los, que cada professor deve conscientizar-se de suas condições de avaliar o aluno, porém, se não tiver condições não deverá avaliá-los” (SENADOR CORREIA, 1974, p. 1). Outros percalços foram encontrados pelos docentes de Educação Física, tais como a falta de consciência ou de consideração pela sua disciplina e a organização do tempo. Contudo, segundo ata de reunião da OLIJUP de 1974, os docentes deveriam trabalhar em conjunto com objetivo de superar tais entraves.

A proposta inicial da ABCD “RH” e do corpo docente da Escola Estadual Senador Correia foi fazer a integração dos discentes, docentes e comunidade. Tudo isso foi possível por meio do direcionamento das atividades esportivas dos docentes de Educação Física. A ata da comissão pedagógica da 2ª OLIJUP, de 1974, cita a realização de um congresso solene em que foi debatida a necessidade do “[...] desenvolvimento do ser humano, dando ênfase à criança e ao adolescente, mostrando a importância da tarefa da formação da personalidade infantil, pelos pais e professores”. Nesse sentido, tanto a disciplina de Educação Física quanto as olimpíadas vieram a colaborar ativamente no processo de desenvolvimento desses jovens, seja com o aprendizado do uso das técnicas e regras do esporte, seja em seu sentido prático.

A prática do esporte trouxe para a escola possibilidades de apresentações em outros eventos de destaque na cidade de Ponta Grossa. As atividades esportivas expostas por meio das imagens fotográficas demonstram o domínio do corpo como forma de expressão sincronizada de aperfeiçoamento de habilidades que alguns discentes tinham sobre determinado esporte.

Figura 13: Atletismo, década de 1970.



Acervo: Escola Estadual Senador Correia.

Fonte: Álbum fotográfico da Escola Estadual Senador Correia, década de 1970.

A Escola Estadual Senador Correia sintetizava a Educação Física por meio de dois aspectos: o formativo e o recreativo (SENADOR CORREIA, [197-]). Para ser formativo, segundo o plano de aula de Educação Física, o ensino deveria envolver uma atividade mental e intelectual, e vice-versa, educando o homem em seu tríplice aspecto: moral, intelectual e físico; sendo isso visto como ciência e conceituado como arte, diminuindo a tensão nervosa em que se vive, fortificando o corpo, o espírito e formando o caráter (SENADOR CORREIA, [197-], p. 1).

No que tange ao recreativo, enquanto produto que traz diversão e que se inseriu no âmbito escolar pressupõe-se que se tornou útil para aliviar a cobrança pela perfeição dos movimentos e pelo lazer e prazer.

A recreação é atividade física ou mental na qual o indivíduo é naturalmente impelido a fim de satisfazer necessidades de ordem física, psíquica ou social, de cuja realização lhe advém prazer. A Recreação pode ser ativa e passiva. Ao assistirmos um jogo de futebol, estamos praticando recreação passiva; se, entretanto, sem sermos jogadores

de futebol, praticarmos o jogo, só para nos distrair, estaremos, então, submetidos a uma forma de recreação ativa. Se uma pessoa vai para nadar, a atividade recreativa típica sem dúvida, é física; entretanto, não deixa essa forma de apresentar características de ordem psíquica e social (SENADOR CORREIA, [197-], p. 1).

A Educação Física, com seu aspecto formativo ou recreativo, não deixou de cumprir sua função pedagógica, consolidando um modelo educativo oficial com base na reforma de ensino do plano de governo militar. Sendo ativa ou passiva, direta ou indireta, a mudança na Educação Física escolar na década de 1970, segundo a compreensão de Oliveira (2001, p. 28), ocorreu “[...] para relativizar a importância dessa disciplina no interior da escola. Esse movimento destituiu a Educação Física de um sentido mais amplo no currículo escolar, reduzindo a mera prática esportiva”. O autor considera a disciplina um tanto mítica, mas reconhece que ela sofreu renovações nos seus padrões. Ainda menciona que, no desenvolvimento da Educação Física:

[...] o esporte tornava-se referência praticamente exclusiva para a prática de atividades corporais no plano mundial, seja dentro ou fora da escola. Isso teria ocorrido em parte, porque numa certa perspectiva o esporte codificado, normatizado e institucionalizado pode responder de forma bastante significativa aos anseios de controle por parte do poder, uma vez que tende a padronizar a ação dos agentes educacionais, tanto do professor quanto do aluno; noutra, porque o esporte se afirmava como fenômeno cultural de massa contemporâneo e universal, afirmando-se, portanto, como possibilidade educacional privilegiada. (OLIVEIRA, 2001, p. 33).

O esporte na escola se tornou um espetáculo de plasticidade quase coreográfica, que expressava diferentes manifestações e formas específicas de saberes, marcando a passagem de homens e mulheres pelo mundo, situando-se no mundo da cultura (SOARES, 2005, p. 21). E como “[...] no ‘espetáculo institucionalizado’ deve se apresentar e afirmar ações previsíveis, controladas, e que demonstrem o seu útil aproveitamento na vida cotidiana” (SOARES, 2005, p. 26). A figura 14 expressa esteticamente o sincronismo, a destreza, a força muscular, a agilidade do corpo, a resistência à fadiga, a ordem, o “espetáculo”, que incitava em quem praticava o desejo de quebrar seus limites corporais, e, ao vencer, triunfar sobre seus adversários.

Figura 14: Apresentação na OLIJUP, década de 1970.



Acervo: Escola Estadual Senador Correia.

Fonte: Álbum fotográfico da Escola Estadual Senador Correia, década de 1970.

Essa imagem fotográfica enuncia que houve uma técnica sistematicamente organizada por meio dos docentes de Educação Física, treinada, aprimorada e rigorosamente explicada em seus detalhes, pois os discentes demonstram sintonia, harmonia, beleza e disposição aplicadas no coletivo, que, ao mesmo tempo, exigiam muito esforço individual. Esses elementos contribuiriam para formar o gosto pelo exercício, pelo esporte, pela ginástica, educando com disciplina, aperfeiçoando a personalidade e aprimorando para a vida social. Além disso, as variadas modalidades de esporte também poderiam ser associadas à formação moral e uma formação correta do uso do corpo (SOARES, 2005). No que concerne à formação moral, ao superar as metas das modalidades e se tornarem vencedores, seriam aplaudidos, e, ao aplaudir os vencedores de cada modalidade, os vencidos habituavam-se a ser justos, a reconhecer e louvar os méritos de seus rivais, sem o sentimento da inveja, mas de reconhecimento que se saíram melhor na execução de tal atividade (OLIVEIRA, 2003). Todos esses aspectos

enunciaram a importância das disciplinas escolares, na conformação da cultura escolar, que, segundo Chervel (1990, p. 184):

[...] desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massas que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas na história cultural.

Para o autor, o estudo das disciplinas escolares demonstra o caráter criativo do sistema escolar. Certamente, a cultura escolar da Escola Estadual Senador Correia já estava constituída quando foi implementada a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física. Mas, como não era imutável, a disciplina se reorganizou conforme as exigências do contexto histórico, tomando para si as diferentes manifestações instauradas na escola e sociedade, seja pelas inculcações das normativas escolares, pelos modos de fazer, de agir, de pensar, pelos costumes e tradições, dentre outros.

A seleção e ministração adequada de exercícios eram de responsabilidade dos docentes. Isso conferia ao profissional certa autonomia, embora se tenha conhecimento de que as atividades trabalhadas na Educação Física estavam vinculadas aos vislumbres de um governo autoritário, em obter um controle social, que ao mesmo tempo ocuparia os indivíduos, trazendo diversão e lazer. Isso poderia ser uma forma de distrair a atenção das massas, tirando o foco do que realmente estava acontecendo por trás desse ato. Pensando dessa forma, “a ginástica, os jogos, as danças, as marchas, excursões e acampamentos são meios, dos quais a Educação Física se utiliza, para suas metas. Entretanto, a ginástica, como os desportos, danças e outras (atividades de circo, maratonas intelectuais) podem ser aproveitados aos alunos em forma de jogo, e, portanto, sob forma de ‘recreação’” (SENADOR CORREIA, [197-], p. 1).

Didaticamente, as aulas de Educação Física eram organizadas respeitando-se a idade, o sexo, as condições materiais e de estrutura do ambiente escolar e o tempo.

Para alunos de 9 a 11 anos. Duração da aula de 20 a 25 minutos. Material, medicine-ball.

1-SESSÃO PREPARATÓRIA:

Evolução: marcha em caracol.

Flexionamento das pernas-mãos nos quadris- Elevação da perna estendida-diferentes planos.

Flexionamento do tronco: Afastamento lateral, mãos nos quadris-inclinação lateral do tronco.

Caixa torácica – Levar alternadamente as espáduas para frente e para trás.

2- SESSÃO PROPRIAMENTE DITA:

Marchas – marchar na ponta dos pés. Educativo.

Trepar – Subindo a escada. Mímico.

Saltar – Saltitar com elevação da perna. Educativo.

Levantar e transportar – Passar por entre as pernas uma bola. Educativo.

Correr – Estudo da passada correndo. Educativo.

Lançar – Lançar para o alto o “medicine-ball” por extensão vertical dos braços. Educativo.

Atacar e defender-se – Resistência extensão dos braços para gente. Educativo.

DOIS JOGOS

1– Categoria de saltar

2– Categoria de correr

3– VOLTA À CALMA

Marcha lenta com exercícios respiratório.

Marcha com canto alegre.

EXERCÍCIOS DE ORDEM: rompimento de marcha e alto; direita volver; meia volta (SENADOR CORREIA, [197–], p. 2, grifos do autor).

É compreensível a preocupação na distribuição do tempo escolar, pois esse tempo deveria comportar todas as atividades necessárias para atingir os objetivos da escola, da reforma de ensino e da disciplina escolar. Em suma, percebe-se que o plano de aula citado acima, assim como as outras fontes documentais consultadas (atas de reuniões pedagógicas, Projeto da OLIJUP, imagens fotográficas, Regimento do Complexo nº 2, o Estatuto da ABCD “RH”), tinha a pretensão de inculcar valores, normas de conduta, de disciplina, de ser responsável, de possuir ordem, de polir comportamentos, de cortar excessos e de incluir virtudes nos discentes.

As normativas escritas na escola foram o esboço do tipo de indivíduo que se visava formar para a sociedade. Um indivíduo resignado, compassivo, trabalhador, com pretensão ao matrimônio, defensor da pátria, obediente às normas civil-militares, possuidor de bons hábitos, ordeiro, controlador de suas expressões e emoções, dinâmico, eficiente, otimista com o progresso da nação brasileira. A Educação Física contribuiu para educar corpos e mentes dos indivíduos; no entanto, não o fez sozinha. A disciplina escolar contou com a contribuição de outras áreas. Entendeu-se que, sob a ótica de um governo autoritário, a educação foi direcionada a instaurar um conjunto de normas que visavam ao controle social do indivíduo. Assim, percebeu-se que as normativas escolares encontravam-se no seio dessa configuração e se fizeram presentes enquanto deveres a serem cumpridos pelos discentes, modificando ou anexando uma cultura escolar que já existia, mas que agora ganhava novos moldes.

Segundo a documentação consultada (atas, projetos, regimento, imagens fotográficas, entre outros), percebe-se que, didaticamente, as atividades escolares supramencionadas foram bem interativas e algumas socializadas para o meio externo (OLIJUP, gincanas, entre outros). Treinar, correr, formar e ter comprometimento foram elementos que permearam atividades da Escola Senador Correia, principalmente no desenvolvimento da OLIJUP, o que acaba por demonstrar um esforço individual e coletivo para cumprir, num primeiro momento, as metas da disciplina de Educação Física, num segundo, as metas da escola, e num terceiro, as metas de governo. Hierarquicamente, a primeira meta seria a de governo, no entanto, entendeu-se que

abrangeria apenas os traços iniciais, pois os finais cabiam aos indivíduos. E cada qual cumpriria tais metas tentando enquadrar-se às exigências sociais de seu contexto, e tudo isso refletiria no interior da escola e na cultura escolar que se reorganizaria.

A análise das fontes documentais (Atas de reuniões pedagógicas da OLIJUP, as atas da Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood, Atas das Olimpíadas Infanto Juvenis de Ponta Grossa e Projeto da Olimpíada Infanto Juvenil de Ponta Grossa) permitiu entender a estruturação de um ensino constituído por departamentos, a organização temporal e espacial, as atividades de treinos diários, a associação da Educação Física à esportivização e à diversão, dentre outros elementos. As olimpíadas começaram em 1973 e tiveram seu término em 1976; porém, a ABCD “RH”²⁶ tem atividade registrada nas fontes textuais até o início da década de 1980. Tais fontes documentais demonstram a continuidade do ensino direcionado para a esportivização, objetivando uniformização do cotidiano escolar, evidenciando permanências de treinos, de competição, de eficácia, de ordem, de organização, dentre outros elementos.

²⁶ Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood (ABCD “RH”) foi fundada em 6 de março de 1974 e funcionou como um órgão cooperador da Escola Estadual Senador Correia, em conformidade com a Lei n. 5.692/71 e com o Decreto 69.450/71 até 1980.

Considerações Finais

Ao longo da pesquisa, procurou-se analisar questões referentes à cultura escolar da Escola Estadual Senador Correia, de 1973 a 1976. Para isso, compreenderam-se alguns elementos que estavam presentes nas normativas do regimento interno do Complexo nº 2, atas de reuniões pedagógicas, projeto da OLJUP, atas da ABCD “RH”, planos de aula de Educação Física, recortes de jornais, dentre outros.

Ao contextualizar a organização do ensino no contexto da ditadura civil-militar no primeiro capítulo notou-se que a educação foi um dispositivo utilizado não somente para alcançar os ideais de direcionar a nação ao idealizado progresso, mas uma forma de controle social, de cortar expressões excessivas nos comportamentos, de inculcar valores e normas morais. Carvalho (2011) menciona em seu texto, que para constituir um bom cidadão, seria preciso civilizá-lo, sobretudo pelo viés de um governo autoritário.

Intervenções ocorreram em quase todos os setores do Brasil. Perseguição, perda de direitos políticos, censura e supressão da liberdade de expressão foram elementos que evidenciaram um forte retrocesso em diversos aspectos, sobretudo no que tange à violação de direitos humanos.

Com relação à reforma de ensino, que alterou significativamente o currículo das escolas brasileiras, a Lei n.º 5.691/71 veio a regulamentar o ensino das escolas, firmando a obrigatoriedade, finalidades e objetivos. Vários elementos que compunham seu texto já estavam presentes em decretos anteriores e foram colocados em prática no cotidiano das escolas brasileiras. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, conforme Art. 25, menciona que “o ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social”. (BRASIL, 1961). Princípio incorporado à Lei n.º 5.691/71, ampliando-se para as séries finais a iniciação para o trabalho e sondagem de aptidões. A prática da Educação Física já fazia parte do currículo na LDB de 1961 nos cursos primários e médio, e permaneceu na Reforma do Ensino a partir da Lei n. 5692/71.

No período da ditadura civil-militar, ao todo, 17 Atos Institucionais deram aporte à política linha dura da ditadura civil-militar. Um ponto em comum entre os militares é que a maioria era conservadora; entretanto, para Napolitano (2014), isso seria considerado contraditório, pois estes defendiam um sistema ordeiro, mas tinham tomado o poder como revolucionários e defensores de valores morais, religiosos, políticos, implementando reformas.

Ao investigar os documentos do acervo da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976), percebeu-se traços iniciais de adequação às normatizações governamentais, que

reorganizaram a cultura escolar a fim de tomar outro formato mediante as exigências de um contexto histórico ditatorial. A bem da verdade, no entanto, as mudanças são poucas, pois a escola continuou a fazer praticamente as mesmas atividades (reuniões pedagógicas, processo de punições, organização para não ficar com tempo ocioso, entre outras).

Embora a Escola Estadual Senador Correia, que foi unidade central do Complexo nº 2, tenha implantado a Reforma do Ensino somente em 1972, ficou perceptível que ela produziu uma prática ordenada para cumprir a norma legal. É válido mencionar que mesmo antes da Lei n.º 5.691/71 existem documentos (atas de reunião pedagógicas, atas de avisos, atas de penalidades aplicadas, regimento interno, atas da Associação de Pais e Mestres) que descrevem várias características ou elementos que já faziam parte das atividades práticas da escola. Entre esses elementos, pode-se mencionar a disciplinarização, o silêncio e o tempo.

Notou-se que o processo de disciplinarização utilizou a lei para reafirmar e legitimar suas ações. Ao se construir o Regimento Interno do Complexo nº 2, a Escola Estadual Senador Correia se pautou na legislação, enfatizando sua responsabilidade sobre as outras unidades do complexo, transmitindo a impressão de um exemplo a ser seguido.

No que concerne às escolas que faziam parte do Complexo nº 2, seu ensino e organização deveriam ser pautados no regimento interno (um pressuposto que não foi confirmado, pois cada instituição tem uma forma peculiar de apropriar-se do texto da lei e do regimento). As informações registradas nas fontes documentais permitiram afirmar que a Escola Estadual Senador Correia enfrentou algumas dificuldades para atender às especificações oriundas da implementação da reforma de ensino. Um exemplo é a obrigatoriedade da disciplina de Educação Física, sem que tenham sido dadas condições adequadas para sua inserção. Pode-se inferir que houve receptividade e concordância, salvo algumas eventuais resistências, como é o caso da docente da escola que não colaborou para o bom andamento dos treinos das variadas modalidades de esporte da OLIJUP.

A disciplina de Educação Física foi uma das responsáveis por colocar em prática o projeto traçado para as quatro edições das olimpíadas, que mais tarde deram origem ao JEM, evento que acontece até os dias de hoje na cidade. A OLIJUP envolveu escolas e a comunidade escolar, propiciando o acesso ao esporte e ao lazer. A percepção baseada nas fontes documentais é a associação da Educação Física à esportivização e à recreação. Germano (1994) afirma que a Educação Física da época buscou o desempenho esportivo para a vitória. Pode-se inferir que, na Escola Estadual Senador Correia, o elemento citado por Germano (1994) fez parte das atividades cotidianas da disciplina de Educação Física, mas acredita-se que isso também tenha sido uma forma diversificada de recreação e lazer, tanto para os discentes, como para a

comunidade escolar. Embora tudo isso tenha acontecido em um período de autoritarismo, talvez as atividades de Educação Física tenham dado a oportunidade de se apresentar, aos discentes, saberes específicos, como o esporte em seu aspecto recreativo.

A recreação mencionada no Decreto n. 69.450/71 para as aulas de Educação Física apresentava um direcionamento, que não era descomprometido, pois pretendia educar e talvez encantar pelo uso da terminologia. O espaço delimitado para sediar a OLIJUP geralmente tinha plateia, que, a cada apresentação de uma modalidade de esporte, era estimulada a aplaudir, expondo sensações de alegria ou desapontamento, a depender do resultado final.

A recreação aconteceu nas apresentações do esporte como espetáculos que estavam se institucionalizando. Acredita-se que o momento da Educação Física seria aquele mais “leve”, em que o discente trocava o espaço de sala de aula por outro espaço, não precisando decorar conteúdos, preocupando-se em aprender um esporte ou exercício, com disciplina, sendo agora algo diferente. Nesse espaço, o discente seria direcionado aos treinos para realizar técnicas, o aperfeiçoar de uma determinada modalidade de esporte, preparando-se para uma competição ou para recreação. Obtendo vitória, ganharia *status* tanto para ele como para a equipe e escola.

Ao implementar o projeto da OLIJUP, essa ação ocasionou uma mudança no cotidiano não somente da Escola Estadual Senador Correia, mas das outras escolas participantes. Assim, a OLIJUP estabeleceu uma posição de destaque para a Escola Estadual Senador Correia. Por meio da olimpíada, foi montada a equipe de ginástica olímpica, e esta foi convidada a se apresentar em alguns lugares, chamando atenção para a escola.

O Projeto da OLIJUP, escrito para a disciplina de Educação Física, em consonância com o regimento da ABCD “RH”, demonstrou ligação com as determinações legais e teve a pretensão de formar um indivíduo vigoroso, ágil e apto para o trabalho, de acordo com as concepções registradas na Lei n.º 5.691/71. A ABCD “RH” trabalhou em conjunto com docentes, discentes, pais e comunidade. Esta instituição cooperou organizando as olimpíadas, angariando fundos econômicos e elaborando o regimento das olimpíadas.

Percebeu-se, por meio da análise dos documentos, a tentativa de valorização da esportivização como espetáculo institucional, que carregava insígnias do governo militar. Para ser um espetáculo institucionalizado, segundo Soares (2005), as ações tinham que ser previsíveis, controladas e aproveitáveis na vida cotidiana. Nas imagens fotográficas das olimpíadas, notou-se a mutação, a superação dos movimentos corporais, paulatinamente tornando-os plenos, demonstrando a pretensão de portar uma absoluta harmonia, pela postura, sincronismo, confiança e disciplina. Pode-se considerar que as imagens fotográficas não foram ensaiadas, captaram os movimentos de corpos socialmente aceitos e regulados, já solenizados,

e o que ficou registrado não foram propriamente os indivíduos e suas singularidades, mas seus papéis sociais (BOURDIEU; BOURDIEU, 2006).

Classificar-se para a final ou ganhar o troféu demonstrou não ser somente consequência da disciplina dos treinos físicos, mas do comprometimento de todos. Para que ocorresse a vitória, não bastava ter sincronismo, harmonia, destreza e força, era necessário ter beleza. Para Soares (2005, p. 111) “a harmonia traz beleza”, e ainda, “um movimento não é belo se não é correto, preciso e bem definido”. Pensando dessa forma e com aporte da autora, as atividades de esportivização da Escola Estadual Senador Correia resultam do esforço individual e coletivo para extrair do esporte energias físicas necessárias, aderindo força, destreza que diretamente favoreceriam o mundo do trabalho e o mundo moral. Era, assim, um duelo entre lutadores e vencedores, um sincretismo entre controle e liberdade (OLIVEIRA, 2004, p.13), um processo de interiorização de normas constantes com clara intenção de evitar excessos nas expressões e de ensinar a superar obstáculos, aproveitando o tempo dos indivíduos, superando os próprios limites.

Os jogos estudantis foram realizados em diferentes espaços, e isso só foi possível graças à aceitação e acolhimento da ideia de uma olimpíada aberta à comunidade ponta-grossense. Ainda, ao expor para o meio exterior da escola as atividades esportivas, culturais e intelectuais, evidenciou-se o interesse de integrar a escola à comunidade, que paulatinamente conquistaria *status*. Os eventos esportivos em si representavam um projeto político, de escola ordeira, participativa, comprometida em reorganizar valores e normas de conduta, com corpos saudáveis, vigorosos, ágeis e fortes, aptos a enfrentar os obstáculos, que tinham a pretensão de acompanhar o discente para toda a vida.

A internalização de hábitos e costumes de esportivização, treinando corpos e mentes, contribui em parte para o Estado manter o controle social. Pela análise das fontes documentais, percebeu-se uma aceitabilidade no cumprimento das normativas, o que é compreensível, pois eram determinações legais advindas do Estado, o que não quer dizer que não houve resistências internas nas escolas. A título de exemplo estão os registros de “Penalidades Aplicadas”, que menciona os discentes que infringiram as normas regimentais, de ordem e de disciplina da escola.

Esses registros de penalidades aplicadas evidenciaram indisciplina e o não reconhecimento de uma ordem hierárquica por parte dos infratores. O que não é característica apenas deste contexto pesquisado, mas de outros tempos históricos. De forma geral, notou-se rigidez na condução das atividades rotineiras na Escola Estadual Senador Correia, tais como: a organização do tempo e espaço escolar, a fiscalização dos recreios, os três sinais para ir para a

fila, formar e entrar, o uso da escada amarela, a vedação da escada vermelha, proibida para discentes — embora fizesse parte do espaço escolar, seu acesso era restrito. Observou-se que, ao coibir o acesso a certos espaços na escola, isso se tornou rotineiro e simbolicamente representou a força de um autoritarismo que foi inculcado e diretamente refletiu em como reorganizar a cultura escolar.

É evidente que, dada a essência de um regime de governo autoritário, as leis e decretos, as normativas internas da escola, a ordenação, a organização estrutural e temporal e a implementação de algumas disciplinas, em especial a Educação Física, foram ações pensadas numa perspectiva de controle social, confundindo-se com uma formação moralizante. Para Oliveira (2012), o esporte foi a coroação do mundo da competição e a Educação Física carregava uma simbologia de um mundo de lutadores e vencedores, um sincretismo entre controle e liberdade, humanismo e tecnicismo.

As atividades elaboradas para a Educação Física, para sua execução, contavam com a colaboração de outros professores que não pertenciam à mesma área de formação. Em alguns registros, consta que cediam o tempo de aula, o que, em alguns casos, renderia chamadas de atenção nas atas pedagógicas, proibindo esse tipo de situação. As aulas de Educação Física primavam exercícios variados, como forma de formar, marchar, respirar e se organizar em um tempo de 20 minutos de hora-aula. Compreendeu-se que a Educação Física trouxe *status* para a escola, aprendizado para os discentes e diversão para a comunidade externa.

Essas menções evidenciam que, por mais que o esporte trouxesse inúmeros benefícios aos discentes e à comunidade ponta-grossense, isso foi uma forma de recreação, pois as apresentações pareciam espetáculos ensaiados. Ideais ordeiros estiveram vinculados às atividades cotidianas da Escola Estadual Senador Correia e são considerados pertinentes até os dias de hoje, sendo visíveis nos diálogos de uma parcela conservadora da sociedade brasileira.

As imagens fotográficas demonstraram movimentos sincrônicos, que só são alcançados com muito treino e também com confiança, pois não eram somente um ato individual, mas coletivo. Para Soares (2005, p. 17), “os silêncios contidos nos gestos esboçam imagens que devem ser internalizadas em posições e comportamentos”. Estes elementos são portadores de preceitos e normas. Para a autora, o corpo é o primeiro lugar onde a mão do adulto marca as crianças e também o primeiro espaço onde se impõem os limites sociais e psicológicos que foram dados à sua conduta e emblema em que a cultura demarca seus signos.

A harmonia expressa nas imagens fotográficas demonstra ritos de uma cultura escolar específica, com ritmo de movimentos constantes, que determina a beleza do esporte. Ainda é perceptível o anseio em dar vida aos movimentos. E a beleza do movimento, segundo Soares,

(2005) é consequência de uma disciplina. O encanto pelas imagens fotográficas despertou o interesse em prosseguir uma pesquisa nessa temática, que seria um desafio como perspectiva de continuidade, mas que daria maior visibilidade à compreensão do processo de produção da cultura escolar, agora com uma nova abertura.

Diante disso, a pesquisa buscou trazer contribuições no que tange à análise da reforma do ensino, particularmente sob a Lei n.º 5.691/71, que estipulou a obrigatoriedade de algumas disciplinas, entre elas a Educação Física. Buscou-se, ainda, compreender a constituição do Complexo n.º 2, do qual faziam parte cinco escolas, entre elas a Escola Estadual Senador Correia, unidade centro que coordenou as demais escolas. E, ainda, a implementação das olimpíadas, que colaborou para o aprendizado de jovens, que inculcou o gosto pelo esporte, que contribuiu para manter a disciplina, que propiciou a saúde para corpos e mentes, que ensinou a trabalhar na coletividade, a ter confiança em seus pares, a ter responsabilidade, entre outros elementos.

A produção de cultura escolar aconteceu em um momento historicamente determinado, nas formas de implementar as normativas, em como foram conduzidas as atividades cotidianas da escola, no processo de disciplinarização, nos modos de agir e de fazer, em especial, nos usos diferenciados como cada um fez dos direcionamentos, das prescrições, dos estudos aos sábados a partir da Lei n.º 5.691/71. O uso e a relação das metodologias, da organização do tempo, da produção do plano de aula, da aceitabilidade da esportivização como componente da Educação Física, implicou não somente o delineamento de um aprendizado, até então novo, mas da produção de detalhes de uma cultura escolar que caminhava para pequenas mudanças que a diferenciariam das outras escolas pelo uso diferenciado que cada um fez dela.

A participação dos pais e da comunidade, sua presença nas atividades cotidianas da escola, em especial na OLIJUP, seja construindo o projeto, ou com apoio financeiro e de espaço, ou compondo comissões por meio da ABCD “RH”, organizando e direcionando as atividades, elaborando propagandas, ou ainda, a venda de votos para angariar fundos para a compra de materiais esportivos contribuíram efetivamente para a produção de uma cultura escolar singular. É válido comentar que o conhecimento aqui produzido retrata parte de questões da cultura escolar na Escola Estadual Senador Correia no contexto abordado. É evidente que ficaram lacunas na pesquisa que podem ser respondidas, senão pela pesquisadora que escreveu este texto, então por outros, que, assim como esta, têm a pretensão de contribuir para o campo da História da Educação.

O cruzamento entre as relações analisadas permitiu perceber como era conduzido o cotidiano escolar para ser homogêneo. O sincronismo na ginástica rítmica, no atletismo, a forma

como se organizavam para realizar as olimpíadas, os protocolos burocráticos demonstram que foram práticas significativas para docentes e discentes, e que, ao final, fundiram-se à cultura escolar.

A prática da esportivização não podia ou devia ser desinteressada. O corpo vigoroso, ativo, segundo Soares (2005), é o primeiro sinal de um mundo em estruturação, como um corpo moldado, limpo e útil. Ao encontrar meios de interiorizar esses elementos citados, o discente utilizaria o que Forquin (1993) nomeia de a “arte de inventar”. Especialmente, os exercícios de controle e as classificações, decorrentes da transposição didática, elementos que aparecem acentuadamente no cotidiano da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976), principalmente nas aulas de Educação Física, nos treinos efetuados, conduzindo e controlando a escola, o ensino e os discentes à esportivização, reorganizando a cultura escolar — ora com viés autoritário e impositivo, ora como prática social inspirada nas necessidades temporais e espaciais, apropriadas de diferentes formas.

A educação dos corpos e mentes foi paulatinamente voltada para a reorganização de uma retidão de posturas e comportamentos. A intenção desta ação era que em algum momento o discente aprendesse a gerenciar seus corpos e mentes, reorganizando um novo modelo de corpo útil para uma sociedade civilizada. Em outros termos, era dever da educação encontrar soluções adequadas para educar os discentes, polindo e cortando comportamentos que eram considerados excessos.

Os exercícios físicos, em especial, a ginástica realizada na disciplina de Educação Física, passam a partir de sua sistematização, a revelar uma visão nova da ação corporal, e também de sua aplicação ao trabalho. Os movimentos corporais são resultados das técnicas ensinadas aos discentes para um esquadrinha do corpo ao longo do aprendizado, principalmente na realização das quatro edições da OLIJUP.

Claramente a OLIJUP transformou não somente corpos e mentes dos docentes da Escola Estadual Senador Correia, mas a realidade escolar. As linguagens corporais aprendidas por meio da esportivização foram transformadas em objetos capazes de incorporar em outras áreas, tornando-se um dos mais valiosos elementos de apoio à formação educacional. A eficiência e precisão dos gestos passaram a ser demandas do espaço social, principalmente do mundo do trabalho. Movimentos precisos economizariam forças que significaria guardar energias e poupar tempo.

Foram inumeráveis intervenções nos corpos e mentes dos discentes que fizeram parte do âmbito escolar da Escola Estadual Senador Correia (1973-1976), que foram colocadas em prática em diferentes dimensões da vida cotidiana. Com a extinção da OLIJUP em 1976, o

JEM assumiu seu lugar. O JEM seria um dos responsáveis por redesenhar as práticas esportivas em função das suas próprias referências, com suas lógicas específicas e singulares, mas ainda com algumas características de sua precursora, a OLJUP.

Fontes

Atas de reuniões pedagógicas Escola Estadual Senador Correia (1973- 1976)

Atas de Penalidades aplicadas (1946-1984)

Ata das reuniões pedagógicas da Escola Estadual Senador Correia (1967- 1976)

Atas das reuniões pedagógica do Complexo nº 2 (1971-1976)

Histórico do Grupo Escolar Senador Correia (1973)

Regimento Interno no Complexo nº 2 (1973).

Ata da 1ª Reunião Pedagógica do Complexo nº 2 (1973)

Ata da reunião pedagógica da (ABCD “RH”) (1973)

Ata da Reunião da Comissão Organizadora da OLIJUP (1973)

Ata do Projeto da OLIJUP (1973)

Ata da 1ª Reunião Pedagógica do Complexo nº 2 (1974)

Ata da Associação Robin Hood (1974).

Ata da Associação Robin Hood (1975)

Ata da 1ª Reunião Associação Beneficente, Desportiva e Cultural Robin Hood (1976)

Ata da Instalação do Congresso Técnico da 4ª OLIJUP (1976)

Estatuto da Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood [197-]

Jornal O Estado do Paraná (1975)

Jornal Diário dos Campos (1975)

Olimpíadas Infanto Juvenis de Ponta Grossa. 1972. 1 álbum (12 fotografias), p&b, várias dimensões.

Olimpíadas Infanto Juvenis de Ponta Grossa. 1973. 1 álbum (10 fotografias, p&b, várias dimensões.

Plano de aula de Educação Física [197 -]

Plano de aula dramatizada [197 -].

PARANÁ, Indicação n. 01/71 de 17/09/1971. Sobre os critérios para o estabelecimento do plano prévio para implantação da Lei n. 5.692 de 20 de agosto de 1971. Curitiba, 1971, p. 1-2.

BRASIL. Lei n. 314, de 13 de março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 2993. 13 mar. 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971a.. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BRASIL. Resolução n.º 8, de 1º de dezembro de 1971 anexa ao Parecer n.º 853 de 1971. Fixa o núcleo-comum para currículos de ensino de 1º e 2º graus, definido-lhe os objetivos e amplitudes. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, p. 176. 1º de dez. 1971. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v25n1-2/0034-7167-reben-25-02-0176.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

BRASIL. Decreto n. 69.450, de 1º de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, Brasília, DF, 1 nov. 1971b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

CANÇADO, S. **Majestades da cidade princesa**: concurso rainha da soja de Ponta Grossa, Paraná (1970-1980). 2008. Tese (Tese de Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CAMPOS, R. D. S. **Vislumbres do tempo**: Cultura escolar e memória do Ginásio Agrícola Assis Chateaubriand (1962 a 1971). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

CAGIGAL, J. M. **Desporte, pedagogia y humanismo**. Madrid: Ramos Artes Gráficas, 1966.

CAGIGAL, J. M. Sugestões para a educação física na década de 70 (I). **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, n. 21, p. 70-80, 1974.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO. J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 14ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

COIMBRA, C. M. B. **Doutrina de Segurança Nacional**: banalizando a violência. Maringá, v. 5, n. 2, p. 1-22. 2000.

COIMBRA, C. M. B. Práticas “psi” no Brasil do “Milagre”. In: JACÓ-VILELA, A. M., JABUR, F. RODRIGUES, H. B. C. (Orgs.). **Clio- Psyché**: Histórias da psicologia no Brasil. p.75-95. Rio de Janeiro: Uerj/Nape, 1999.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Porto Alegre: Teoria e Educação, 1990. p. 177-229.

CUNHA, L. A. O legado da Ditadura para educação brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr./jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a02.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

CUNHA, L. A. O projeto reacionário de educação. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016.

CUNHA, L. A. A Universidade Brasileira nos Anos Oitenta: Sintomas de Regressão Institucional, **Em Aberto**, Brasília, v. 8, n. 43, p. 3-9. jul./set. 1989. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1743/1714>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

CURY et al. **A profissionalização do Ensino na Lei n. 5692/71**. Brasília: Inep, 1982.

FARIA FILHO, L. M. de. Cultura e prática escolares: escrita, aluno e corporeidade. **Caderno de Pesquisa**, n. 103, p. 136-149, jan./mar. 1998.

FARIA FILHO, L. M.; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-34, Maio/ago. 2000.

FARIA FILHO, L. M. de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. A. B. de M.; GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L. M. de.; XAVIER, M. do. C. **História da Educação em Minas gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002. p. 527- 531.

FARIA FILHO *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIA FILHO, L. M. D. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. In: VEIGA, C. G; FONSECA, T. N. L. (Orgs.). **História e Historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 77-98.

FARIA FILHO, L. M. D. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, L. M. de. (Orgs.). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FAUSTO, B. O regime Militar. In: FAUSTO, B. **História do Brasil**. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 465-515.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

FERRAZ, M. H. C. D. T.; FUSARI, M. F. D. R. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA JR, A.; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na Ditadura Militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a04v2876>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

FICO, C. **Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005/6755>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

FORQUIN, J. C. **Escola e cultura: bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Tradução Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FONSECA, T. N. de L. **História & ensino de História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FRIGOTTO, G. **98: um (re)exame das relações entre a educação e estrutura econômica-social capitalista**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1984.

FREITAS JUNIOR, M. A. de. **Operário Ferroviário Esporte Clube: um estudo das causas do fracasso de uma equipe de futebol profissional do interior do Estado do Paraná**. 2008. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

GALLEGO, R. D. C.; CANDIDO, R. M. Uma discussão sobre os sentidos da integração de feriados, festas e comemorações cívicas no calendário das escolas primárias paulistas (1890-1930). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 17-36, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v31n2/0102-4698-edur-31-02-00017.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

GASPARI, E. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda. 2004.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇAVES, N. G. A Escola Superior de Guerra e a Lei n.º 5.691/71: Discurso Governamentais e Implementação da Lei no Paraná. In: GONÇALVES, N. G.; RANZI, S. M. F.; (Orgs.). **Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: UFPR, 2012, p. 15- 36.

GONÇALVES, N. G.; GONÇALVES, S. A. Desenvolvimentismo e Educação no Paraná (Décadas de 1960 e 1970). **Diálogos**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 143-171. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38154/19852>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

GOODSON, I. F. **Currículo: teoria e história**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HASS JUNIOR, A. **História, aprendizagem história e o Ensino Médio: Reflexões sobre (im)possibilidades da Educação Histórica no confronto com a cultura escolar**. 2017. Tese (Doutorado em História cultural) - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

HABERT, N. **A década de 70: Apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, p. 9-44. 2001.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau: trabalho com princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1992.

LUPORINI, T. J. **Escola Estadual Senador Correia: pioneira da instrução pública em Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Planeta, 1987.

MARTINS, V. Ecos de uma ditadura recente: entrevista com Carlos Fico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 335-351, set./dez.2016. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201x.67689>

MARTINS, M. C. As humanidades em debate: a reformulação curricular e a criação de novas disciplinas escolares. In: OLIVEIRA, M.; RANZI, S. M. F. (Orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 141-170.

MARTINS, M. do. C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as reformas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014. Disponível em : <https://www.scielo.br/pdf/er/n51/n51a04.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, n. 28, p. 178-201, dez. 2002.

MARTINS, A. A. **Artefato da cultura escolar ou mercadoria? A escolha do livro didático de Física em análise**. 2014. 214 f. Dissertação (Dissertação de Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, 2014.

MARTINS, V. Ecos de uma ditadura recente: entrevista com Carlos Fico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 335-352, dez. 2016. <https://doi.org/10.22456/1983-201x.67689>

MATHIAS, S. K. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MÉDICI, E. G. In: **A Educação nas mensagens presidenciais (1890- 1986)**. Brasília, Inep, 1987.

MONASTIRSKY, L. B. A mitificação da ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. (Orgs.). **Espaço e cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

MOTTA, R.P.S. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

MOTTA, M. M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MUNTEAL FILHO, O. **As reformas de bases na era Jango (relatório de pós-doutorado)**. Rio de Janeiro, 2008.

NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014. 370 p.

NASCIMENTO, S. A **“Era Pellanda” em três atos: a Diocese de Ponta Grossa-PR durante o episcopado de Dom Geraldo Micheletto Pellanda (1962-1979)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2011.

OLIVEIRA, R. C. **O Silêncio dos Vencedores**. Genealogia, Classe Dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, M. A. Políticas públicas para Educação Física escolar no Brasil durante a Ditadura Militar: uma só representação? In: OLIVEIRA, M. A. de. **Educação na Ditadura civil-militar: ideários e práticas (Paraná, 1964-1985)**. Curitiba: UFPR, 2012, p. 117- 131.

OLIVEIRA, M. A. T. de. Educação Física Escolar e Ditadura Militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 9-20, jan. 2004.

OLIVEIRA, M. A.T. de. **Educação Física Escolar e Ditadura militar no Brasil (1968-1984): entre a adesão e a resistência**. Bragança Paulista: Edusf, 2003.

PARANÁ. **História Administrativa no Paraná 1948-1998**. Curitiba: Imprensa Oficial, DEAP, 2002.

PARANÁ. **Parecer n. 01/71 de 13/12/1971**. Sobre a apreciação do Planejamento Estadual de Implantação da Reforma do Ensino elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura da Comissão Especial de Estudos e Consequências da Lei 5.692, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, Curitiba, 1971. p. 1 -10.

PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos**. 6ª ed. Edições Loyola: São Paulo. 2003.

PONTA GROSSA abre Copa Arizona. **O ESTADO DO PARANÁ**, Curitiba, p. 1, 18 mar. 1975.

PIERRON, H. **Examens et docimologie**. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1969.

PIERRON, H. **Vocabulaire de Psychologie**. 5. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

PINTO, N. B. História das disciplinas escolares: reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos de uma prática historiográfica. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 125-142, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2293/2209>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

PRIORI, A. *et al.* **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. Maringá: Eduem, 2012. p. 199-213. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

RATTO, A. L. **Origem e desenvolvimento da rede escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) 1963-1979**. São Paulo: USP, 1994.

REIS, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REZENDE, M. J. de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984**. Londrina: Eduel, 2013.

RIDENTI, M. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. *IN*: FERREIRA, J.; DELGADO, L de. A. N (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura- regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROMANELLI, O. de. **O. História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1996.

SAVIANI, D. **1944 - Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!** ed. 32. Campinas: Autores Associados, 1999. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SARAIVA, T. **Educação: temas para debate**. Rio de Janeiro: BLOCH Editores, 1984.

SANTOS, B. B. M. O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 149-170, jan./mar. 2014.

SENADOR CORREIA. **Ata de penalidades aplicadas de 1946 a 1984**. Ponta Grossa, p. 1- 8.

SENADOR CORREIA. Ata da primeira reunião pedagógica da 3º série realizada no dia 5 de março de 1967. Ponta Grossa, p. 36.

SENADOR CORREIA. Ata da segunda reunião pedagógica da 3º série realizada no dia 12 de março de 1967. Ponta Grossa, p. 37.

SENADOR CORREIA. Ata da 1º Reunião Pedagógica do Complexo 2 de 1971. Ponta Grossa, p. 1- 3.

SENADOR CORREIA. Histórico do Grupo Escolar Senador Correia do dia 21 de março de 1973. Ponta Grossa, p. 1- 8.

SENADOR CORREIA. Regimento Interno no Complexo nº 2 de 30 de setembro de 1973. Ponta Grossa, p. 3-41.

SENADOR CORREIA. Ata da 1º Reunião Pedagógica do Complexo 2 de 1973. Ponta Grossa, p. 1- 3.

SENADOR CORREIA. Ata da 1º Reunião Pedagógica do Complexo 2 de 1974. Ponta Grossa, p. 1- 3.

SENADOR CORREIA. Ata de penalidades aplicadas no dia 27 de agosto de 1973. Ponta Grossa, p. 4-8.

SENADOR CORREIA. Ata do convite de 1973. Ponta Grossa , p. 50.

SENADOR CORREIA. Ata da Reunião da Comissão Organizadora da Olimpíada Infante Juvenil Pontagrossense de 1973. Ponta Grossa, p. 1- 8.

SENADOR CORREIA. Ata do Projeto da Olimpíada Infante Juvenil Pontagrossense – OLIJUI de 1973. Ponta Grossa, p. 1- 12.

SENADOR CORREIA. Ata da 1º Reunião Pedagógica do Complexo 2 de 1974. Ponta Grossa, p. 1- 3.

SENADOR CORREIA. Ata da Associação Robin Hood de 1974. Ponta Grossa, p. 1- 3.

SENADOR CORREIA. Ata da Associação Robin Hood de 1975. Ponta Grossa, p. 4- 26.

SENADOR CORREIA. Ata da 1º Reunião Associação Beneficente, Desportiva e Cultural Robin Hood de 1976. Ponta Grossa, p. 26- 30.

SENADOR CORREIA. Ata da Instalação do Congresso Técnico da 4º Olimpíada Infante Juvenil Pontagrossense de 1976. Ponta Grossa, p. 31.

SENADOR CORREIA, Histórico do Senador Correia. Ponta Grossa, p. 1-3.

SENADOR CORREIA. Plano de aula de Educação Física [197 -]. Ponta Grossa, p. 1- 2.

SENADOR CORREIA. Plano de aula dramatizada [197 -]. Ponta Grossa, p. 2 - 3.

SENADOR CORREIA. **Estatuto da Associação Beneficente, Cultural e Desportiva Robin Hood [197-]**. Ponta Grossa, p. 1- 8).

SILVA, M. M. e.; CAPRARO, A. M. O contexto de fundação da Escola de Educação Física e Desportos do Paraná: educando corpos para a vida urbana. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 623-636, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbce/v33n3/a07v33n3.pdf>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

SILVA, F. de C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar em revista**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, jul./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-40602006000200013>

SILVA, E. P. D. **Trabalhadores no litoral Paranaense**: organização, sindicatos e subversão. São Leopoldo: Casa Leira, 2018. p. 257. (Coletânea Paraná insurgente: História e Lutas Sociais-Séculos XVIII ao XXI).

SILVA, E. **Energia Elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa: 1904-1973**. 1993. Dissertação (Dissertação de Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.

SOLOMON, S. **Cultura Escolar no Grupo Escolar Senador Correia (1912-1930)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SOUZA, R. F. de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, M. V. **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Autores Associados Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, 2000.

SOUZA, J. M; GALVÃO, A. M. de O. História das disciplinas escolares e História da Educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005.

SOARES, C. L. **Imagens da educação no corpo**: estudos da ginástica francesa no século XIX. Campinas: Autores associados, 2005.

SOARES, C. L. **Escultura da carne**: o bem-estar e as pedagogias totalitárias do corpo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). Para uma vida não-facista. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SUBTIL, M. J, D. A Lei n.º 5.691/71 e a obrigatoriedade da educação artística nas escolas: passados quarenta anos, prestando contas ao presente. **Revista brasileira de história da educação**, Campinas, v. 12, n. 3, p. 125-151, set./dez. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38815>. Acesso em: 24 de fev. 2021.

SCHUTZ, T. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradutor: Marcos Aurelio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SCHUTZ, T. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

TAVARES, J. N. Educação e imperialismo no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 7, p. 5-53, 1980.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALÉRIO, T. F. Ideologia Política na Ditadura civil-militar e o Ensino Secundário/de Segundo Grau a partir da Lei n.º 5.691/71. *In*: GONÇALVES, N. G.; RANZI, M. F. (Orgs.). **Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas** (Paraná, 1964-1985). Curitiba: UFPR, 2012, p. 51-65.

VALÉRIO, T. F. **A Reforma do 2º grau pela Lei 5692/71 no Paraná: representações do processo**. Dissertação. 2007. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Curitiba, Curitiba. 2007.

VEIGA, C. G.; FARIA FILHO, L. M. de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. *In*: *Vária História*, Belo Horizonte, n. 18, p. 203-222, 1997.

VIANA, I. A prática escolar de Estudos Sociais nas Escolas municipais de Curitiba (1975-1985). *In*: GONÇALVES, N. G.; RANZI, M. F. (Orgs.). **Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas** (Paraná, 1964-1985). Curitiba: UFPR, 2012. cap. 3, p. 135-151.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas e cuestiones. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 0, n. 0, p. 63-82, set./dez.1995.
VIÑAO FRAGO, A. *Tiempos escolares, tiempos sociales*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

VIÑAO FRAGO, A. ¿Fracasan las reformas educativas? La respuesta de un historiador. *In*: SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. *Educação no Brasil: história e historiografia*. Campinas: Autores Associados: São Paulo: SBHE, 2001.

VIÑAO FRAGO, A. A história das disciplinas escolares. Tradução: Marina Fernandes Braga. **Revista Brasileira de História da Educação**. n.18, p.173- 205, set./dez., 2008.